



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Almerindo Cardoso Simões Junior

‘...E havia um lampião na esquina’- Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980).

Rio de Janeiro
2006

Almerindo Cardoso Simões Junior

‘...E havia um lampião na esquina’- Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadores: Prof^a. Dr^a. Lucia Maria Alves Ferreira
Prof. Dr. Mário César Lugarinho

Rio de Janeiro
2006

Simões Júnior, Almerindo Cardoso.

E havia um lampião na esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). / Almerindo Cardoso Simões Junior, orientação de: Lucia Maria Alves Ferreira; Mario Cesar Lugarinho. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

184f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Memória Social
Inclui anexos.

1. Memória 2. Análise do discurso 3. Homossexualidade

I. Título. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Almerindo Cardoso Simões Junior

‘...E havia um lampião na esquina’- Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980).

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lucia Maria Alves Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Prof. Dr. Mário César Lugarinho
Universidade Federal Fluminense UFF

Prof^a. Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Prof^a. Dr^a Bethânia Sampaio Correia Mariani
Universidade Federal Fluminense UFF

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a uma força suprema e superior que eu chamo DEUS;

Em especial, à minha família – minha mãe Carmen e minha irmã Vanessa – pelo carinho, apoio e compreensão durante estes dois anos tão intensos em termos de atividades acadêmicas;

Aos meus orientadores, Prof^a Dr^a Lucia Ferreira (UNIRIO) e Prof. Dr. Mario Lugarinho (UFF) pela paciência e boa vontade em encaminhar-me por um mundo tão novo para mim;

À Prof^a Dr^a Evelyn Orrico, por suas sugestões sempre construtivas e instigantes;

À Prof^a Dr^a Bethânia Mariani, por seu carinho, suas críticas acuradas e a extrema atenção devotada ao meu trabalho;

À CAPES, pelo suporte financeiro para a realização dessa pesquisa;

À Márcia Bastos, pelo apoio incondicional desde a época da seleção deste mestrado;

À Eva Dionízio e Marta Bento pela amizade enriquecedora e pela oportunidade de estar divulgando este trabalho em seminários por todo o estado;

À Priscilla Coelho e Vivianne Lima que se tornaram pessoas muito próximas nesses dois anos;

Aos colegas da linha de pesquisa Representações no Discurso Midiático: Nilo Sérgio, Angela Taddei e Angela Aguiar, pelos enriquecedores debates, e mais uma vez à Angela Taddei, pela revisão cuidadosa do meu texto;

À Margareth Gadelha, pela ajuda na ficha de catalogação bibliográfica;

A todas as pessoas que me são queridas e que torceram por mim e por este trabalho. Peço sinceramente perdão pelas minhas ausências;

Àqueles e àquelas que empenharam sua vida na busca e na luta por aquilo em que acreditavam: uma sociedade livre de preconceitos, onde cada um tenha o direito de ser o que é;

E finalmente à Vitória – nome de duplo significado – que deve estar vindo ao mundo no período da defesa dessa dissertação. A você, Vicky, desejo um mundo melhor do que aquele que recebi de meus pais. E que este trabalho faça parte disso.

A todos e todas, o meu carinho,

Almer.

Resumo

O jornal *Lampião da esquina* foi um dos maiores ícones do movimento homossexual do fim da ditadura no Brasil. Vendido nas bancas de 1978 a 1981, em 37 edições, dava voz a inúmeras pessoas que escreviam mensalmente a seus editores. Refletir sobre suas cartas é contemplar não só um movimento de resistência contra a ditadura militar, mas também o processo de (re)afirmação homossexual, acompanhando os múltiplos processos de construção(ções) identitária(s) pelos quais este grupo passou nesse período, cujas conseqüências nos afetam ainda hoje. Os estudos interdisciplinares de memória, em especial, os conceitos de memória e identidade social, de Michael Pollak, e lugar de memória, de Pierre Nora, foram as abordagens teóricas que primeiro embasaram esta pesquisa. O reconhecimento do jornal enquanto lugar de memória e construtor de identidades sociais legitimou o *Lampião da esquina* na qualidade de produtor de um discurso que deveria ser analisado como representativo do homossexual masculino brasileiro do período de transição entre as décadas de 70 e 80. A análise do discurso é tomada a partir do reconhecimento de que este jornal é elemento inserido em um contexto, capaz de questionar sistemas de dominação, gerar resistência e estabelecer novos sentidos. Os conceitos de formação discursiva, discurso fundador e silenciamento fornecem as categorias instrumentais para a observância de como a memória pode ser (re)produzida por meio do discurso. A escolha das cartas que são inseridas no escopo deste trabalho dá-se pela observância das que apresentam maior riqueza em relação aos aspectos discursivos e das que demonstram maior possibilidade de diálogo com o jornal e com outras cartas. A análise do *corpus* também possibilitou um novo recorte, que indicou três importantes momentos no jornal, acarretando, em conseqüência, a divisão em blocos de seis edições por três anos consecutivos. A análise das cartas é dividida em três momentos: primeiro, a memória e as identidades são construídas através do uso dos termos usados para designar aqueles que se relacionam afetiva/sexualmente com outros do mesmo sexo; segundo, pela postura política dos leitores; e terceiro, pelo engajamento no movimento homossexual organizado. Perceber a construção das múltiplas identidades através do discurso aponta para a diversidade presente no meio homossexual, com suas representações e jogos de poder.

Palavras-chave: homossexualidade, análise do discurso, memória social.

Abstract

The newspaper *Lampião da Esquina* ("Corner Streetlamp") was one of the biggest icons of the homosexual movement at the end of the military dictatorship in Brazil. Between 1978 and 1981, thirty-seven issues were sold at newspaper stands, thus enabling a large number of people to express their points of view by writing letters to the editors every month. An analysis of such letters means not only examining the movement of resistance against the military dictatorship but also looking into the process of homosexual (re)-assertion and the multiple processes of identity construction that this group went through during that time and whose consequences affect us to this day. The interdisciplinary studies of social memory, especially the concepts of memory and social identity, as formulated by Michael Pollak, and 'the place of memory,' as proposed by Pierre Nora, are the theoretical frameworks which underlie this piece of research. The acceptance of the newspaper as a 'place of memory' and as a builder of social identities conferred legitimacy to *Lampião da Esquina* as a producer of discourse which should be analysed as a true representative of the Brazilian male homosexual in the transition period between the 70s and the 80s. Discourse analysis herein is considered from the standpoint of recognizing that this newspaper is a medium set within a certain context, and able to question systems of domination, to generate resistance and to establish new meanings. The concepts of discursive formation, founding discourse and silencing provide instrumental categories which enable an analysis of how memory may be (re)produced by means of discourse. The choice of the letters to the editor which are included in this piece of research was made according to the following criteria: a greater richness of discourse aspects and a greater likelihood of interaction with the newspaper editorial board as well as with other letters written to the editor. The analysis of the *corpus* led to the identification of three important phases in the history of the newspaper, namely six-issue blocks for three years in a row. The analysis of how memory and identities are built up in the letters takes three aspects into account: the terms employed to designate/describe those who relate emotionally/sexually to others of the same sex, the political orientation of the readers and the commitment to the organised homosexual movement. Identifying the construction of multiple identities through discourse points to the diversity present in the homosexual movement, with their representation and their power games.

Keywords: homosexuality, discourse analysis, social memory

“Para mim vocês estão funcionando como registro, como memória do viadeiro nacional. A práxis é nossa, basta usarmos a memória para não cairmos nos mesmos buracos” (Lampião. n.15, p.18, ago. 1979).

Sumário

Introdução	09
1. Um <i>Lampião</i> ilumina nosso escuro túnel: o contexto de surgimento do jornal	20
1.1. Do discurso da sexualidade ao <i>Lampião</i>	20
1.2. Enfraquecimento e queda da ditadura brasileira	30
1.3. Um olhar mais atento sobre o <i>Lampião</i>	36
2. A construção da memória: saindo da indiferença	42
3. Discursos e construções de identidades	52
3.1. Identidades homossexuais	52
3.2. Reprodução de parâmetros heterossexuais nas cartas dos leitores	62
4. As luzes que o <i>Lampião</i> reflete: A análise do <i>corpus</i> .	74
4.1. 1978: A afirmação de identidades através das denominações	75
4.2. 1979: O homossexual político	101
4.3. 1980: O movimento homossexual organizado	107
Conclusões	115
Referências Bibliográficas	122
Anexos	128

Introdução

A análise do terreno social permite mostrar que estas posições [os lugares de pertencimento] não são naturais nem fixas, mas antes lugares de lutas com dinâmicas que advêm de longas histórias de relações de poder e da sua manutenção que mostram bem que a questão de quem nomeia e como e de quem é nomeado não é uma questão de classificação de termos lingüísticos. As relações assimétricas, que exprimem quem tem o poder de determinar os lugares de todos os seus outros, fazem parte constitutiva do que significa estar num grupo e não noutra (Levy, 2004, p.184).

O período do fim da ditadura no Brasil marca uma época muito particular de nossa história. Além da abertura política, apresenta-se a possibilidade de novos discursos, em especial de grupos considerados minoritários ou marginais.

Buscando maior visibilidade, vários destes grupos vieram na mídia um meio de propagar suas idéias e apresentar novas posturas identitárias, diferentes daquelas forjadas pela ideologia dominante de então. A efervescência política e social da época propiciava o momento exato para o (re)surgimento de sentidos e vozes considerados esquecidos, discursos escondidos que clamavam por emergir. Vários periódicos aparecem nesse período como forma de resistência ao regime militar e como instrumento capaz de conferir visibilidade às chamadas minorias. Vinculado à esquerda, este tipo de jornal, muitas vezes de tiragem irregular e produção quase artesanal, inseria em seu discurso as vozes de grupos tidos como minoritários ou marginais. A partir dos anos 60, em especial, surgem os jornais voltados para a comunidade homossexual, particularmente a masculina.

Segundo MacRae (1990), entre a década de 60 e o início da década de 70 no Brasil haviam circulado 27 publicações gays, seguindo os mesmos moldes de outros jornais da imprensa alternativa. O *Snob* (1963-1969), veiculado no período inicial e mais intenso da ditadura, foi o jornal mais importante da década de 60 em termos de representação dos homossexuais enquanto

comunidade. No início dos anos 70, periódicos como *Bondinho*, em São Paulo (1970); *Verbo Encantado*, na Bahia (1971); *Flor do Mal e Presença*, no Rio de Janeiro (1971), são exemplos de publicações que seguem os paradigmas do *Snob* em termos de representação homossexual, embora não consigam sobreviver por muito tempo. Em alguns casos, chegam a ter apenas o seu primeiro número em circulação.

A *Coluna do Meio*, publicada no jornal *Última Hora* e escrita por Celso Curi, sinalizou um avanço em termos de representação dos homossexuais no discurso midiático, tornando-se notória por retratar aspectos do mundo homossexual em um jornal não voltado especificamente para esse público. Finalmente, em 1978, *O Lampião da Esquina* inicia “um novo capítulo para a história da construção e da afirmação de uma identidade gay nacional”(Rodrigues, 2004, p.284).

Meu objetivo principal nesse trabalho é perceber como se deu o processo de construção identitária no discurso das cartas dos leitores do jornal *Lampião da Esquina*. Este recorte deu-se graças a alguns fatores: O *ethos* ou a *face* do jornal (Maingueneau, 2002), ou seja, a imagem que o jornal tem de si mesmo ou a que ele quer que os leitores tenham obtém retorno através das cartas dos leitores. É na seção *cartas na mesa* que os leitores dialogam com o jornal, e onde a imagem do mesmo é testada, sendo refutada ou aceita. É nesse espaço do periódico que são alicerçadas a credibilidade e a legitimidade do discurso; este é o lugar (no sentido próprio e figurado) onde se constroem tanto a memória quanto as representações do homossexual do fim da ditadura no Brasil. Através da relação entre o leitor e o jornal, ou desse contrato de comunicação, segundo Charaudeau (1996), é possível observar a construção dos sujeitos e de suas identidades. Não uma identidade una, mas, como diz Hall (2003, p.13), fragmentada, “*formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam*”.

As cartas foram selecionadas para análise, pois é nelas que se dá o encontro entre os leitores, os editores do jornal e os leitores entre si. Nelas e através delas o leitor se expõe – ainda que sob anonimato –, se reconhece no pertencimento a um grupo e percebe o jornal enquanto espaço que anuncia o discurso e a postura desse mesmo grupo para fora do gueto. Observar a construção do discurso através do diálogo entre as cartas, as reportagens, os editores e os leitores, com as muitas vozes e posições enunciativas – às vezes contraditórias em uma mesma carta – que se fazem presentes na seção *cartas na mesa* nos fornecem subsídios sobre o surgimento de novos modelos que rompem com o que era visto até então em termos de identidade homossexual. Estas relações dialógicas e polifônicas (Bakhtin, 2002; Barros & Fiorin, 2003) são importantes para uma melhor compreensão do nascimento de um discurso do homossexual consciente de seu papel enquanto cidadão. O diálogo e a polifonia presentes na seção *cartas na mesa* apontam para a produção de uma memória discursiva do movimento homossexual. Neste sentido, o surgimento do jornal *Lampião da esquina* se afirma como acontecimento fundador, ao abrigar em suas páginas a possibilidade de uma variação do discurso homossexual até então desconhecida no Brasil.

As cartas dos leitores também são contempladas como objeto de análise por ser espaço privilegiado e representativo das múltiplas identidades homossexuais. A possibilidade de diálogo entre leitor e jornal e leitor e outros leitores oferece uma rica visão do que pensavam, como viviam e que identidades os homossexuais da época assumiam (ou deixavam de assumir).

Dentre as 37 edições do jornal, outro recorte fez-se necessário, em especial devido ao prazo estipulado para o desenvolvimento desta pesquisa. Como o jornal circulou de abril de 1978 a julho de 1981, o *corpus* foi dividido em blocos: seis edições do ano de 1978, seis de 1979 e seis de 1980. Optou-se pela observância do discurso dos leitores em três anos consecutivos, no

mesmo grupo de meses – abril (já que é o mês em que é publicado o número 0) a outubro. As edições do ano de 1981 não entram nesta análise porque este ano não apresenta um período seqüencial completo como os anos anteriores. A última edição do jornal sai em julho de 1981 e, portanto, se tomasse este último ano no meu *corpus*, teria apenas 3 edições ao invés de 6.

As edições também foram escolhidas de forma seqüencial para que pudessem melhor ser observadas as relações discursivas leitor x jornal e leitor x leitor. Muitos assuntos abordados em determinadas missivas estendiam-se a outras edições, gerando réplicas e trélicas. Ainda após essa divisão em blocos, foram selecionadas para a composição do *corpus* final as cartas que apresentaram maior possibilidade de diálogo e troca discursiva.

Uma questão inicial norteará minha pesquisa, sendo desdobrada em três outras menores. São as seguintes:

- 1) Como as identidades são construídas discursivamente no texto do jornal e que tipo de memória constroem?
 - 1.1) Que sentidos/ posições enunciativas são construídos com/ através dessas identidades?
 - 1.2) Como se dá o processo de construção das múltiplas identidades homossexuais no jornal?
 - 1.3) E que identidades seriam estas?

Inserido em um programa interdisciplinar de estudos em memória social, optei por usar, como embasamento inicial, os estudos de memória e identidade social de Michael Pollak (1992). Segundo o sociólogo, a memória é seletiva, já que nem tudo é gravado e registrado. O esquecimento, a outra face da memória, está ligado aos jogos de poder. A memória não se resume

apenas a um processo pessoal e subjetivo. Ou numa visão corrente até meados do século XX, não se inscreve em quadros sociais estagnados. A memória sofre flutuações em função do momento em que é articulada e está sendo expressa, sendo fortemente vinculada ao período social na qual é gerada.

A memória é, segundo Pollak, um elemento constituinte do sentimento de identidade, sendo “*um fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si*” (1992, p.204). Se pensarmos que tal sentimento de identidade pode se dar a partir das interpretações de determinado grupo em relação a determinados fatos, podemos associar o conceito de construção de identidade através da memória de Pollak à noção de disputa de interpretações como objeto de construção de memória social de Mariani (1998, p.34). Segundo a autora:

Entendemos por memória social (...) um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais.

Refletir sobre as múltiplas memórias e identidades do jornal *Lampião* é também refletir sobre os conflitos sociais e discursivos em que se dão essas formações. É analisar como os acontecimentos do cotidiano influenciavam na busca de novos modelos identitários, e como o surgimento desses modelos repercutiu na discussão dos estudos de gênero.

Em relação às suas características formais, o jornal *Lampião da esquina* surgia com uma novidade se comparado com outros periódicos homossexuais da época: tratava-se de um dos primeiros jornais impressos destinados aos homossexuais quando a maioria dos existentes até então – pelo menos os dirigidos a esse público - eram mimeografados. Apresentava número

limitado de ilustrações, cuja quantidade vai crescendo no decorrer da existência do periódico; sua diagramação era pouco inovadora, em conformidade com os padrões da época, com cores e tons sóbrios; além disso, veiculava uma seqüência de textos que demandava uma leitura atenta, demonstrando grande preocupação com o discurso verbal. Seu objetivo precípua era conscientizar a comunidade homossexual. Conforme afirma Rodrigues (2004, p.286): “Se em seu discurso verbal o *Lampião da esquina* iniciava uma nova era para uma minoria social, na linguagem gráfica o discurso era o mesmo dos jornais alternativos que seguiam a vertente da política – todos rígidos”.

Não era objetivo do periódico fazer o que o próprio jornal chama de *columismo social* (*Lampião*. n.0, p.5, abr. 1978). Veiculando informações culturais, como dicas de filmes, livros ou espetáculos, trazia artigos de contexto mais denso como as novas questões de gênero, a perseguição e assassinato de homossexuais, a questão do prazer sexual – assunto polêmico para a época – ou a relação entre Igreja e homossexualidade. O editorial da edição experimental traz bem explicitamente os objetivos do jornal:

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro da condição psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, *Lampião* deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (*Lampião*. n.0, p.2, abr. 1978).

O jornal circula num período de fim de ditadura política, em que a censura cerceia a imprensa, e, ainda com mais rigor, uma imprensa considerada *marginal*. É importante mencionar, porém, que já em 1975 começa a haver um prenúncio da quebra gradual da censura jornalística,

quando da devolução da liberdade de imprensa a um grande jornal, provavelmente, *O Estado de São Paulo* (Gaspari, 2004, p.22).

O *Lampião* brinca com as palavras fazendo uso de metáforas e jogos de linguagem, com o intuito de confundir e/ou brincar com o leitor mais desavisado, ou alguém que não fizesse parte do referido contrato de comunicação. Este conceito foi desenvolvido por Charaudeau que atenta para o fato de que as novas tendências nos estudos de análise do discurso consideram impossível conceber a língua como algo fragmentado, estruturado em micro partes, sendo tomadas como aspectos isolados. É fundamental vê-la como processo de interação, algo que torna a relação significativa entre emissor e destinatário, transformando-os em parceiros. É como se assinassem um contrato: um contrato de comunicação. Para o autor, “Concluir-se-á que uma das condições mínimas para que exista um tal contrato reside no fato de que os dois parceiros do intercâmbio se reconheçam um ao outro em seu papel de interlocutante” (Charaudeau, 1996, p.23).

Em relação à sua estrutura lingüística, os períodos sintáticos são em sua grande maioria – pelo menos no início da publicação do jornal, em especial nas reportagens e editoriais - longos e complexos, o que poderia apontar para um leitor intelectualizado. Não se trata de um jornal para leitura de lazer, mas que busca criar/estruturar uma comunidade consciente de seus direitos e com o aporte de argumentos convincentes e plausíveis que possibilitem a aparição da comunidade homossexual como positiva, e não pejorativa como era vista até então - e lamentavelmente até hoje.

Há que se destacar que um dos objetivos principais do jornal é romper com posturas identitárias que se apresentavam até meados dos anos 70 no Brasil. O homossexual era visto até então, na maior parte das vezes, como uma caricatura do feminino, ou sua identidade sexual passava despercebida, se tivesse uma postura mais masculina. Um ideário de mudança já começa

a ser mostrado nos últimos anos de circulação de um dos antecessores do *Lampião: O snob*. Nesse período “novos modelos de papéis masculinos com demarcações de gênero menos rígidas ofereceram opções à díade bicha/bofe”(Green, 1999, p.305). A postura do *Lampião* busca romper com essa noção identitária que se tinha até então: o homossexual não estava mais condenado a ser uma cópia da mulher – único modelo possível de homossexualidade para o imaginário popular. Inúmeros modelos de homossexualidade são apresentados pelo jornal, modelos estes atravessados por posturas mais masculinas ou femininas, por classe social ou por posição político-partidária.

As múltiplas identidades e as variadas representações, em especial das muitas masculinidades e homossexualidades, permeiam, assim, as páginas de *Lampião*. Pode-se perceber também no jornal uma busca de proximidade com o leitor, seu interlocutor projetado, a fim de que este destinatário possa reconhecer e avaliar o jornal como uma instituição confiável, legítima e digna de credibilidade. Tal fato pode ser constatado através das cartas dos leitores, ainda que haja a possibilidade de que algumas tenham sido escritas pelos próprios editores. Esta questão é suscitada pelo fato, por exemplo, da edição experimental número zero, de abril de 1978, enviada a um pequeno número de homossexuais e amigos de homossexuais, já apresentar a seção *cartas na mesa*. A autoria das cartas, não é, entretanto, central para esta reflexão, pois não se trata de indagar quem realmente falou e sim de tomar o sujeito enunciativo como um sujeito possível.

Voltando a referência entre o jornal e seu interlocutor projetado, essa troca é extremamente importante para a manutenção do periódico. É o leitor quem vai comprá-lo ou fazer assinaturas. Além desse fato, quanto maior o número de leitores, maior a possibilidade de anunciantes e prestadores de serviço se interessarem em fazer negócio com o jornal.

Para mencionar a relevância deste tema para o meio acadêmico, faz-se necessário traçar um panorama histórico. A partir dos anos 60 e 70, a maior visibilidade dos grupos considerados *minoritários* gerou uma série de estudos e publicações em diversos países do ocidente. Tal fato, porém, não ocorreu em relação aos homossexuais, em especial nos países da América Latina. Embora pesquisas houvessem sido feitas em relação à homossexualidade e seus praticantes, todas eram de caráter médico ou policial (Trevisan, 2002).

Ainda que nos Estados Unidos a publicação de estudos que envolvessem a temática homossexual seja oriunda da primeira metade do século XX, no Brasil tais estudos só se iniciam bem mais tarde, ao apagar das luzes dos anos 70. Merecem especial destaque os estudos do antropólogo inglês Peter Fry, que analisou a relação entre a homossexualidade masculina e o candomblé. No início dos anos 80, o pesquisador mapeou o sistema de representações da homossexualidade da cidade de Belém, o que correspondia à representação da homossexualidade em boa parte do Brasil. Em 1986, a publicação de *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan, traz importantes informações para o estudo dessa área do conhecimento, já que retrata a história da homossexualidade no Brasil desde o descobrimento.

Em relação à visão da homossexualidade enquanto doença, visão ratificada pela predominância das pesquisas de caráter médico em relação a esta comunidade até os anos 70, somente em 1985, graças a uma campanha liderada pelo Grupo Gay da Bahia iniciada quatro anos antes, esta conduta afetivo/sexual deixou de figurar no código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (desvio e transtorno sexual), passando a ser registrada sob o código 206.9 (outras circunstâncias psicossociais). Na década seguinte, em especial a partir de sua segunda metade, alguns pesquisadores brasileiros, ainda que de forma isolada, debruçaram-se sobre a temática homossexual no Brasil. Ao pesquisar em especial as fontes americanas,

procuravam fundamentos teóricos que também servissem como referência aos estudos *queer*¹ brasileiros. O início de um novo século e de um novo milênio anuncia novas perspectivas no cenário *queer* em terras tupiniquins. A ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura), cujo primeiro congresso ocorreu em 2003, sediado na UFES, é a primeira a reunir e organizar congressos com pesquisadores cuja temática seja voltada para o homoerotismo em seus vários aspectos, promovendo encontros bianuais e reunindo palestrantes de todo o Brasil e de vários outros países.

O que me moveu a selecionar este tema como objeto de análise na presente dissertação de mestrado foi a constatação da reduzida produção nacional no que diz respeito a pesquisas que abordem a questão homossexual nos estudos de gênero. Embora haja um crescimento considerável de pesquisas nessa área, se tomarmos como parâmetro o número de pesquisas que envolvem a temática homossexual em outros países, em especial os Estados Unidos, observaremos que estamos apenas começando. No entanto, há um número crescente de pesquisadores brasileiros empenhados com afinco no desenvolvimento deste tema², produzindo material de relevante importância acadêmica.

Para cumprir os objetivos propostos, no primeiro capítulo procuro inserir o jornal no seu contexto histórico, retratando o momento político e as circunstâncias em que o *Lampião* foi idealizado, floresceu e atravessou crises. No segundo capítulo, busco reconhecer o jornal como lugar produtor de uma memória concebida como elemento de disputa e gerada a partir de

¹ *Queer* originalmente designa o homossexual em sentido pejorativo. Hoje denomina os estudos gays e lésbicos, até os anos 70 inseridos como parte dos estudos feministas separatistas. Segundo Lugarinho (2001, p.36-7) “A teoria *queer* pretende assinalar o lugar do homossexual no concerto cultural em que se inscreve, ao observá-lo sobre as suas inúmeras facetas sociais, étnicas, nacionais, etc., sem tentar projetar uma imagem essencialista e globalizante, pelo contrário, mas investindo na diferença como a única forma de perceber o seu lugar e os sentidos que gera”.

² Para citar alguns pesquisadores envolvidos com a temática homossexual, podem ser mencionados os professores doutores Luiz Mott (UFBA), Mário César Lugarinho (UFF), Peter Fry (UNICAMP/UF RJ), Denílson Lopes (UnB), Eliane Berutti (UERJ), José Carlos Barcellos (UFF), Wilton Garcia (USP), Bruno Leal (UFMG), Jurandir Freire Costa (UERJ), Pedro de Souza (UFSC) dentre outros.

determinada posição no contexto social. Na terceira parte, coloco em questão a construção das identidades masculinas, e, por conseguinte, as homossexuais. Completo este capítulo com a noção de discurso reconhecendo-o não só como elemento perpetuador de poder, mas também como forte transformador social e construtor de identidades e de memória. No capítulo final, disponho a análise desenvolvida a partir do confronto do arcabouço teórico e do *corpus* pesquisado – as cartas da seção *cartas na mesa* publicadas de abril a setembro de 1978, 1979 e 1980, analisando as mudanças no enfoque discursivo de acordo com a afirmação das identidades e o panorama político social da época. É importante mencionar que devido à quantidade de cartas fez-se necessária uma seleção que contemplasse aquelas que melhor refletissem o processo dialógico entre o jornal e seus leitores. Na última seção do trabalho - a conclusão - procuro apontar respostas às questões elaboradas no capítulo introdutório, refletindo sobre as múltiplas identidades construídas na seção *cartas na mesa*, identidades também presentes no panorama atual.

1 . Um *Lampião* ilumina nosso escuro túnel: o contexto de surgimento do jornal

Lampião, como informou desde o começo aos seus leitores, é um jornal de minorias, que se dispõe, ao mesmo tempo, a levantar uma questão raramente discutida em outros órgãos da imprensa: a necessidade de assumir o prazer como um dos direitos fundamentais do homem (*Lampião*. n.9, p.5.fev. 1979).

Neste capítulo tem-se por objetivo analisar o contexto político-social vigente à época do surgimento do jornal *O Lampião da esquina*, assim como reportar o próprio nascimento, a trajetória e o fim deste jornal, reconhecendo-o como representante e ícone do jornalismo marginal, além de porta-voz de uma nova representação identitária do homossexual brasileiro no período de início de abertura política. Grande parte da análise do *Lampião* perderia sua riqueza se não contemplássemos as revoluções sexual e feminina, a ascensão e o enfraquecimento da ditadura brasileira, bem como o surgimento do jornal *O Snob*, um dos maiores elementos de representatividade homossexual dos anos 60, embora diferente em muitos aspectos do *Lampião*.

1.1 – Do discurso da sexualidade ao *Lampião*

As revoluções feminina e sexual dos anos 60 e 70 puseram em questionamento valores que perduraram por séculos. Quaisquer modelos de sexualidade que não fossem destinados à procriação eram castigados ou com a morte – quando a Igreja tinha poder para decidir sobre a vida e a morte dos cidadãos – ou com a exclusão social. Foucault em *A História da Sexualidade* (2003b) percebe que o discurso sobre sexo atendia diretamente aos jogos de poder, o que fez com que a partir do século XVIII o discurso da sexualidade se tornasse questão de *polícia* – não como repressão da desordem, mas sim como forma de aumento da repressão sobre os discursos individual e coletivo.

O surgimento da noção de população enquanto problema econômico e político associou a noção de crescimento populacional à geração de riqueza e consumo. Quanto maior fosse a população do país, maior seria a sua riqueza, já que “um país deveria ser povoado se quisesse ser rico e poderoso” (Foucault, 2003b, p.28). Tais teses populacionais, que relacionavam diretamente desenvolvimento econômico, riqueza e aumento da população estiveram em vigor até meados do século XVIII. A partir desse período, conceitos mais finos e bem calculados passam a reger o crescimento populacional. Data igualmente dessa época o fato de a conduta sexual da população tornar-se objeto de análise e de intervenção (Foucault, 2003b).

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. (...) Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram (2003b, p.29)³.

O discurso do sexo, assim ‘controlado’ pelo Estado, com objetivos de atender interesses econômicos e levando em conta na divisão de gêneros apenas o aspecto biológico, excluía todo e qualquer modelo que não se enquadrasse no sistema previamente estabelecido, que ainda contava com o aval de uma fortíssima aliada: a Igreja. Era dela uma das mais fortes vozes que interdavam o sexo, com exceção do sexo marital para fins especificamente procriativos. Todas as outras formas de se exercer a sexualidade eram passíveis de punição das mais variadas.

O século XIX, em especial a partir de sua segunda metade, traz a representação da homossexualidade enquanto doença, modelo que perdura, pelo menos no Brasil, durante grande parte do século XX. Esta é uma das mais contundentes representações da homossexualidade no momento em que eclode a revolução sexual dos anos 60 e 70, iniciam-se os estudos de gênero e, no Brasil, surge o jornal *Lampião da esquina*.

³ As citações deste trabalho encontram-se transcritas como encontradas em sua forma original

No fim de julho de 1978, o *Lampião*, em sua terceira edição, noticiava, em sua coluna *Tendências*, uma resenha intitulada *História da sexualidade*⁴. Referia-se ao primeiro volume de uma das mais conhecidas obras do pensador francês Michel Foucault, lançado um ano antes no Brasil. Esse texto procurava destacar a importância da obra foucaultiana e, mais do que isso, a possibilidade de uma nova discussão num campo tão fértil, mas tão pouco explorado e ignorado como a sexualidade. Pressionados em direção a uma *monogamia heterossexual*, todas as outras formas de sexualidade eram consideradas *perversidas*. Embora essas práticas existissem e fossem exercidas desde o princípio dos tempos, nas mais diversas sociedades e com os mais diferentes significados e sentidos simbólicos, eram classificadas simplesmente como imorais, não possuindo direito à representação. Seus praticantes, por seu turno, eram condenados à *danação eterna*⁵.

O texto, escrito por Edécio Mostaço, aponta para duas importantes constatações na obra foucaultiana. Num primeiro trecho, o confronto entre o que é considerado legítimo e não legítimo em termos de práticas sexuais:

Nunca se falou tanto sobre sexo como nos últimos três séculos, e cada vez mais. A era vitoriana do século XIX organizou um movimento centrífugo no seio da cultura e da moral, isolando de um lado a monogamia heterossexual e de outro as 'perversões'. Assim como cresceram os discursos sobre a estabilidade, a legitimidade e a lógica da relação heterossexual monogâmica, multiplicaram-se as revoltas e as conseqüentes punições à sexualidade periférica, não oficial (*Lampião*. n.03, p.13, jul. 1978).

As punições incluíam a discriminação/preconceito em suas mais variadas e possíveis formas bem como a inserção dessas práticas em contextos patológicos, já que considerando como

⁴ A resenha segue nos anexos do texto, p. 129.

⁵ A prática de relações entre pessoas do mesmo sexo é tão antiga quanto a história do homem na Terra, assumindo diferentes representações de acordo com a época, o contexto social e a comunidade em que esta prática se exercia. Na Grécia antiga era saudável que um jovem fosse 'acompanhado' por um homem mais velho que o ensinaria a ser homem (Dover, 1994). No Brasil do descobrimento, era comum que índios tivessem relações sexuais com parceiros do mesmo sexo. Durante a colônia, há registro da existência de prostíbulos de rapazes que atendiam aos ricos senhores e governadores, representantes da coroa portuguesa (Trevisan, 2002). O discurso médico - psiquiátrico, que ganha destaque a partir do século XIX, procura caracterizar como anormal ou doentio tudo o que nega a atividade sexual destinada à procriação e consumada pelas vias consideradas *naturais* (Laqueur, 2001).

loucos todos os que tinham posturas não condizentes com o modelo heterossexual monogâmico, seria mais fácil promover a interdição de seus discursos; afinal, quem, em nossa sociedade, ouve a voz do *louco*?

Convém aqui a abertura de um parêntese para estabelecer um panorama da noção do *louco* já que este conceito foucaultiano é importante para se pensar a interdição em relação ao discurso das minorias. O *discurso do louco* é, preliminarmente, a fala daqueles que destoam ou não se enquadram naquilo que é propagado em termos da ideologia dominante. Segundo Foucault, “O louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros” (2003a, p.10). É interessante notar a dicotomia que envolve esse tipo de discurso: ao mesmo tempo sua palavra é “nula e não (...) acolhida, não tendo verdade nem importância”; por outro, pode ser que lhe atribuam “estranhos poderes, o dizer de uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber” (2003a, p.11). Sintetizando, a fala do *louco* representa sentidos que devem ser silenciados, e, que, por serem calados, esquecidos, podem retornar posteriormente com nova força, carregados de sentidos outros, formadores de novas memórias.

Foucault em *A ordem do discurso* revela, logo de início, a que finalidade seu livro se destina: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (2003a, p 10). Na verdade, toda vez que falamos, refletimos uma ideologia, um sistema de valores que nos precede. Em Foucault, percebemos que o discurso está na ordem das leis e que o poder que lhe é conferido advém das instituições sociais. Essa relação faz com que o discurso apresente-se como uma configuração de poder e perigos. Desejado, dá ao sujeito vez e voz, aparição perante a sociedade, sendo ao mesmo tempo elemento repressor e manipulador, invariavelmente utilizado e produzido

por quem detém o poder, coagindo as minorias ou todo aquele que produz uma fala contrária, já que sua produção, em toda sociedade “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2003a, p.09).

Voltando à resenha publicada no jornal a respeito do lançamento de *História da Sexualidade*, Edélcio Mostaço reflete sobre a postura do filósofo francês em romper com um sistema tão incólume como o discurso que normatiza o sexo. As possibilidades de novas visões para a sexualidade são apontadas pelo autor da resenha no penúltimo parágrafo:

A importância da obra de Foucault, apenas esboçada nesse volume introdutório, está no fato não de abrir um novo discurso sobre o sexo, mas de toda a sexualidade, enfrentando suas especificidades e suas implicações, fornecendo para as ciências humanas não apenas um método mas uma suma de Saber para enfrentar o Poder; tarefa esta, aliás, que apenas a poesia e a arte conseguiram em seus raros momentos de iluminação (*Lampião*. n.03, p.13, jul. 1978).

Uma nova visão de sexualidade abre a possibilidade de resistência, de se dizer outras palavras no lugar daquelas previsíveis ou esperadas, de deslocar sentidos e processos interpretativos, de questionar os modelos pré-estabelecidos e dar aparição, ou visibilidade, a grupos que praticavam uma sexualidade considerada pervertida. O foco está, então, no seguinte período histórico: Brasil de fins dos anos 70. Que jornal é esse que conclama seus leitores a uma leitura que poderia desestabilizar a ideologia dominante, ainda mais num quesito tão *inquestionável* como a ordem sexual pré-estabelecida? A que público se dirigia? Por que tocar nesse tema em fins dos anos 70, e não antes ou depois? Qual era o contexto mundial e também do Brasil nesse período em termos comportamentais e sexuais? Respostas a estas perguntas são relevantes para o melhor entendimento da própria importância do jornal no contexto da época bem como dos tipos de identidades que se construíram a partir dele.

As revoluções de várias ordens e em vários âmbitos que varreram o mundo nos anos 60 trouxeram novos conceitos e valores, implantando novos modelos ideológicos e concebendo novos olhares tanto em relação ao próprio eu como também em direção ao outro.

A América Latina mergulhara num período de profunda conturbação política e social, que assolaria, pelo menos por duas décadas ou mais, vários países do continente. Como em toda a trajetória mundial, grupos que detinham o poder e tinham interesse em manter seus privilégios tomaram vários Estados Nacionais à força, e instituíram sua “vontade de verdade” (Foucault, 2003a), sempre apoiada em um “suporte e uma vontade institucional”, exercendo sobre outros discursos “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2003a).

Influenciados por outros modelos sociais que não os brasileiros, estudiosos, pesquisadores, jornalistas, escritores, artistas, dentre outros, ao voltarem para o Brasil no período pré – anistia (fins dos anos 70), trouxeram um pouco desses novos conceitos e valores que circulavam principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Grupos vanguardistas começaram a questionar os até então dificilmente questionáveis valores brancos, masculinos, heterossexuais e de classe média. Timidamente os discursos das chamadas minorias começavam a ocupar espaço, em especial nas grandes cidades do ocidente: mulheres, negros, índios e homossexuais passaram a mostrar sua existência, ainda que timidamente. Grupos e pequenos jornais locais são criados. O trecho transcrito abaixo ilustra bem o porquê do surgimento não só do *Lampião*, mas também de outros periódicos associados às minorias:

A idéia de publicar um jornal que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera ‘não-prioritários’ (...), mas um jornal homossexual, para quê? (...) nossa resposta é a seguinte: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele (...) e uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz (...) Para isso, estaremos mensalmente nas bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana (Lampião, n.0, p.2, abr. 1978).

A entrevista com Winston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, publicação americana dirigida a homossexuais, foi o ponto embrionário do surgimento do jornal. João Antônio Mascarenhas, na época colunista do Pasquim, decide fazer uma entrevista com Leyland, que viera ao Brasil a fim de organizar uma antologia de literatura gay latino-americana. O encontro com Leyland deixa, não só Mascarenhas, mas outros jornalistas por ele convidados tão empolgados que os mesmos decidem lançar uma publicação que tratasse “de forma séria o homo em seu contexto social” (MacRae, 1990). Pouco tempo depois, uma reunião na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo marcou o nascimento do projeto *Lampião*. Os onze criadores passaram a integrar assim o Conselho Editorial, apresentado no número 0: Adão Costa, jornalista, pintor, tradutor; Aguinaldo Silva, jornalista policial, escritor, colaborador de jornais da imprensa alternativa; Antônio Chrysóstomo, jornalista, especialista em música popular, produtor; Clóvis Marques, jornalista e tradutor, crítico de cinema; Darcy Penteado, artista plástico e escritor; Francisco Bittencourt, poeta, crítico de arte e jornalista; Gasparino Damata, jornalista e escritor; Jean Claude Bernardet, crítico de cinema e colaborador de jornais alternativos; João Antônio Mascarenhas, advogado, jornalista e tradutor; João Silvério Trevisan, cineasta e escritor e Peter Fry, antropólogo, pesquisador e professor universitário.

Em relação à questão financeira para subsidiar o projeto, nove dos onze idealizadores se cotizaram para iniciar uma editora de capital fixo. Arrecadaram dinheiro através de cartas enviadas a doze mil amigos e pessoas indicadas. A receptividade foi boa e o dinheiro serviu para financiar os dois primeiros números do jornal (MacRae, 1990).

Era o nascimento de um novo periódico, incorporado à chamada imprensa alternativa, que sempre esteve à margem do processo editorial do mercado, considerada como literatura banida,

perseguida, acuada. O ressurgimento desse tipo de imprensa foi possível graças ao fracasso do milagre econômico brasileiro, após um período de silenciamento e perseguição. A anistia trazia de volta ao Brasil estudiosos, artistas e intelectuais que, na Europa e nos Estados Unidos haviam travado contato com os chamados discursos minoritários. Dentro desse contexto é que localizamos o surgimento desse que pode ser considerado não o primeiro, mas um dos grandes veículos de comunicação de massa voltados diretamente para a discussão franca e aberta dos direitos das minorias e, principalmente, da homossexualidade, no Brasil: *Lampião*, ou a partir do seu número 1, *Lampião da esquina*,⁶ com edição mensal e tiragem entre 10 e 20 mil exemplares⁷. Foi um período em que a discussão a respeito da sexualidade tomou de assalto o panorama cultural e político, com os novos ventos da redemocratização e o fim da censura prévia. A era das rupturas influenciava o nascimento de uma imprensa altamente especializada, segmentada e de caráter militante, representada pelo jornal *Lampião*.

O *Lampião* torna-se constitutivo de memória, pois ainda é elemento reconhecido não só entre a comunidade homossexual da época, mas também entre pesquisadores, despertando atualmente interesse no meio acadêmico. Seu texto, ao mesmo tempo em que discute e reflete o início de um discurso homossexual de forma mais organizada, vinculada à contestação da política e ao contexto social da época, liga-se também às questões do cotidiano homossexual ou homosociabilidade, e, mais ainda, à busca de novas identidades homossexuais, fora dos padrões estabelecidos até a época, já que, como afirma Green (1999, p.63),

a conexão entre a prostituição, a efeminação no homem e a homossexualidade persistiu como uma forte representação do comportamento homoerótico até a

⁶O acréscimo de *da esquina* deu-se a fim de evitar “problemas de propriedade industrial”. (*Lampião*, n.2.p.14. jun. 1978). Segundo MacRae (1990) havia uma editora em São Paulo cujo nome também era *Lampião*.

⁷Aguinaldo Silva em entrevista à Revista *Isto É* em dezembro de 1977 afirmou que a previsão inicial seria de 10 mil exemplares; Albuquerque Jr. e Ceballos (2002) falam de uma tiragem inicial de 10 mil, logo chegando a 15 mil exemplares, enquanto Lima (2004) fala de 20 mil exemplares.

segunda metade do século XX, quando surgiram novas alternativas de identidade sexual que contestaram esse paradigma dominante.

Outra tentativa do jornal foi o estabelecimento de um espaço de expressão, já que o discurso homossexual - bem como o da mulher e do negro – passaram a enfrentar dificuldades de visibilidade dentro do discurso da esquerda, sendo considerados por este movimento como *discursos menores*, conforme relata Trevisan (2002, p.338).

Em 1978, grupos de mulheres, ainda muito sufocadas pelo alinhamento partidário de esquerda, começaram timidamente a incursionar por temas sacrílegos como sexualidade e aborto, já dentro de uma orientação crescentemente feminista(...) Também os negros iniciavam as primeiras investidas para discutir o racismo, cultura e organização da população negra, fora do círculo de ferro dos partidos e centralismos da velha esquerda(...) Um pouco às tontas, a esquerda ortodoxa enfiava tudo isso dentro do rótulo vago de ‘luta das minorias’. Na verdade, tudo isso apresentava-lhe problemas inéditos e não cabia mais em suas palavras de ordem, que valiam como dogmas. Se, para essa esquerda, a sexualidade e o racismo eram temas incomodamente discutidos fora dos parâmetros de luta de classes (ou ‘luta maior’ em sua gíria), o aborto podia criar desagradáveis atritos com a Igreja Católica progressista, sua aliada.

Não se pode, porém, falar do jornal *Lampião*, sem mencionar *O snob*. Sua importância, como representante de uma minoria sexual e também como objeto de representação desse grupo, não pode deixar de ser aqui mencionada, ainda mais se levarmos em conta o fato de ter circulado no período mais rígido da ditadura militar (1963-1969) e o fato de *O snob* ter sido citado em resposta a uma carta de Agildo Guimarães, então nos anos 70 já como redator do jornal *Gente Gay*, como um jornal, de fato, precursor do *Lampião*: “Você para nós Agildo, é gente finíssima. Entre outras coisas porque sabemos que se você não começasse com o SNOB, nunca chegaríamos a *LAMPIÃO*” (*Lampião*. n.1, p.14, mai. 1978).

O êxodo para as grandes cidades trouxe também uma enorme massa de jovens homossexuais, vindos de outras cidades ou estados para os grandes centros industriais do país, na época, Rio de Janeiro e São Paulo. Um desses jovens era o próprio Agildo Guimarães. Agildo

mudou-se do Recife para o Rio de Janeiro em 1952, deixando para trás sua família – que o forçava a ter um relacionamento com uma moça e se casar; uma grave crise de depressão e um namorado – um *homem verdadeiro*, cuja imagem de homem não homossexual estava constantemente ameaçada graças a seu relacionamento com Agildo (Green, 1999).

Ao chegar à capital carioca, Agildo, como muitos outros jovens homossexuais, distantes da família e/ou excluídos da mesma devido a sua orientação sexual, começa a participar de grupos, reuniões na casa de amigos e festas (Green, 1999, p.296). Uma dessas reuniões ocorreu em meados de 1963 para o concurso *Miss Traje Típico*. Após a escolha do vencedor por um júri composto de *bofes*, Agildo decidiu montar um texto simples, de duas páginas, para protestar contra o resultado, já que, segundo ele, foi escolhido um júri que não entendia do assunto. Deve-se levar em conta que *bofes* eram os homossexuais que assumiam posturas mais masculinas e os jurados não eram estranhos a todos os concorrentes (Green, 1999, p.297). Como nos retrata o próprio autor a respeito do surgimento do jornal:

Agildo intitulou sua modesta publicação O snob, porque, como ele explicou mais tarde, a expressão ‘era muito usada entre as bichas naquela época’. Aquilo que começou como um protesto por brincadeira acabaria rendendo 99 números regulares e uma edição retrospectiva entre julho de 1963 e junho de 1969, quando O snob encerrou suas atividades por causa da atmosfera política que se criou em torno do governo militar linha dura do general Médici. De um jornalzinho mimeografado e minimalista, O snob tornou-se uma publicação que incluía de trinta a quarenta páginas, trazendo ilustrações elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos, e entrevistas com os famosos travestis do momento. Os membros da rede social que produziam O snob distribuíam-no entre amigos e conhecidos na Cinelândia e em Copacabana, às vezes pedindo uma contribuição para cobrir os custos, outras entregando-o gratuitamente. Embora O snob não fosse o primeiro periódico caseiro desse gênero que apareceu no Rio de Janeiro, ele foi o mais duradouro e mais influente, e inspirou o surgimento de mais trinta publicações similares entre 1964 e 1969, não apenas em outras partes da cidade, mas em todo o estado e o restante do país. As páginas de O snob ofereciam um acesso ímpar ao mundo das bichas, bofes, bonecas e entendidos. O jornal é especialmente valioso pelas diversas noções de gênero que retrata, as controvérsias que surgiram sobre esse tema e suas visões sobre a política nos anos 60 (Green, 1999, p.298).

Uma vez abordado o discurso da sexualidade nos anos 70, a relação discurso e poder, além de um dos principais periódicos homossexuais anteriores ao *Lampião*, a próxima seção pretende tratar do contexto histórico dessa mesma década, culminando com o período de surgimento do jornal. É este panorama político-social que nos dará a visão da importância e do momento único na história brasileira para o surgimento de um jornal como o analisado neste trabalho.

1.2 – Enfraquecimento e queda da ditadura brasileira

Para que se entenda melhor o período sócio-histórico em que surgiu o *Lampião* e ao mesmo tempo contemplar os meios que permitiram seu surgimento, cabe-nos traçar uma análise do início da derrocada da ditadura militar.

Nosso país estava mergulhado no período chamado *milagre brasileiro* até os primeiros anos da década de 70. Era uma fase de expansão extraordinária em que o governo militar mantinha total controle sobre os meios de comunicação, inclusive estendendo a censura até o mais conservador jornal brasileiro da época, O Estado de São Paulo, em agosto de 1972 (Kucinski,1982). A expansão econômica em que vivia o país, característica do chamado milagre, legitimava o regime militar e atenuava o descontentamento e a falta de liberdade política dos grupos de oposição. Vendo o crescimento nacional, a população em geral e instituições poderosas como a Igreja apoiavam os militares.

Em setembro de 1973, estourou mais uma guerra no Oriente Médio e, em represália ao apoio das nações do Ocidente a Israel, os países árabes produtores de petróleo suspenderam suas

exportações, provocando uma repentina triplicação na cotação do petróleo nos mercados internacionais.

A guerra logo terminou, mas o petróleo não baixou mais de preço. Ao contrário, o novo preço foi oficializado na fonte produtora e os países produtores completaram o processo de retomada de posse de suas jazidas, até então predominantemente em mãos dos grandes trustes petrolíferos. Encerrava-se assim um período de quase 30 anos em que apesar de apenas sete empresas controlarem 87 por cento da produção mundial e a quase totalidade do refino e transporte do petróleo no ocidente, o produto era vendido a apenas 1,80 dólares o barril de 150 litros, preço inferior ao de qualquer líquido comercializado, inclusive água mineral sem gás. (Kucinski, 1982)

Como se explica, porém, que o petróleo fosse explorado nos países do Oriente Médio e vendido tão barato no Ocidente? Não era objetivo dessas sete grandes empresas, as chamadas “sete irmãs”, maximizar seus lucros, como qualquer grande monopólio? Explica-se: as condições para uma política de grande exploração e vendas maciças a preços reduzidos existia, pois era baixo o custo da extração petrolífera no Golfo Pérsico, mas, o mais importante é que essa política agressiva de vendas era a única que permitia marginalizar os operadores independentes e as pequenas empresas. Com o petróleo e preços vis, esses pequenos produtores nunca iriam capitalizar o suficiente para pôr em risco os mercados dos grandes grupos.

Tais fatos geraram a chamada crise do petróleo. Kucinski traça uma análise de como essa crise afetou o milagre brasileiro:

Com o esgotamento das jazidas de custo de extração baixo, e o início de uma fase inteiramente diferente, de prospecção em águas profundas, que exige capitais gigantescos, os pequenos já ficavam naturalmente marginalizados, enquanto os grandes – as sete irmãs – podiam e precisavam revolucionar sua política de vendas. Petróleo deve se tornar relativamente caro e não relativamente barato. Decreta-se o fim da massificação do automóvel e no bojo dessa revolução naufraga o ‘milagre brasileiro’ que tinha nessa indústria o seu carro-chefe (1982, p.23).

Em todo esse processo, o presidente Geisel e sua equipe, que havia comandado a política de petróleo no Brasil, pareceram ignorar as leis fundamentais de sua própria indústria, bem como os sinais da crise. Haviam concebido a política petrolífera da Petrobrás com base no pressuposto de que o petróleo permaneceria baixo por muitos anos e que, portanto, não valeria a pena procurá-lo no Brasil. O desinteresse em buscar petróleo em nosso território é tão grande que o anúncio da descoberta da bacia petrolífera de Campos em novembro de 1974 por Geisel (Gaspary, 2004) é desacreditado por muitos. O governo recusou-se durante quase um ano a aceitar a gravidade da “crise do petróleo” e da recessão que se instalou nas principais economias desenvolvidas.

O governo brasileiro preferiu adotar a política de regularidade no abastecimento ao invés da de auto-suficiência. Quando os preços do petróleo subiram, os fundamentos do milagre brasileiro ruíram, já que a economia brasileira era um reflexo da civilização do petróleo. Foi sob a égide do petróleo barato que se expandiram o parque produtivo brasileiro, bem como os transportes e o consumo de energia. Enquanto nos países de industrialização mais antiga tinham sido desenvolvidos sistemas baseados no trem, no carvão de pedra, na eletricidade, no Brasil das vésperas da crise, 70 por cento do transporte de mercadorias e 96 por cento do transporte de passageiros se faziam por veículos movidos a derivados de petróleo. Durante os vinte anos que antecederam a crise do petróleo, o Brasil dedicou-se meticulosamente a arrancar todos os trilhos dos bondes e boa parte de sua pequena malha ferroviária. As indústrias que usavam a lenha foram induzidas a instalar queimadores que usavam como combustíveis, derivados do petróleo. O mesmo se deu com todo o parque industrial instalado a partir de 1950. Foram abertas grandes rodovias cortando o país de norte a sul e penetrando o interior. As fronteiras agrícolas foram cada

vez mais afastadas dos grandes centros consumidores e portos de embarque, pois o custo do transporte pouco pesava na soma final dos custos da produção.

A grande crise no milagre econômico brasileiro fez-se sentir com mais vigor em 1974. A alta do petróleo passou a gerar gastos exorbitantes para que o país mantivesse seu parque industrial em funcionamento, causando um crescimento em progressão geométrica de nossa dívida externa. Somente para pagar o petróleo, o Brasil passou a gastar, em 1974, primeiro ano completo posterior à crise, 2,8 bilhões de dólares, sete vezes o que havia gasto em 1972, último ano completo anterior à crise. Somados a isso, havia outros gastos internos, frutos da dependência econômica, além dos pagamentos da dívida externa. O déficit da conta corrente do Brasil saltou de 1,5 bilhões de dólares em 1972 para 6,7 bilhões em 1974 (Kucinski, 1982). Ainda que tivéssemos dobrado nossas exportações em 1979, o déficit era, nesse mesmo ano, de 10 bilhões de dólares por ano.

Os rombos eram cobertos com a tomada de novos empréstimos, o que, por sua vez, aumentava cada vez mais o montante de juros. A reação americana ao aumento do petróleo – a inflação do dólar – provocou aumentos nos preços dos bens de capital, anulando o esforço que o Brasil mantinha em aumentar seu nível de exportação. Nossa dívida externa tornou-se a maior do mundo, passando de 5,3 bilhões em 1972 para 12 bilhões em 1974 e 47 bilhões em 1980. Todo esse processo gerou o que Kucinski (1982, p.27) chamou de morte do milagre brasileiro “que nada mais era do que o crescimento desmesurado de forças produtivas, baseado em custos vis de energia e mão de obra”.

Na esfera política, outro motivo enfraquecedor do processo ditatorial brasileiro, conseqüência também da falência do milagre brasileiro, foi, segundo Kucinski, a “votação esmagadora dos candidatos da oposição ao Senado”. Nessa eleição, em novembro de 1974, o

MDB, partido de oposição elegeu 16 dos 22 senadores. A bancada oposicionista da Câmara passou de 87 para 160 deputados, embora ainda não conseguisse fazer maioria. A “lenta, segura e gradual distensão” anunciada pelo Presidente Geisel em agosto de 1974 não ocorre da forma esperada. Quando as urnas foram abertas nas eleições seguintes, em 1978 – apesar de o governo restringir o acesso do MDB à televisão (Kucinski, 1982), o partido consolidou e ampliou a oposição, conquistando a maioria na Assembléia Legislativa em três dos principais Estados da Federação: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Segundo Kucinski (1982, p.100):

As eleições de 1978 caracterizaram a existência de uma profunda e irreconciliável contradição entre as políticas do governo cada vez mais antipopulares e nocivas a setores mais amplos da sociedade, e a aspiração desse mesmo regime de se ver legitimado pelo voto. Ora, como não havia perspectiva de solução a curto ou médio prazo para a crise econômica, não se podia contar com uma nova virada eleitoral a favor do governo.

A Igreja Católica era outra importante aliada dos militares. Com bispos, padres e freiras espalhados por todo o país, apresentava, graças a sua amplitude geográfica e sua infra-estrutura, importância extrema na consolidação ou refutação a qualquer sistema político social que viesse a se instalar em nosso país. Em 1964, a Igreja prontamente atendeu às necessidades dos organizadores do golpe, mobilizando a classe média contra o governo João Goulart, através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo Kucinski (1982, p.100), “desfechado o golpe, a Igreja benzeu os canhões”.

O olhar da Igreja sobre os pobres e oprimidos deu-se de forma gradual, influenciado pelas doutrinas emanadas do Concílio Vaticano II, conduzidas pelo Papa João XXIII em 1962. Inspirada nos movimentos de libertação dos países africanos, a ala progressista da Igreja começa a se organizar a partir da Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizado em

Medellín, Colômbia, em 1968. A partir daí, a proliferação das Comunidades de Base como nova forma de atração de fiéis, a própria influência espiritual-ideológica do catolicismo, bem como a evolução da ala progressista da Igreja se dão de forma extremamente rápida. Vários religiosos começam a ser perseguidos, presos, torturados e assassinados.

Ainda no período de surgimento do AI-5, movimentos a favor dos direitos humanos, comandados pela Igreja Católica começam a tomar vulto. Padres e bispos agora, além de líderes espirituais, são também líderes políticos. Templos são colocados a favor dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. A antiga aliada não era mais tão próxima. Kucinski (1982) relata o conflito entre Igreja e Governo no ano de 1978, o mesmo em que surge *Lampião*:

O conflito entre Igreja e Estado atinge intensidade máxima exatamente em 1978. Dois anos antes, grupos paramilitares matam dois sacerdotes (...). Na Baixada Fluminense é seqüestrado e submetido a torturas e espancamentos o bispo D. Adriano Hypólito. Em fevereiro de 1977, a CNBB divulga o manifesto 'Exigências Cristãs para uma Nova Ordem', com a posição da Igreja sobre a crise institucional. O documento encampa as posições mais avançadas da oposição liberal, exigindo um regime de justiça social e democracia.

Um balanço divulgado em 1979 pela CNBB atenta para os números do conflito não declarado entre Igreja e Estado: inúmeras invasões, ameaças de morte e seqüestros, oito religiosos assassinados, onze banidos, 122 presos – 34 dos quais submetidos à tortura – além das prisões de 131 ativistas cristãos leigos (Kucinski, 1982). Cada vez mais reprimida, a Igreja mais se identifica com as lutas e os movimentos populares. Não há quase resistência por parte dos religiosos mais conservadores. A Igreja, para estes, era a instituição primeira. Fossem quais fossem os motivos, não poderia ser perseguida.

A presença da Igreja no campo das lutas populares desconcerta e desmoraliza os chefes militares. Ao contrário do que diz a Lei de Segurança Nacional, Cristo está com quem luta contra o governo. O governo e não a esquerda é o anticristo. As esquerdas, e não os militares no poder, corporificam as tradições, os interesses e a cultura nacional. É curioso que para isso tenha contribuído a mais antiga multinacional – a Igreja – enquanto no campo oposto se situa a mais nacional das instituições, o Exército. Outra ironia formal da história (Kucinski, 1982, p.103).

Com o sistema financeiro enfraquecido e sua maior aliada agora como inimiga declarada, a ditadura brasileira dava cada vez mais mostras de exaustão. Era o momento propício para que discursos outrora esquecidos voltassem com mais vigor, construindo novas memórias.

1.3- Um olhar mais atento sobre o *Lampião*

O duro período político seguido pela implantação do AI-5 em fins dos anos 60 calou por um período de tempo a produção e circulação de jornais do cunho de *O snob*, embora outras produções pequenas e de curta duração houvessem circulado (Howes, 2004). No ano de 1969, quando do fim da circulação de *O snob*, há referência à existência de mais dois periódicos: *Baby*, editado na Bahia em 1969, e *Darling*, que circulou entre 1968 e 1969. Só há registro de um outro periódico em 1976, o chamado *Boletim informativo da caixinha*, que parece ter circulado somente em 1976, e, no ano seguinte, *Entender*, que parece também só ter circulado em 1977 (Howes, 2004). O mais duro período da ditadura militar também enfraqueceu o discurso gay.

No fim dos anos 70, o quadro político brasileiro estava em profunda transformação. Pode-se perceber o retorno do discurso das feministas, tocando em temas como sexualidade e aborto (Trevisan, 2002, p.337), além do divórcio (Superinteressante, 2004). A chegada de exilados políticos, em contato com as correntes de revolução sexual, em especial na Europa e nos Estados Unidos, trazia um enorme desejo de mudança e a possibilidade de uma retomada na produção do discurso considerado *não prioritário*.

Crescia no Brasil também o movimento de esquerda, e, a ele, em princípio, estavam ligados também os discursos de gays e lésbicas. Com o avanço do movimento de esquerda,

porém, as lutas dos movimentos homossexuais, da mulher e dos negros passam a ser consideradas minoritárias, um combate menor que deveria ser pensado em um momento posterior (Trevisan, 2002, p.338). Importava a luta maior, a batalha do operariado contra as forças opressoras capitalistas. Todas as outras formas de luta estavam, então, relegadas a segundo plano. Outro fator preponderante era a ligação entre o movimento de esquerda e a ala progressista da Igreja católica, o que não abria possibilidade para discussões sobre temas que interessavam às minorias como aborto, liberdade sexual, divórcio e homossexualidade.

Em fins de 1977, um grupo de jornalistas, intelectuais e artistas se reúne na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo. Animados com a entrevista de Wiston Leyland, editor do *Gay Sunshine*, surge a idéia da “*criação de um jornal feito por e com o ponto de vista de homossexuais, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente nas bancas de todo o país*” (Trevisan, 2002, p.338). Assim nascia o *Lampião*, que, segundo Green (1999, p.430), tinha “*um título sugestivo da vida gay de rua, mas que aludia também à figura do rei do cangaço*”. Em edição de *Isto é* de dezembro de 1977, Aguinaldo Silva, um dos editores do jornal anuncia o título do mesmo e o porquê da escolha do nome:

O nome do jornal? Há uma lista imensa, mas o que me agrada é *Lampião*: primeiro, porque subverte de saída a coisa machista (um jornal de bicha com nome de cangaço?); segundo pela idéia de luz, caminho, etc.; e terceiro, pelo fato de ter sido *Lampião* um personagem até hoje não suficientemente explicado (olha aí outro que não saiu das sombras) (*Isto é*. n.53, p.14, dez. 1977).

O jornal, em tamanho tablóide, era impresso em cores neutras. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro ou cinema. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos da sociedade eram constantes, assim como ataques diretos a homófobos ou a quem agisse de modo politicamente

incorreto em relação aos homossexuais. A linguagem “*era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual*” (Trevisan, 2002, p.339).

A entrevista com Aguinaldo Silva publicada na *Isto É* é extremamente rica em termos de explanação do tipo de consciência e mobilização – na comunidade homossexual e na sociedade como um todo – que se queria produzir com um jornal como *Lampião*:

Antes de tudo, é preciso resgatar o homossexual dos lugares que a ‘normalidade’ lhe destinou: os becos escuros, os banheiros públicos e as saunas. Sempre o enfoque é este: o homossexual é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição – seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (...) Mas há, ao mesmo tempo, uma maioria de homossexuais que procura, navegando através da repressão, levar uma vida não ‘normal’, que não se pode levar uma vida normal numa sociedade semi-apodrecida como a nossa. Mas, pelo menos tentando viver exatamente como as outras pessoas – quer dizer, ‘batalhando’ pura e simplesmente pelo dia-a-dia.

É esse lugar que a tal conscientização homossexual pretende ocupar – é esse território que a nossa tropa de choque pretende tomar do machismo. Não se trata mais dessa coisa de assumir, de ter que ‘ser aceito’ (...) Eu me recuso a aceitar o que alguns querem me impor – que a minha preferência sexual possa interferir negativamente nesta minha atuação. Nesse sentido o homossexual que se coloca numa posição progressista acaba tendo que lutar em duas frentes – ao lado daqueles com quem se afina politicamente e, ao mesmo tempo, lutando pelo direito de se exprimir de acordo com a sua preferência sexual, ou seja, de não se reprimir em nome de uma luta que seria ‘menos urgente’ (Isto é. n.53, p.14, dez. 1977).

Assumir e orgulhar-se de sua homossexualidade, sair dos guetos, transitar como qualquer outro cidadão, ter livre arbítrio para escolher lugares de lazer, e, acima de tudo, exprimir livremente sua sexualidade são temas constantes em *Lampião*. Em especial no primeiro ano de sua existência (1978), esta é a tônica do jornal. Em 1979, o orgulho de assumir identidades homossexuais é associado a questões políticas que emergem no panorama brasileiro. 1980 traz discursos homossexuais ligados a movimentos de conscientização homossexual, buscando o seu lugar dentro de um panorama político. Embora não compactuasse com a postura dos militares, a esquerda considerava as questões homossexuais como parte de uma ‘luta menor’. Nesse ano ocorre em São Paulo o I Encontro Nacional de Gays e Lésbicas e não se poder negar a

importância do jornal enquanto elemento articulador e divulgador deste evento. Rodrigues (2004, p.285) argumenta, porém, que o mesmo interesse pelo ativismo político que impulsionou o surgimento do jornal foi um dos maiores responsáveis pelo fechamento do mesmo:

É interessante observar que o interesse pelo ativismo político que deu o pontapé inicial para a concretização do jornal vai ser uma das causas pelo (sic) fechamento do jornal. As lutas internas, editoriais, em torno de qual identidade seguir e a possibilidade de uma burocratização do movimento 'guei' acabaram por descaracterizar o jornal, levando a uma sensível diminuição nas vendas dos exemplares.

A necessidade maior, portanto, além de sair do gueto, era dar voz a uma minoria, servir como veículo de comunicação livre das pressões e/ou visões estabelecidas por outros órgãos de imprensa. Na verdade, boa parte dos participantes do conselho editorial era de jornalistas ou de pessoas ligadas às artes e cultura em geral, mas que percebiam enorme *interdição discursiva*⁸ (Foucault, 2003a) ao sugerir o tema homossexualidade. Isso é claramente observado num texto do editorial de número 4 do jornal, escrito por Darcy Penteadó. Nele, o pintor responde a uma escritora amiga alcunhada de *darling* (pode-se perceber o jogo de palavras, já que a mesma, *querida* em inglês, é usada no meio homossexual e pode ter conotação pejorativa). A referida *darling*, que pode ser uma personagem imaginária, usada para reafirmar a posição do jornal, numa das reuniões do grupo do conselho editorial havia mencionado que não se fazia necessária a existência de um jornal homossexual, o que só aumentaria a discriminação. Segunda ela, os autores poderiam expor suas idéias nas colunas dos jornais onde escreviam. O trecho/resposta de Darcy vem a seguir:

Darling, como você é ingênuo!... Somos aceitos nos outros veículos pela nossa capacidade profissional que – apesar de sermos homossexuais, é também útil ao sistema. Portanto, são eles que nos usam e não o contrário. Nossa opinião é aceita desde que não contradiga as normas: dão-nos às vezes umas colheres de

⁸ Foucault (2003a) reconhece que a interdição é uma das mais potentes formas de exclusão. Para o filósofo, as áreas onde este processo é mais forte são a sexualidade e a política, revelando, portanto sua intimidade próxima do desejo e do poder.

chá e com elas conseguimos encher até pratos de sopa, mas se transbordarmos e sujarmos a toalha... já viu, não é? Você acha, por exemplo, que tudo isto que temos dito e continuaremos dizendo nas páginas de LAMPIÃO teria vez na imprensa hetero? A palavra 'homossexualismo' e suas decorrentes chegam a ser proibidas ainda em alguns jornais. A citação 'lésbica' foi cortada do artigo de um dos nossos colaboradores para um tablóide da imprensa alternativa. Vários desses mesmos tablóides que se apregoam contrários ao poder estabelecido, portanto vanguardistas políticos, negam a vez e a participação aos assuntos sexuais 'por não serem prioritários', e assim por diante. As exceções são abertas mais a serviço do machismo ou quando ajudam no faturamento, porque homossexualismo também virou consumo: "HOMOSSEXUAL atropelado quando atravessava a rua", "cachorro de HOMOSSEXUAL investe contra deputado", "ANORMAL tenta seduzir rapaz e é agredido", etc., etc. Ainda achamos que a melhor forma de se respeitar a integridade alheia e de se fazer respeitado é expor às claras as próprias verdades. Tínhamos então o ideal e a coragem, mas faltava-nos o veículo, até que LAMPIÃO criou essa possibilidade para nós e para os milhares de outros de quem esperamos ser esse jornal um porta-voz. Portanto, darling, aqui estão algumas das muitas razões de LAMPIÃO ter sido aceso, no momento exato e necessário (n.4, p.2, ago. 1978).

Pode-se perceber na análise dessa carta três posições discursivas do escritor/autor da mesma. Em primeiro lugar, ele se inclui no movimento homossexual quando diz "Somos aceitos nos outros veículos pela nossa capacidade profissional (...)". Num segundo momento, ele observa o movimento como alguém de fora, quando afirma "A palavra 'homossexualismo' e suas decorrentes chegam a ser proibidas ainda em alguns jornais". Num terceiro ato, ele menciona a posição do jornal, completando uma série de assertivas que podem servir para uma melhor visão da formação ideológica do jornal. Tal exemplo se encontra em "Portanto, darling, aqui estão algumas das muitas razões de *LAMPIÃO* ter sido aceso, no momento exato e necessário".

Concomitantemente ao período de circulação do *Lampião*, várias outras vozes se fizeram ouvir enquanto ecos do discurso homossexual. Além de pequenos jornais que circularam em âmbito local, vários grupos organizados surgiram. O Somos, com sede em São Paulo, mas com filiais em várias outras cidades do Brasil, foi o maior deles. O Grupo Gay da Bahia, integrado por Luiz Mott, mencionado também no jornal, é atuante até os dias de hoje. Não é difícil achar, nas páginas do *Lampião*, referências a vários outros desses grupos: Auê no Rio de Janeiro e em

outras cidades, Eros em São Paulo, Facção Lésbico-Feminista em São Paulo, Libertos em Guarulhos, Beijo Livre em Brasília, Terceiro Ato em Belo Horizonte, Fração Gay da Convergência Socialista em São Paulo, dentre inúmeros outros. Eventos de maior porte, dando visibilidade não só aos homossexuais, mas às minorias em geral são organizados e noticiados: A semana de minorias que reuniu negros, mulheres e homossexuais ocorrida na USP e noticiada em no número 10 de *Lampião*, em março de 1979; o Encontro Nacional de Mulheres, noticiado no mês seguinte; o I EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais, ocorrido em maio de 1980, todos parte do processo da “briga da esquerda maior contra a esquerda menor” (*Lampião*. n.23, p.6, abr. 1980).

O panorama histórico, o contexto social, o enfraquecimento da ditadura, as várias vozes que ecoam são, dentre outros, fatores que preparam um terreno fértil para o processo de afirmação de identidades e construção de memórias que perduram até os nossos dias.

2 . A construção da memória: saindo da indiferença

Para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão (Davallon, 1999, p.25).

Neste capítulo pretendo analisar o processo de construção da memória social, demonstrando que esta pode assumir aspectos que encampam e refletem disputas e jogos de poder.

O atual processo de globalização em que vivemos e cujos reflexos sofremos em todas as partes do mundo vem romper com o tradicional modelo de transmissão de valores sociais em que a memória é o principal elemento propulsor e mantenedor. Abordada para além do âmbito meramente subjetivo, a memória passa a ser estudada como parte de um processo vivo e em constante transformação, permitindo que os acontecimentos sejam (re)construídos e rememorados a partir dos vários dados e noções partilhados pelos diferentes componentes dos grupos sociais. Pierre Nora (1993, p.8) analisa o processo de transição nos estudos da memória, percebendo que o período pós-estruturalista em que vivemos é o

Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro, quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução.

Não há mais tanto espaço, portanto, na sociedade contemporânea, para uma concepção de memória enquanto espaço linearmente constituído, mas busca-se contemplar os lugares onde a mesma se *crystaliza e refugia*, segundo Nora. Para o historiador é preciso repensar a partir de que

momento tais lugares nascem, como surgem e o que essa memória quer sacralizar. A disputa de interpretações presente no âmbito do discurso (Mariani, 1998) - que ocorre quando determinado aspecto ideológico passa a ocupar lugar de destaque, se tornando mais importante do que outro, saindo do domínio do comum e passando a pertencer ao coletivo – torna-se um elemento referencial para se repensar as questões colocadas por Nora. Se visualizarmos o discurso enquanto elemento que reflete os jogos de poder presentes na sociedade e também enquanto constituinte da “materialidade de uma certa memória social” (Achard, 1999, p.11), chegaremos à conclusão de que a construção e a manutenção da memória hoje estão intimamente ligadas aos discursos e, conseqüentemente, aos mesmos jogos e/ou relações de poder que nos regulam.

Os estudos de Foucault postulam que este estreito vínculo entre discurso e poder afasta o primeiro da relação de transparência entre as palavras, colocando-o na posição de acontecimento, determinado a partir de uma emergência histórica, inserido em determinadas práticas discursivas (Silva, 2004 a). As palavras assumem assim materialidade, estabelecendo as condições para que se possa falar de certos objetos ou pessoas a partir de determinados lugares. Regidos pelo poder emanado das instituições, os enunciados circulam por diferentes regiões do dizer, assumindo sentidos de acordo com as diversas formações discursivas em que estão inseridos. Ao falar de formação discursiva, tomo como parâmetro a abordagem de Pêcheux (*apud* Mariani, 1998), que a concebe como aquilo que pode ser dito a partir de determinado lugar, de uma posição específica, de uma conjuntura dada. Os sentidos, embora sempre tenhamos a ilusão de que são inicialmente nossos, nascem de outros e apontam para outras direções. O lugar ocupado pelo sujeito é o mais importante nesse jogo lingüístico: é este lugar que vai apontar os sentidos que serão produzidos e a memória que será produzida, sendo esse processo construído, desconstruído e reconstruído ininterruptamente.

Este mecanismo, próprio ao discurso, de controlar o que pode e deve ser dito em determinada situação engendra seus próprios meios para também excluir. Procedimentos como o da interdição discursiva determinarão “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2003 a, p. 9). A *ordem do discurso*, portanto, conforme concebida por Foucault, é própria a um período particular e possui uma função normativa e reguladora, colocando em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas vigentes em determinadas épocas (Revel, 2005).

Voltando a Nora, uma das formas de transposição da memória do domínio individual para o domínio coletivo ou social dá-se no âmbito dos acontecimentos. Um fato, muitas vezes simples, apenas notado no momento de sua ocorrência, pode assumir maior importância no futuro, a ele sendo conferida a noção de ato inaugural, tornando-se assim carregado de significado. Mesmo inserido em uma ação considerada ínfima, apenas notada no momento, a este ato o futuro confere a grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais (Nora, 1993). Assim, determinados acontecimentos podem ser “imediatamente carregados de sentido simbólico” e se tornam “eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada” (1993, p.25).

O discurso jornalístico é tradicionalmente formador de sentidos, criador de memórias, ato inaugural – já que apresenta a possibilidade de romper com discursos anteriores e apontar outros, ou dizê-los de outra forma. Segundo Mariani (2001), enquanto prática social, o discurso jornalístico é capaz de captar, transformar e divulgar acontecimentos, lendo o presente, organizando o futuro e legitimando o passado. A seleção dos acontecimentos que serão

lembrados no futuro engendra e fixa sentidos para os mesmos, constituindo um modo possível de recordação destes fatos. Na análise de Mariani, portanto,

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário (2001, p.33).

O jornal *Lampião*, por conseguinte, passa a constituir lugar de memória à medida que atua como acontecimento fundador, instaurando uma nova ordem de sentidos para o discurso homossexual da época: uma ruptura com o modelo do discurso de gêneros dicotomicamente estabelecido. O que caracteriza um discurso como fundador, segundo Orlandi, é “que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado” (2001, p.13). Investido de uma “aura simbólica” (Nora, 1993, p.21) conferida pelos próprios leitores, *Lampião* desempenha um papel como que de objeto de um ritual, tornando-se, assim, elemento de reconhecimento da comunidade:

Para mim vocês estão funcionando como registro, como memória do viadeiro nacional. A práxis é nossa, basta usarmos a memória para não cairmos nos mesmos buracos.

Eduardo G. de Carvalho – Rio (n. 15, p.18, ago.1979. Anexos p.163).

Pessoal amigo do *Lampião*. Hoje estourou a greve dos motoristas e não tive como sair de casa para o útil/fútil do cotidiano. Que bom. Me pego relendo o *Lampião* e sinto que devo escrever pra vocês. Pra dizer que estou com vocês, pro que der e vier. Dar força pro jornal, que está muito bom. Pra dizer que bom que *Lampião* não é apenas guei, que *Lampião* também é qualquer problema humano de interesse. Estou feliz por existir *Lampião*, único no gênero, o resto ou é muita viadagem ou muito machismo. E as coisas, na realidade não são bem assim. Vocês estão sabendo (...).

Wanderley Sanches – São Paulo (n. 13. p.19, jun. 1979. Anexos p.158).

Convém, portanto, perceber que a importância do periódico enquanto constituinte de memória da comunidade homossexual se dá pelo reconhecimento e pela inserção dos leitores no

jornal. A própria abordagem das cartas, a linguagem descontraída e próxima, o uso de formas de tratamento informais, o fato do próprio leitor se inserir no discurso através do pronome possessivo *nosso* faz do *Lampião* elemento legítimo deste contrato de comunicação.

Amigos: acabo de receber o nosso *LAMPIÃO* Nº 15, e gostaria de saber o que eu, na condição de pessoa física, posso fazer pra ajudar na luta pela liberação do nosso jornal (...).

Moacir S. A. F. – São Paulo (n.16, p.18, Set.1979. Anexos p.166).

Meus queridos: estou convivendo com vocês há 13 meses. Me acostumei a, todos os meses, abrir minha porta, pra vocês, sempre na primeira semana do mês, e a conversar com vocês através do que vocês escrevem. Essa carta é uma maneira de manter o nosso diálogo – eu também quero falar (...).

José Ramalho da Costa – Recife (n. 14, p.19, Jul. 1979. Anexos p.161).

O *Lampião* tornou-se, então, um dos grandes representantes da imprensa marginal – ou imprensa nanica, termo usado pelos próprios leitores - em especial, no que se refere à temática homossexual. Sua postura influenciou e ainda é lembrada por diversas publicações e pesquisas que envolvem o tema, conseguindo também o reconhecimento entre artistas e intelectuais não homossexuais da época, além de transformar-se numa espécie de farol (para prosseguir a metáfora no campo semântico da luz) – prenúncio dos outros modelos identitários que veríamos retratados nos estudos de gênero, em especial nos estudos *queer*, anos depois.

Para uma melhor visão de como acontecimentos como o surgimento de um jornal passam a ocupar maior importância no futuro, ou de como assumem maior sentido simbólico, faz-se necessária, neste texto, a análise de alguns conceitos de Michael Pollak (1992). O sociólogo apresenta um panorama de como a memória é constituída e de como acontecimentos englobam/ocupam o lugar de outros, conforme vimos em Nora (1993), em concordância com o destaque que determinados fatos, ainda que desprovidos de maior significado no momento em que ocorrem, assumem no futuro.

É também presente na análise de Pollak (1992) a associação entre memória e identidade(s) social(ais). A memória torna-se um elemento que constitui o sentimento de identidade(s), seja ela individual ou coletiva, na medida em que se torna um fator importante do sentimento de continuidade, de coerência de uma pessoa ou grupo no processo de sua própria (re)construção. Essa (re)construção passa pelo viés da negociação, da transformação em relação ao outro. Conforme menciona o autor,

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

(...)

a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (1992, p.204, 205)

Convém ressaltar que Michael Pollak trabalha com a noção de identidade social, reconhecendo-a enquanto única, coesa. Para ele, este sentimento de identidade está intrinsecamente ligado à formação da memória. Porém, autores como Moita Lopes (2002) e Mariani (1998) mencionam identidades fragmentadas e posições discursivas, o que pressupõe um sujeito dividido, que assume várias facetas identitárias de acordo com as suas necessidades, os papéis sociais que desempenha no contexto político, social e ideológico em que se encontra. É dessa perspectiva identitária que se inscreve a interlocução entre os leitores e o jornal *Lampião*, materializada via sugestões, opiniões e críticas, expressas nas cartas enviadas à redação pelos leitores.

Posso ir, assim, mais adiante, reconhecendo a noção de identidade(s) social(ais) como um dos fatores mais relevantes na constituição do discurso, que, versando sobre determinado fato / acontecimento, constrói memória. O discurso é, portanto, elemento capaz de influenciar

decisivamente no reconhecimento de si enquanto indivíduo e/ou grupo, além de interagir nos conflitos políticos que resultam em identidade(s) e memória.

Para Pollak (1992), três seriam os elementos mais importantes na constituição de memória, seja ela individual ou coletiva. Em primeiro lugar, estão os acontecimentos vividos pessoalmente ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Um segundo item diz respeito às personagens/pessoas com quem o indivíduo conviveu, ou personagens que se tornaram conhecidas ainda que não pertençam ao tempo-espaço do indivíduo, mas com quem ele/ela se identifique. Em terceiro plano, Pollak arrola os lugares, também ligados a uma lembrança pessoal, ainda que desfocados em termos cronológicos ou associados a grupos. O autor cita como exemplo dessa relação com lugares, pessoas ou fatos vividos indiretamente a própria relação dos franceses com as I e II Guerras Mundiais. A Primeira Guerra, por ter deixado marcas mais fortes, maior número de mortos, absorve a Segunda, como se tivesse havido uma única Grande Guerra. Isso se reflete inclusive nas comemorações – a data mais comemorada é o 11 de novembro, data oficial do fim da I Guerra e não o 8 de maio – data oficial do fim da Segunda, sendo que a imagem que vinha à mente dos jovens entrevistados no período pós-Segunda Guerra era da indumentária dos soldados da Grande Guerra anterior, período no qual não haviam vivido – ocorrendo então uma memória transferida por herança. Para tomar como base a noção de lugar, outro exemplo: os descendentes de africanos, cujos pais ou avós haviam emigrado para a França, embora não fossem africanos, traziam consigo um sentimento forte de pertencimento e ligação com os países de origem de seus antepassados.

Através destes exemplos pode-se perceber o processo seletivo da memória, já que nem tudo é gravado ou registrado. Para Pollak, tal seleção está ligada à constituição do sentimento de

identidade, sendo resultado de “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p.205).

Mariani (1998) entende que essa disputa ocorre no campo das interpretações para acontecimentos presentes ou já ocorridos e tem como resultado a predominância de uma ou mais interpretações e um – por vezes aparente – esquecimento das demais. Essa interpretação que predomina é então reconhecida como memória oficial, enquanto a que faz parte do segundo caso constitui o esquecimento – que pode retornar com nova força a qualquer momento, dialogando ou confrontando a memória oficial. Esse sentido considerado *esquecido* funciona, inúmeras vezes, como resíduo dentro de um discurso hegemônico, pronto para retornar, trazendo à tona o diferente, aquilo que deveria ser deixado de lado, justamente por ser *estranho*. A autora está em concordância com Orlandi (2002, p.10), já que esta última também afirma que há um duplo jogo de memória quando a relacionamos ao discurso.

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível a diferença, a ruptura, o outro.

Para que essa memória oficial ou institucional ocorra é necessário o esquecimento, mas, de forma paradoxal, o esquecimento produz deslocamento, o surgimento de novos sentidos – ou ainda, o que Pêcheux, *apud* Mariani (1998, p.26), chama da resistência em termos discursivos: “é a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É ressignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes”.

Pode-se afirmar que essa estabilização da memória institucional se dá pela repetição de um discurso que está a serviço do poder, ou como afirma Achard (1999, p.16), “a regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da

ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este, fundador”. Para o autor, uma vez que reconhecemos essa repetição, precisamos supor que existem procedimentos que estabelecerão deslocamentos, comparações e relações contextuais.

Voltando à análise do esquecimento, este, segundo Pêcheux (1975), se dá em dois aspectos. No primeiro caso, ou esquecimento ideológico, esquecer está ligado à instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Nesta situação, temos a ilusão de que a origem do que estamos dizendo dá-se em nós mesmos, ao passo que, na realidade, estamos retomando sentidos pré-existentes. Como afirma Orlandi:

Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. (2002, p.35).

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação. Quando falamos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro. Quando o editorial de número 0 de *Lampião* intitula-se *Saindo do gueto*, ao mesmo tempo quer dizer – *Não devemos nos esconder mais, não é mais tempo de vivermos na sombra. Mostremo-nos*. Ao que parece, no caso do jornal *Lampião*, um discurso antes interditado, esquecido e silenciado retorna com força, redirecionando os sentidos hegemônicos do presente / da época, daí o jornal produzir uma vertente do discurso homossexual que não se tinha visto até então. Tais esquecimentos deixam bem à mostra a necessidade e a possibilidade que o discurso tem de se adequar às diversas formas de poder, mas ao mesmo tempo também sendo oriundo delas. Suas lutas, reflexos e embates com as instituições têm papel primordial para definir o que *deve ser lembrado* e o que *deve ser esquecido*, e quais sentidos serão construídos e significados. Orlandi (1999), analisando o esquecimento provocado

pela censura – não nos esqueçamos que *Lampião* circulou em um período de fim de ditadura no Brasil – afirma que a mesma tem justamente a capacidade de silenciar sentidos, excluir, interditar, a fim de que não haja um “já dito, um já significado, constituído nessa memória de tal modo que isso tornasse, a partir daí, outros sentidos possíveis”. A lingüista fala de faltas, de tal modo que alguns significados não fazem sentido, excluindo o que poderia ser significado e os novos sentidos oriundos deste esquecimento. A interdição então causa furos, buracos na memória, sentidos que faltam, significados que desaparecem, apagados, interditados, excluídos. Um esquecimento produzido a partir do silêncio. Sentidos que nunca poderão ser ditos.

Lampião vem justamente lançar luz sobre estas brechas, reconstruindo novos sentidos de memória. Através de suas páginas, em pouco mais de três anos de circulação, constrói e descreve posturas identitárias de uma das parcelas mais excluídas da memória institucionalizada, significando o homossexual enquanto cidadão e ser político capaz de interferir no contexto político-social do país e de buscar novos parâmetros em relação a um discurso tão institucionalizado como o do sexo. Enfim, como afirma Simões Jr.(2004, p.298), o jornal constituiu-se como “espaço de memória, construção, reflexão e manutenção de um grupo durante um período extremamente conturbado e emocionante do ponto de vista histórico”, sendo até hoje reconhecido como elemento propagador de um discurso que buscava engendrar consciência política e de direitos, um elemento produtor de uma memória homossexual brasileira.

3. Discursos e construções de identidades

Escolha ou destino, acidente ou estilo de vida, a homossexualidade é plural. Qualquer colocação que vise a unificá-la e reificá-la leva ao impasse. A pulsão é, certamente, universal, mas a preferência sexual não o é. (Badinter, 1993, p.113).

Dadas as informações dos capítulos anteriores, referentes primeiramente ao surgimento sócio-histórico do jornal *Lampião* e em seguida ao processo de construção de memória social, antes de partirmos para a análise do *corpus* propriamente dito, faz-se necessário conhecer melhor e discutir com cautela as noções de discurso e como o uso deste torna-se elemento constituinte de processos de construção identitária.

3.1 – Identidades homossexuais

Para manter uma estrutura de unidade e coerência neste texto, procurarei dar conta de algumas questões que permitirão uma melhor análise do *corpus* no capítulo seguinte:

- a) O que se entende por identidade(s) homossexual(ais)?
- b) Como o discurso constrói relações de poder? Como essas relações se dão no discurso?
- c) Como é o processo de construção da(s) homossexualidade(s) no discurso?
- d) Que faceta(s) da(s) homossexualidade(s) é(são) mostrada(s) no jornal?

As questões relativas a outros modelos identitários estão cada vez mais sendo discutidas nas teorias sociais. As velhas identidades – que por tanto tempo deram estabilidade à sociedade – estão em declínio, fazendo com que novos e/ou outros modelos surjam, fragmentando o indivíduo

moderno, até então visto como um sujeito unificado. Esta *crise* está inserida em um processo mais amplo de mudança, que provoca o deslocamento das estruturas das sociedades modernas, aquilo que anteriormente dava ao indivíduo a sensação de estabilidade na sociedade (Hall, 2003).

Os conceitos de sujeito e identidade que reinavam em nossa sociedade durante a Idade Média baseavam-se na ordem secular e divina das coisas, fundamentados no conceito de verdade que seguia padrões clássicos, ou seja, eram imutáveis, perenes. Esse sujeito era baseado numa concepção da pessoa humana indubitavelmente centrada, unificada, dotada das capacidades da razão, consciência e ação. Essa *essência* desenvolvia-se durante toda a vida do indivíduo. Era ela quem formava a identidade, permanecendo quase que imutável, sofrendo pouca ou nenhuma influência do meio. O indivíduo tinha apoio estável na tradição e nas estruturas sociais, sendo estas consideradas divinamente estabelecidas, portanto incapazes de apresentar mudanças. Hall afirma que “O status, a classificação e a posição de uma pessoa na ‘grande cadeia do ser’- a ordem secular e divina das coisas – predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano” (2003, p.25). A formação de identidade, portanto, estava mais ligada à classificação ou ao lugar que esta pessoa ocupava no sistema social do que ao indivíduo em si, e esta identidade era infensa às transformações.

A noção de sujeito indivisível, unificado em seu próprio interior, único e singular, começa a ser minada com o surgimento de novos conceitos no panorama ocidental. A Reforma Protestante, a Revolução Científica e o processo de urbanização dos séculos XVI, XVII e XVIII provocam uma série de questionamentos em relação ao que se conhecia como verdade até então, inclusive a noção de identidade essencialista. A consciência individual poderia, a partir desse período, ser exposta diretamente a Deus e o homem passava a ser o centro do universo, podendo

questionar, decifrar a natureza, além de ter a oportunidade de, através da livre análise dos conceitos bíblicos, científicos e sociais, lançar luz sobre novos modelos identitários.

A não vinculação de identidade(s) e essência acontece de forma gradual no decorrer dos séculos até chegar a um estágio considerável com o grande avanço da ciência na segunda metade do século XIX, período em que já se admitia a existência da homossexualidade, embora esta – pelo menos no meio médico-psiquiátrico - fosse considerada doença. Não se pode deixar de mencionar que tal visão para a época era um avanço, bem como uma forma de visibilidade para os homossexuais. Começava-se a admitir a existência de pessoas que assumissem identidades homossexuais e que deveriam – pelo menos a princípio – ser submetidas a cuidados *especiais*, em consonância com as abordagens científicas da época e não perseguidas como criminosos. Os termos homossexual e homossexualismo, surgidos na segunda metade do século XIX, estão amplamente ligados ao discurso médico, sendo – em especial, o homossexualismo – veementemente criticado pelos estudiosos e movimentos homossexuais da atualidade.

Tal visão relacionada à homossexualidade durou por boa parte do século XX, embora começasse a ser combatida com pesquisas como a de Alfred Kinsey, que acabou corroborando com o rompimento do modelo de masculinidade tradicional, de identidade una e com características bem marcadas. Após um período em que os movimentos homossexuais deixam de existir, em muito graças à ascensão hitlerista e à Segunda Guerra Mundial, Kinsey publica em 1948, nos Estados Unidos, *O comportamento Sexual do Homem*, também chamado *Relatório Kinsey*. Fry e MacRae analisam o relatório e relatam o que este apresentava de destaque para o panorama da sexualidade naquela época.

Este estudo detalhado e cientificamente respeitado compilou informações estatísticas sobre um total de 12.214 entrevistas de homens brancos. Mostrou que, em termos de comportamento, os homens dos Estados Unidos não podem ser divididos em dois grupos estanques: homossexuais e heterossexuais. Kinsey descobriu que é melhor pensar em termos de um *continuum* que se estende do comportamento exclusivamente heterossexual até o comportamento exclusivamente homossexual. A população masculina se espalha entre esses dois pólos. Assim, constatou que 37% dos homens de seu país tinham tido pelo menos uma experiência homossexual que levasse ao orgasmo. 18% tinham tido pelo menos tantas experiências homossexuais quanto heterossexuais durante um período mínimo de três anos, e 4% eram exclusivamente homossexuais (Fry & MacRae, 1984, p.92).

Após o choque inicial para a conservadora sociedade americana, percebeu-se que antigos conceitos precisavam ser revistos e outros paradigmas clamavam por emergir: dentre eles, em especial, a mudança da visão da heterossexualidade e homossexualidade enquanto comportamentos estanques, característicos de identidades unas e bem delimitadas. Kinsey percebe que não se pode dividir a humanidade em dois padrões definidos, em homossexuais e heterossexuais. Embora sua pesquisa seja hoje pouco mencionada nos estudos de gênero, ela começou a questionar os valores da sociedade ocidental, baseados no *two-sex model* (Laqueur, 2001), ou seja, em apenas dois modelos de sexo possível (homem x mulher) ou sexualidade (homossexual x heterossexual). Conforme análise de Kinsey abaixo,

Os machos não se dividem em dois grupos distintos: os heterossexuais e os homossexuais. O mundo não está dividido em ovelhas e carneiros. Nem todas as coisas são negras, nem todas são brancas. É um princípio fundamental do sistema de classificação que raramente na Natureza se encontram categorias nitidamente separadas. Só a mente humana inventa as categorias e tenta abrigar os fatos em compartimentos separados. O mundo vivente representa uma continuidade em todos os seus aspectos. Quanto mais depressa aprendermos esta noção, aplicando-a ao comportamento sexual do homem, tanto mais depressa compreenderemos claramente o que é a realidade do sexo (Kinsey, *apud* Fry & MacRae, 1984, p.79).

Avanço mais significativo dá-se com a revolução sexual dos anos 60 do século XX. O crescimento do movimento feminista ajudou a reduzir o preconceito contra o movimento homossexual, cujas primeiras organizações nos Estados Unidos datam de 1924 (Nunan, 2003), embora tenham sido paralisados de 1935 a 1948 (Fry & MacRae, 1984). O direito ao prazer sexual – amplamente divulgado pelas feministas – como forma de bem-estar psíquico, a reorganização social que propiciava novos modelos de família e relacionamento e o surgimento da pílula anticoncepcional rompem com o modelo religioso que pregava o relacionamento sexual apenas e tão-somente voltado para a procriação. Todo esse contexto ampliava e fortalecia cada vez mais o movimento homossexual, aumentando-lhe a visibilidade. Elizabeth Badinter, filósofa francesa, traça uma importante análise da construção de identidades masculinas, e, inseridas nelas, a variante homossexual. A autora relata o panorama identitário dessa comunidade nos anos 60 do século XX:

No final dos anos 60, paralelamente à reconsideração, pelas feministas, das identidades e papéis sexuais, alguns homossexuais norte-americanos saem de seu silêncio forçado para pôr termo a uma clandestinidade dolorosamente sentida como patológica. Para começar, eles mudam de designação. Em vez de homossexuais, que tem uma conotação médica ligada à perversão, eles preferem a denominação de gays (que existe desde o século XIX), mais neutra, que designará uma cultura específica positiva (1992, p.113).

O ano de 1969 pode ser considerado como um marco na história do movimento homossexual mundial que, a partir de então, tomou uma feição mais radical. Na noite de 28 de junho de 1969, alegando o descumprimento das leis sobre a venda de bebidas alcoólicas, policiais tentaram mais uma vez fechar o bar *Stonewall Inn*, freqüentado por homossexuais, localizado no Greenwich Village, em Nova York. Os policiais usaram como argumento o fato de que o local era propriedade da máfia italiana que se encontrava instalada na cidade. Muitos freqüentadores

eram agredidos e presos aleatoriamente. A ação policial desta noite, porém, que inicialmente era rotineira, apresentou conseqüências inesperadas. Os homossexuais atacaram os policiais com pedras e garrafas, gritaram frases de ordem como “Poder Gay”, “Eu gosto de rapazes” e “Sou bicha e me orgulho disso”. Reforços policiais foram convocados, o que chamou a atenção do bairro e da imprensa. Todos esperavam o desfecho da situação. A batalha durou cinco dias e terminou com a intervenção do prefeito, decretando o fim da intervenção policial. Pouco depois a Frente de Libertação Gay lançou o jornal *Come Out* e decretou-se este evento como o fundador do Dia Internacional do Orgulho Gay, comemorado hoje em 140 países (Fry & MacRae, 1984). A primeira destas paradas ocorreu na própria Nova York em 28 de junho de 1970, lembrando o fato ocorrido no *Stonewall Inn* um ano antes (Nunan, 2003). Fatos como este dão cada vez maior visibilidade ao homossexual, culminando com as grandes passeatas do Orgulho Gay da atualidade, que são imensas vitrines da diversidade identitária a que podemos nos vincular na sociedade contemporânea.

A tese da identidade essencialista é mais uma vez abalada ao nos referirmos aos conceitos atuais de sexualidade. “Visões essencialistas das identidades sociais partem do princípio de que todos os membros de uma categoria comum compartilham exatamente as mesmas características e experiências” (Moita Lopes, 2002, p.99). Para a visão essencialista, portanto, assumir identidade(s), quaisquer que fossem, seria inserir-se em sistemas bem delimitados, com características específicas e bem marcadas. Assim teríamos poucos modelos possíveis de identidade sexual. Nossa sexualidade estaria eternamente condicionada ao sexo biológico: homem ou mulher. Os homossexuais estariam fadados a ser o que sempre se construiu no imaginário popular: efeminados, ligados à prostituição, caricatura da mulher – já que os homossexuais de postura mais masculina não seriam considerados como tal. O único modelo de

masculinidade possível seria o da masculinidade hegemônica – termo utilizado por Moita Lopes (2002) – um homem dono de atitudes específicas que o determinassem como tal, estando esta identidade “associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e afirmar, se necessário pela força” (Badinter, 1993, p.99). Tal afirmação baseia-se no próprio construto cultural da identidade masculina. Aspectos como o status, o sucesso, a resistência, a dominação social do homem por outro homem, além das bem-sucedidas investidas sexuais com as mulheres sempre foram alvos dos representantes da masculinidade hegemônica. Afirmar tais valores implica também reviver e repetir uma série de *nãos*, ou definir a sua identidade por *oposição*. Em outras palavras, constroem-se identidades masculinas sobre a rejeição de tudo o que é feminino, ou o que é culturalmente associado ao feminino. Como teoriza Badinter,

Tradicionalmente, a masculinidade se define mais por evitar alguma coisa (...) do que por desejar alguma coisa. Ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres (Badinter, 1993, p.117).

A identificação feminina, neste contexto, estaria associada à passividade, docilidade e submissão. Nesta lógica, a homossexualidade – que seria uma dominação do homem pelo homem - é considerada uma perturbação da identidade de gênero que ameaça a manutenção da superioridade social do sexo masculino (Nunan, 2003). Como a concepção social de masculinidade é heterossexual, a homossexualidade assume o papel de contraste, do negativo, do que é indesejável: do homem que abdica de sua posição *superior* para se submeter / se igualar a uma mulher; ou ainda, para se constituir em um ser inferior a ela, já que é ele próprio quem abdica de sua posição de *superioridade*.

Não se pode deixar de mencionar certos conceitos que perpassam a masculinidade hegemônica e corroboram para a manutenção do preconceito em relação aos homossexuais: a homofobia e a misoginia desempenham importante papel no sentimento de identidade masculina. Embora visem pessoas de diferentes gêneros, constituem uma aversão que tem a mesma raiz. A homofobia é o horror às qualidades femininas nos homens, enquanto a misoginia é o horror às qualidades femininas nas mulheres (Badinter, 1993). Na verdade, tais posturas demonstram o próprio horror que muitos homens têm ao confrontar o seu feminino e *abdicar* de todas as vantagens que ser um representante da masculinidade heterossexual dominante lhe confere, embora não se deva deixar de mencionar que a homofobia e a misoginia não são características exclusivamente masculinas.

Não se pode deixar de registrar que as regras sociais predominantes em nossa sociedade sempre privilegiaram e foram ditadas pelo homem branco, heterossexual, jovem e de classe média. O *verdadeiro* homem tem “o privilégio de ser macho e viril”. Ele é “um ser destinado ao prazer, prazer de ser homem – o que o tira do lugar-comum. Ele é bem-sucedido, se dá bem com as mulheres (...), sabe se defender (...), tem bom desempenho sexual, é bem resolvido” (Simões Jr., 2003, p.03). Assim, assumir modelos de identidades homossexuais é estar caminhando em direção contrária a todo um modelo de concepção de mundo, e às regras criadas por esse modelo. É tornar-se o outro, o diferente, o estranho, alguém que está à margem, o *queer*.

Este medo do feminino acaba por conceber outros sentimentos como a homofobia e a misoginia. Tais sentimentos são reflexos de vários medos, como o de não ter a sua imagem associada ao sexo forte ou o da igualdade entre os sexos, por exemplo. Para Badinter (1993), os

homófobos são pessoas conservadoras, rígidas, favoráveis à manutenção dos papéis sexuais. A homofobia reforça a frágil heterossexualidade de muitos homens, sendo um mecanismo de defesa psíquica, uma estratégia para evitar o reconhecimento de uma parte inaceitável de si.

De fato, a homossexualidade remete ao temor secreto dos próprios desejos homossexuais. Ver um homem efeminado desperta enorme angústia em muitos homens, pois desencadeia neles uma tomada de consciência de suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, que eles consideram um sinal de fraqueza. As mulheres, é claro, não temem sua feminilidade. Esta é em parte a razão pela qual os homens são mais homófobos que as mulheres (Badinter, 1993, p.118-9).

Estar inserido, portanto, em modelos de identidades homossexuais implica na responsabilidade de assumir e transformar toda a carga negativa criada pelos discursos dominantes no imaginário popular. Assumir identidades homossexuais no período de circulação do *Lampião* era, também, agir sob uma contingência histórica bem específica. O lugar de enunciação histórica do homossexual no período do fim dos anos 70 não mais se repetiu em nossa história, pois as construções das identidades homossexuais estavam intimamente ligadas à luta de classes e conseqüente ocupação de um lugar no contexto político, à revolução feminista e sexual. Não era, portanto, apenas o sujeito homossexual quem falava, mas a sua posição inserida neste contexto político-social específico.

Ao participar de práticas discursivas, agimos sob contingências sócio-históricas. Quando falo a partir de determinado lugar, reproduzo determinados sentidos de acordo com a formação discursiva na qual estou inserido. Assumir determinadas posições e posicionar outros é refletir sobre as relações de poder no discurso, o que faz com que este último saia da condição de simples estrutura e se torne acontecimento, dotado de materialidade.

O poder engendrado no discurso é capaz de normatizar o que pode ser considerado verdade em determinada época – determinando o que é verdadeiro ou falso, o que é permitido ou não falar, e de que lugar se pode proferir tal discurso, pois é neste lugar que o poder e o saber se articulam, transformando-se em verdade, determinando o que pode ser dito, o que vai determinar o que é normal e o que não é, a quem vai ser dado o direito à fala e quem deve se calar.

No período em que circulou o jornal *Lampião*, por exemplo, um discurso homossexual, e que, além disso, pregasse liberdade sexual e política, só poderia ter lugar na considerada imprensa marginal ou marrom, fora do discurso da grande imprensa da época.

A vontade de verdade, nas palavras de Foucault, objeto perseguido pela sociedade através do discurso, é uma configuração histórica. “Não há uma verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas” (Gregolin, 2004, p.98) e que levam em consideração visões criadas institucionalmente.

Essas vontades de verdade, criadas em vários momentos por instituições diferentes, provocam o aparecimento de muitas vozes no discurso, que formam inúmeros sentidos e que dialogam entre si. O discurso enquanto elemento que posiciona as pessoas de acordo com fatores como classe social, gênero, sexualidade, raça, etnia, dentre outros, é fator preponderante na produção de relações dialógicas no texto. As relações dialógicas são, como afirma Bakhtin (2002), o principal elemento constitutivo da linguagem e aquele que produz a condição do sentido no discurso. Assim, o discurso é proferido de determinados lugares e ao mesmo tempo nos coloca neles. Quando produzido, este discurso proferido de determinado lugar produz

relações dialógicas com um outro receptor, com quem interage. Esta relação produz sentidos que mantêm os participantes deste processo neste mesmo lugar ou os deslocam, fazendo com que a produção discursiva seja um processo contínuo, constante, que se desloca ininterruptamente. É o processo resultante de “vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras” (Barros, 2003, p.4).

As múltiplas vozes que ecoam em *Lampião* constroem, a cada edição, a possibilidade de novos lugares de enunciação para o homossexual, além de novos sentidos em seus discursos. A cada carta, a cada resposta dos editores, a cada carta em que se comentam outras cartas, as identidades são (re)construídas e (re)posicionadas. São muitas vozes que falam de identidades múltiplas, fragmentadas, complexas. Tem-se consciência, assim, do enorme poder que a linguagem detém. Poder de incluir ou excluir, aceitar ou refutar. Arma poderosa, com e através da linguagem determinamos lugares de enunciação, identificamos, rotulamos, ameaçamos, instituímos verdades. Costa (1992, p.18), de forma brilhante, conclui acerca da importância da linguagem no processo de construção de identidades e do panorama das relações sociais:

(...) nós somos (...) aquilo que a linguagem nos permite ser; acreditamos naquilo que ela nos permite acreditar e só ela pode fazer-nos aceitar algo de outro como familiar, natural, ou pelo contrário, repudiá-lo como estranho, antinatural e ameaçador .

3.2 – Reprodução de parâmetros heterossexuais nas cartas dos leitores.

A seção de cartas dos leitores, sendo a “mais quente do jornal” (n.15, p.18, ago. 1979) é panorama de toda a diversidade de identidades presentes numa época de efervescência política e sexual como o fim dos anos 70 no Brasil. O homossexual se assume como tal, especialmente no

primeiro ano de circulação do jornal, tomando um posicionamento de orgulho muito próximo àquele do dia 28 de junho de 1969 no *Stonewall Inn*. Cartas que elogiavam a postura do jornal como espaço que abria um novo leque de debates nas questões da homossexualidade:

Fiquei duplamente satisfeito com Lampião (...) Já recebi o jornal. Ficou muito bom, gratificante. A matéria publicada está num nível excelente. É animador encontrar um grupo sério, capaz, fazendo algo em que acredita. Vocês acreditaram na possibilidade de um jornal que trate do homossexualismo de modo sério, além de abordar outros temas (...)

C.S.S.

Rio de Janeiro

n.01, p.15, maio de 1978. Anexos p.137

Caros editores: acabei de receber o número 0 de Lampião. Excelente apresentação (...) Parabéns! Quem lucra com esta iniciativa libertadora são os que, mais e mais, lutam pela emancipação do ser humano (...).

Nélson Abrantes – Rio

n.01, p.15, maio de 1978. Anexos p.137

Embora recebendo inúmeros elogios por seu surgimento, algumas cartas também começam a refletir os vários posicionamentos, muitas vezes divergentes, dentro da própria comunidade homossexual. No discurso da carta abaixo, por exemplo, as denominações são e foram usadas para demonstrar as relações de poder presentes no próprio discurso homossexual, que aponta quem tem direito a ser considerado *homem normal*:

Lampião correspondeu em cheio (pelo menos isso ficou provado neste número de distribuição gratuita) às necessidades intelectuais deste grupo que a bichórdia chama de mariconas, ou seja, de nós homossexuais que somos homens normais e nos relacionamos como seres humanos sem necessidade de pompas, visuais congestionados de artefatos de consumo e tiques ridículos (...).

José Alcides Ferreira – Rio

n.02, p.14, junho de 1978. Anexos p.139

Algumas considerações devem ser tecidas ao se observar uma carta como essa. Há o reforço da idéia de múltiplas identidades, concebidas através do uso das denominações. Não se trata portanto de um grupo homogêneo: existem as *mariconas*, que, segundo o autor, seriam *nós*

homossexuais que somos homens normais e a *bichórdia*, que, segundo a lógica do autor, seriam os homossexuais não-normais. Propõem-se então nesse discurso dois lugares de enunciação: o das *mariconas*, que detém o direito à fala, pois são *homens normais*; e o da *bichórdia*, que dentro do discurso homossexual teria tido o seu direito à fala cassado. Evidencia-se a reprodução do discurso da masculinidade hegemônica no meio homossexual, ou o gueto dentro do gueto.

Para melhor compreensão dessa subdivisão dentro do discurso homossexual, em especial nas cartas dos leitores, faz-se necessário retomar alguns aspectos já analisados por Fry & MacRae (1984) – em uma perspectiva antropológica – e Nunan (2003), com uma visão inserida na psicologia social. Os primeiros autores mencionam uma subdivisão dentro da comunidade homossexual, presente até hoje, que já mostrava indícios de sua presença nas cartas dos leitores dos fins dos anos 70.

Fry & MacRae consideram a noção de homossexualidade “construída através de relações sociais construídas historicamente no interior das sociedades complexas” (1984, p.10). Dessa forma, cada época e cada sociedade encaram os construtos de identidades masculinas e femininas – e em conseqüência homossexuais – de formas diferentes. Um fato, porém, não pode ser esquecido: historicamente sempre houve a dominação de uma identidade pela outra, em especial do feminino pelo masculino. Essa reprodução da divisão binária heterossexual também encontra espaço no meio homossexual, baseada num “discurso masculino, ou precisando melhor, o discurso da dominação masculina” (Levy, 2004, p. 189). Em suma, há uma reprodução no meio homossexual de posturas contra as quais muitos homossexuais sempre lutaram por transformar. Repetem-se os mesmos discursos de preconceito e normalidade que tanto subjugarão a homossexualidade em relação à heterossexualidade. Há uma lacuna no próprio meio

homossexual. Lacuna que, apesar da celebração e da festa vistas nas paradas, da comemoração da diversidade e da diferença, perdura no dia-a-dia.

Fry (1982) relaciona este sistema hierárquico com setores tradicionais da cultura brasileira, onde a hierarquia é um fator importante de organização social e onde o papel predominante cabe ao homem. Ainda sobre o referido sistema hierárquico, o mesmo seria bastante generalizado no Brasil, em especial no interior e nas camadas mais populares. De acordo com o esquema elaborado pelo autor, podemos dividir os homens, ou machos (sexo fisiológico) em duas categorias: *homens* e *bichas*.

Quadro 1. – Divisão hierárquica proposta por Fry

<i>Conceito</i>	sexo fisiológico	papel de gênero	comportamento sexual	orientação sexual
<i>homem</i>	macho	masculino	ativo	heterossexual e homossexual
<i>bicha</i>	macho	feminino	passivo	homossexual

Chama-se esse sistema de hierárquico porque a relação sexual se dá entre não iguais: o *homem* penetra e domina a *bicha*, que é passiva, dominada. O ser que penetra é o masculino, dominante, enquanto que o ser penetrado é efeminado, dominado, inferior. O *homem* pode ter relações com *bichas* sem perder seu status de *homem*. O que diferencia ambos é o papel masculino ou feminino, ativo ou passivo. Revemos, assim, na relação homossexual, a reprodução do modelo da relação heterossexual tradicional, onde existia, pelo menos até a revolução feminina e sexual, um dominador e um dominado, um superior e um inferior.

Enquanto definida em sua forma ativa, a homossexualidade pode ser considerada pelo homem como um meio de afirmar seu poder, de reforçar sua condição de macho dominante, daquele que tem o poder de penetrar na cama e na vida, de determinar os valores e as regras sociais; sob sua forma passiva, ela é, ao contrário, um símbolo de decadência, a abdicação do poder naturalmente conferido aos representantes do sexo forte. Ele se torna inferior à mulher, pois, hipoteticamente, esta não teria como escapar de sua condição *subalterna* determinada pelo sexo biológico, mas o homossexual passivo estaria abrindo mão de sua posição de homem para ser penetrado por outro homem.

Continuando nesta abordagem, é importante ressaltar que questões como o preconceito e a discriminação vão além da homossexualidade. Estão em jogo valores muito mais amplos como as relações de domínio e poder, além da aversão ao feminino, representado como fraqueza, falta de prestígio e poder. A carta de José Alcides Ferreira, publicada no número 02 de *Lampião*, ao falar de *nós homens normais e que se relacionam como humanos sem necessidade de pompas, visuais congestionados de artefatos de consumo e tiques ridículos (...)* acaba por reproduzir essa divisão binária espelhada nas categorias estanques de gênero. Como afirma a psicóloga Adriana Nunan (2003, p.134-135).

A passividade sexual da bicha atribui-lhe a posição social inferior da mulher, e enquanto o homem passivo é estigmatizado e considerado socialmente desprezível, aquele que assume o papel ativo não o é (...) O homem que é penetrado (...) perde sua masculinidade, visto que o problema é ser passivo (perder a virilidade), não ser homossexual. Outros autores explicam esse fenômeno afirmando que o homem passivo ameaça a ordem social, visto que abdica do poder e prestígio associados ao sexo masculino. Dito de outra forma, em determinados setores da sociedade brasileira, o papel sexual é muito mais importante do que o parceiro sexual. A bicha atua como um indicador que diferencia seu comportamento “desviado” do comportamento masculino “normal” de um homem “verdadeiro”. Pela sua oposição à norma, o estereótipo do homem passivo e efeminado define o homem ativo e viril

As respostas a cartas como a de José Alcides chegam à redação do jornal e o mesmo é convidado a se posicionar a respeito. Vale observar o constante jogo de metáforas, sempre em relação ao momento político do país. A autora cita a expressão *luta de classes*, que pode tanto tomar o sentido da luta de grupos dentro da comunidade homossexual na tentativa de se auto-afirmar, como da luta do operariado contra a classe burguesa ou o embate empregado x patrão.

O gueto dentro do gueto! Pressinto em algumas entrelinhas uma certa tendência em discriminar uma parcela que talvez seja a mais necessitada de atenção e a mais alijada, inclusive social, cultural e economicamente, a que o Sr. Ferreira chama de “bichórdia” de uma forma tão cruelmente pejorativa. Não creio que o jornal assuma esse tipo de “luta de classes”, porque estaria, no meu entender, anulando boa parte do esforço de acordar o homo brasileiro.

Maria Lídia Magliani – Porto Alegre – RS
(n.04, p.17 – ago. 1978. Anexos p.144).

A reprodução do modelo da masculinidade hegemônica no meio homossexual reaparece com mais força no n. 8 do jornal, veiculado em janeiro de 1979, que traz como capa a chamada *Gay – Macho: Uma nova tragédia americana?*⁹ O ensaio de Seymour Kleinberg¹⁰, publicado originalmente na revista americana *Christopher Street* e depois no jornal *Gay News*, reforça ainda mais o debate em relação à divisão do meio homossexual em dois blocos: os machos e os não-machos.

Na verdade, os jovens parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos.

Mas o fato é que falando-se, dormindo-se ou fazendo-se amizade com estes homens, verifica-se que os problemas são os mesmos: infelicidade no amor, solidão quando não se está amando, frustração e ambição no trabalho e um monumental egotismo que exacerba o resto.

⁹ O ensaio encontra-se nos anexos, p. 130 e 131.

¹⁰ Atualmente professor de inglês da Long Island University. Especialista em Shakespeare e Estilo Renascentista Inglês. Autor de vários livros e artigos que enfocam a temática homossexual.

O que entretanto difere de tudo mais é a insensível busca da masculinidade. Não há limites: as mais opressivas imagens da violência e dominação sexual são adotadas sem hesitação. Os homossexuais que adotam imagens de masculinidade que veiculam seu desejo de poder e sua crença na beleza dele estão na verdade erotizando os mesmos valores da sociedade *straight* que tiranizam suas próprias vidas. É a tensão entre este estilo e o conteúdo de suas vidas que pede o libertinismo sexual que exibem. Antigamente, a duplicidade das vidas escondidas encontrava alívio no comportamento efeminado excessivo e caricato; agora, a supressão ou negação do problema moral implicado em sua escolha é muito mais nociva.

É esta a mensagem central do mundo das boates machistas: a masculinidade é a única verdadeira virtude; os demais valores são desprezíveis. E a masculinidade, no caso, não é alguma noção filosófica ou um estado psicológico; não está sequer vinculada moralmente ao comportamento. Ela redundava exclusivamente na glamurização da força física (n.8, p.8, jan. 1979. Anexos p.130).

Os reflexos da supervalorização da força física e da masculinidade são extremamente presentes no panorama homossexual. O medo do envelhecimento, a supervalorização da estética, a dificuldade de se relacionar com o seu feminino e o do próximo, a subdivisão dos homossexuais em grupos – como as *barbies* (aqueles que cultuam em extremo o corpo), os ursos (homossexuais geralmente gordos e peludos que primam por características as mais masculinas possíveis), travestis, transexuais, além de outras variações de sexualidade como os bissexuais ou pansexuais (homens ou mulheres que assumem posturas andróginas e relacionam-se uns com os outros independentemente do sexo) – acabam por ser uma lâmina de dois cortes: há um reconhecimento de grupo, o que gera uma sensação positiva, de pertencimento, mas há também aqueles que não se enquadram nos subgrupos e acabam excluídos duas vezes: do mundo heterossexual e das comunidades homossexuais. O respeito ao diferente e às diferenças cede lugar então à dominação de um grupo sobre o outro, a processos de interdição e de definição de quem pode falar e a partir de que posição e quem não tem direito à voz (Foucault, 2003 a). Ainda que lutando contra todo o sistema vigente pela aceitação da diferença, o meio homossexual, mais uma vez tende, em determinadas situações, a repetir tudo aquilo que mais critica. Muitas outras cartas chegaram à

redação do jornal comentando a questão do *gay-macho*. A polêmica em relação à reportagem vigorou até a edição de número 12, de maio de 1979.

Na verdade, os jovens parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos.

Mas o fato é que falando-se, dormindo-se ou fazendo-se amizade com estes homens, verifica-se que os problemas são os mesmos: infelicidade no amor, solidão quando não se está amando, frustração e ambição no trabalho e um monumental egotismo que exacerba o resto.

O que entretanto difere de tudo mais é a insensível busca da masculinidade. Não há limites: as mais opressivas imagens da violência e dominação sexual são adotadas sem hesitação. Os homossexuais que adotam imagens de masculinidade que veiculam seu desejo de poder e sua crença na beleza dele estão na verdade erotizando os mesmos valores da sociedade *straight* que tiranizam suas próprias vidas. É a tensão entre este estilo e o conteúdo de suas vidas que pede o libertinismo sexual que exibem. Antigamente, a duplicidade das vidas escondidas encontrava alívio no comportamento efeminado excessivo e caricato; agora, a supressão ou negação do problema moral implicado em sua escolha é muito mais nociva.

É esta a mensagem central do mundo das boates machistas: a masculinidade é a única verdadeira virtude; os demais valores são desprezíveis. E a masculinidade, no caso, não é alguma noção filosófica ou um estado psicológico; não está sequer vinculada moralmente ao comportamento. Ela redundava exclusivamente na glamurização da força física (n.8, p.8, jan. 1979. Anexos p.130).

R. – Olha, Mauro, se chega realmente a ser uma tragédia o mundo dos rapazes de couro e aço dos EUA, é o que nós não sabemos (nem decretamos): veja a interrogação do título. Mas que esse culto obsessivo pela aparência máscula tem lá seus pés de barro parece que ficou evidente no ensaio de Seymour Kleimberg que reproduzimos. Quanto aos desmunhecados sobrenaturais, *Lampião* ainda vai publicar alguma coisa que tente esmiuçar o fenômeno como manifestação psicossocial (ou policial, se for o caso), mas sempre se reservando o direito de defender até a última lantejoula o projeto (ou a falta de cada um) de pisar no mundo como sabe melhor (n.10, p.15, mar. 1979).

Algumas considerações são importantes em relação a esta missiva. Os termos usados de forma pejorativa em relação aos homossexuais são utilizados pelos próprios, assim como também na carta de Ferreira (p.63, anexos p.139). Ocorre, porém uma pequena mudança de sentidos. Enquanto Ferreira considerava *mariconas* os ditos *homens normais* (ainda que esse termo fosse utilizado nesse sentido pela *bichórdia*, por associação, os *homens não-normais*), Mauro Luiz usa

maricona para designar o homossexual enquanto caricatura grotesca da mulher. Outro termo, *boneca*, é associado ao homem *cheio de ai, ai, e* que chama *todo mundo de queridinha*. É importante mencionar que o diminutivo é tradicionalmente associado à fala da mulher e a interjeição *ai*, associada ao feminino pelo imaginário popular, onde a mulher seria uma representante do sexo frágil, mais propensa à fraqueza e à dor. Por último, a associação de *bicha louca* a *palhaço*. A bicha louca não deve ser levada a sério, pois é motivo de chacota e de piada para os homens ditos *normais*. O autor, já ciente da provável reprovação do jornal, encerra sua carta com *Espero que vocês não fiquem putos comigo, mas esta é uma opinião sincera a respeito do assunto* e conclui elogiando reportagens do jornal.

Lampião, na resposta à carta, assume mais uma vez a posição de respeito à diversidade. Com ironia, afirma que o jornal ainda publicaria alguma coisa que tentasse *esmiuçar o fenômeno como manifestação psicossocial (ou policial, se for o caso)*, mas ainda que tais posturas fossem doença ou caso de polícia, seria defendida a posição de cada um ser o que se é.

A última menção em relação à reportagem do gay-macho surge no n. 12. Escrevem um leitor de São Francisco (EUA) e em seguida um da grande São Paulo.

Querido jornal Lampião: estou de acordo com Mauro Luís, do Rio, na reportagem “A tragédia é contestada” (...) Sou americano, brasileiro de sangue. (...) O gay-macho é simples como um qualquer que veste jeans para ir à boate. Aliás, aqui ninguém curte roupas e paetês! (...) Até as bichas loucas já não são tão loucas, chocantes ou ridículas.

(...) Não sei se é porque vivo na cidade mais guei do mundo. Mas posso lhe dizer que estamos vivendo uma “tragédia” legal, ou seja, uma integração total com os amigos, com as igrejas, e estamos lutando também para que possamos participar na política, defendendo assim o direito do homem e da mulher homossexual.

Agoras, as bichas loucas, elas já não encontram, aqui nos EUA público para fazer show-off ou admirá-las. E nem por isso elas deixaram as lantejoulas em casa. Mas viram o que é ridículo ser exibicionista, seja guei ou straight (...).

Jairo Ferry – San Francisco, USA

(n.12, p.18, mai. 1979. Anexos p.154).

Volta, nessa carta, a ligação da expressão *bicha louca*, a alguns adjetivos como *chocantes*, *ridículas* e *exibicionista*, enquanto os representantes da masculinidade dentro do meio homossexual estão ligados a substantivos, adjetivos e instituições de cunho positivo. *Simples*, *legal*, *integração*, *amigos*, *igreja*, *política* e *direito* são vocábulos que na carta de Jairo Ferry estão associadas ao homossexual que assume um modelo o mais próximo possível da masculinidade hegemônica. Viver essa *tragédia* ou inserir-se nela é estar ao lado, compactuando com fortes instituições. É ter mais chances de ser aceito pela sociedade, estando mais próximo do modelo de masculinidade que a sociedade propõe.

A carta de Caetano, de São Paulo, a segunda desse bloco, também faz uso das denominações e do verbo *entender* para contextualizar o modelo de homossexual que seria aceito pela sociedade. Vale ressaltar que, segundo Green (1999), *entendido* se referia a homossexuais, independente de serem efeminados ou não, ou àqueles familiarizados com as referências culturais acerca da homossexualidade:

Senhor editor: Gostei muito da carta escrita pelo leitor Mauro Luís aí do Rio de Janeiro, acho que a linha que ele defende é muito válida e bem definida, concordo com o que ele diz e aproveito para acrescentar mais alguma coisa.

Acho que se existiu alguma vez uma oportunidade de a gente se valorizar e mostrar realmente quem somos, agora chegou esse momento. E é momento, que todos aqueles que **entendem** devem lutar. Não se trata de uma luta comum como o Mauro descreveu, mas sim, de gente que possa ser respeitada no meio em que vive, trabalha e estuda. Ninguém poderá confiar em nossa capacidade se ficarmos dando uma de bonecas e bancando as loucas na rua (...). Gostaria de esclarecer que não concordo absolutamente que os homossexuais tenham que imitar os homens e muito menos as mulheres. Concordo sim, que todos tenham uma imagem própria, inteligente e discreta. Só assim seremos amados pelos outros. Caso contrário, seremos eternamente ridicularizados e marginalizados por todos. Um beijo para vocês e continuem sempre assim.

Caetano. São Caetano do Sul (SP)

(n.12, p.18, mai. 1979. Anexos p.154).

A carta de Caetano usa a flexão verbal *entendem* em negrito, como variação de *entendido*, outra designação para homossexuais¹¹. O autor afirma que, enquanto se portar como *bonecas* e *loucas*, o homossexual nunca terá a confiança da população, sendo ridicularizado e marginalizado. Convém mencionar que a visão do homossexual enquanto boneca ou louca era a única veiculada na grande mídia da época, sendo inclusive duramente criticada pelo jornal. Para muitos homossexuais, aquele era o único modelo representacional de homossexualidade. No discurso do leitor, ainda, só seriam dignos do amor da sociedade aqueles que tivessem uma imagem própria inteligente e discreta. Os que não se submetessem a esse modelo estariam condenados à rejeição social.

¹¹ Em relação aos termos usados para designar homossexuais, darei explicações mais detalhadas no capítulo seguinte.

Em sua resposta, *Lampião* oferece aos leitores um novo caminho: a partir da não necessidade de se aliar ao que é estritamente masculino ou estritamente feminino, a possibilidade de transitar entre esses dois gêneros, não reconhecendo a relação entre eles como o único meio existente para se exercer a sexualidade.

R. – Houve um problema muito sério com o artigo sobre o “gay-macho” publicado no nº8 de *Lampião*. Fala-se ali da tendência verificada entre alguns homossexuais norte-americanos de adotar um comportamento machista. Veja bem, é uma tendência, e de apenas uma facção homossexual: não de todos. Essa facção, é claro, não abrange todos os que freqüentam boates, ou que cuidam da aparência física. Mas os seus adeptos procuram externar seu comportamento principalmente nas casas noturnas, onde encontram o cenário ideal para dar vazão à sua preocupação com o corpo, com a exibição da beleza física. Jairo fala de participação política, Caetano de integração; fazer política, para nós, implica a oposição à sociedade machista e preconceituosa em que vivemos; os “gays-machos”, ao confundirem virilidade com machismo cometem um erro grave; como é grave o erro de alguém que, falando em integração, deixe bem explícita a condenação às pessoas que “dão pinta” , sem se preocupar em detectar as origens dessa “pinta” – que estão na repressão e no condicionamento forçado das pessoas aos dois únicos tipos de comportamento sexual aceitos pela sociedade em que vivemos. Além disso a gente nota, com preocupação ainda maior, que tanto Jairo quanto Caetano só falam de homossexuais masculinos. Será que vocês – como machistas, gueis ou não – também acham que lugar de mulher – mesmo mulher homossexual – é na cozinha? Cruzes! (n.12, p.18, mai. 1979. Anexos p.154).

O discurso dos editores do jornal não se mostra, assim, contrário à postura do “gay-macho” enquanto esta for encarada como opção individual de se exercer a sexualidade. O convite ao debate surge quando este discurso proclama que só quando todos se comportarem da mesma

forma se conseguirão alianças, respeito, direitos ou o amor da sociedade. O jornal critica a reprodução de um modelo de dominação machista e repressor no meio homossexual, postura contra a qual sempre lutou. Este modelo, semelhante ao procedimento arbitrário adotado pelo regime militar, se insinua com o objetivo de castrar os direitos dos mais fracos, deixando à margem - ou calando à força - aqueles cujos discursos são relegados ao esquecimento.

4. As luzes que o *Lampião* reflete: A análise do *corpus*.

Considero que a sexualidade é dinâmica e não vai em uma só direção, por assim dizer, a vida toda. Ou seja, nos posicionamos diferentemente em identidades sexuais diferentes em períodos diferentes de nossas vidas e em práticas discursivas diferentes (Moita Lopes, 2002, p.100).

O jornal *Lampião* ou *Lampião da esquina*, em suas 37 edições em pouco mais de três anos de circulação, fornece uma rica mostra da diversidade de identidades homossexuais possíveis dentro de novas perspectivas de sexualidade. As cartas dos leitores refletem a mobilidade e amplitude de posições que poderiam ser assumidas em termos de identidades. É tão grande o reflexo dessa mobilidade, que, em muitas das cartas, o autor/leitor termina de escrever sua missiva em posição contrária à que iniciara. As correspondências também refletem, como mostrei na segunda parte do capítulo 3, a discussão gerada em torno de uma reprodução de vozes e discursos típicos da masculinidade heterossexual no meio homossexual.

Devido à variedade e quantidade de cartas recebidas – durante toda a existência do jornal foram 299 (Albuquerque Jr e Ceballos, 2002, p.314) – não é possível que todas mantenham o mesmo viés discursivo, tratando sempre do mesmo assunto. Algumas criticam o jornal, várias o aplaudem, outras tecem comentários breves, de apenas uma ou duas linhas, outras ainda comentam futilidades do cotidiano. É importante lembrar também que quase todas são tangenciadas pelo panorama político do país, interceptado pela crise do governo militar, pelas dificuldades financeiras, pela falta de liberdade política. O crescimento do movimento homossexual organizado, em especial no início de 1980, traz uma pesada discussão política para as cartas dos leitores a partir desse ano, por exemplo.

Por toda essa diversidade no histórico das cartas, foi necessário fazer uma seleção que constituísse um *corpus* representativo da seção *cartas na mesa* do jornal. Assim, as missivas

foram tomadas em três blocos: as publicadas nos números 0 a 5 – abril a outubro de 1978; nos números 11 a 16 – abril a outubro de 1979; e as que se acham nos números 23 a 28 – abril a outubro de 1980. A escolha das cartas que são inseridas no escopo deste trabalho dá-se pela observância das que demonstram maior possibilidade de diálogo com o jornal e com outras cartas. É nesta possibilidade de diálogo que percebo a construção das várias identidades homossexuais e também de memórias discursivas.

A separação das cartas por blocos não quer, em nenhum momento sugerir que os mesmos não dialoguem, que suas vozes não tenham sentidos entre si. O que se percebe na análise é que a cada momento específico uma(algumas) voz(es) identitária(s) se sobressai(em) mais. Assim, procedo à análise das cartas, dando a cada subitem um título específico, observando o discurso que predomina entre os leitores do jornal.

4.1 – 1978: A afirmação de identidades através das denominações.

Segundo nos relata Trevisan (2002), o encontro de jornalistas, intelectuais e artistas na casa do pintor Darcy Penteadó em São Paulo é o momento de fomentação do novo jornal, um periódico com o ponto de vista homossexual, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido mensalmente em todo o país. A revista *Isto é* de 28 de dezembro de 1977, que traz a ousada chamada de capa *O poder homossexual* – deve-se levar em consideração que ainda se vive um período de ditadura, embora já com rumores de abertura política – faz uma entrevista com Aguinaldo Silva, um dos editores do futuro jornal:

Quanto ao jornal que estamos fazendo, queria dar algumas informações a respeito: ele vai ser nacional – tablóide, 32 páginas, 10 mil exemplares – e

provavelmente vai comprar, no primeiro número a briga do Celso Curi (“Coluna do Meio”), a briga da Leda Flora (aquela que denunciou no Congresso a discriminação sexual) e a briga dos negros brasileiros que as multinacionais do disco-dance querem transformar em blackie brothers.

Como vocês vêem, nossa ambição tem limites: tanto que pretendemos mandar o Antônio Chrysóstomo cobrir a convenção da Arena e apresentar, depois, nossa versão dos fatos. O nome do jornal? Há uma lista imensa, mas o que me agrada é Lampião: primeiro porque subverte, de saída, a coisa machista (um jornal de bicha com nome de cangaceiro?); segundo, pela idéia de luz, caminho, etc.; e terceiro, pelo fato de ter sido Lampião um personagem até hoje não suficientemente explicado (olha aí outro que não saiu das sombras) (p.14).

Circula, portanto, meses antes do lançamento do jornal, a notícia do seu surgimento. As cartas do n.0, de abril de 1978, já fornecem indícios deste fato, como, por exemplo, em:

Peguei um panfleto anunciando o jornal de vocês numa livraria daqui, decorei o endereço e joguei o panfleto no lixo, para que ninguém o descobrisse comigo.

Infante. Recife – Pernambuco (p.14. Anexos p.133).

Amigos do *LAMPIÃO*: não, não foi por um lapso que deixei de remeter o pagamento junto ao cupom, pela assinatura de *LAMPIÃO*. A verdade é que houve má interpretação, pois julguei somente necessário após a aprovação do número zero.

H.C.F.

Rio de Janeiro (p.14. Anexos p.133).

O número 0, enviado a um número restrito de pessoas, de fato traz a reportagem sobre Celso Curi, mas não as outras duas anunciadas por Aguinaldo Silva na entrevista à revista *Isto é* de dezembro de 1977. A postura do jornal nesta fase é predominantemente identitária, já que as cartas assumem, em sua maior parte, este tipo de discurso.

Neste ponto, torna-se relevante o trabalho de Sousa (1997), em que o autor analisa as cartas enviadas ao grupo *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*. O *Somos*, com sede em São Paulo, foi o maior grupo de liberação e afirmação da identidade homossexual do período que abrange o enfraquecimento da ditadura no Brasil, exercendo suas atividades de 1978 a 1984. Na análise do autor, as cartas dos homossexuais endereçadas ao grupo nessa época apresentam duas vertentes principais, ou segundo Lejeune (*apud* Souza, 1997), havia dois modos de o indivíduo enunciar sua prática sexual, denunciando duas práticas de enunciação: o pedido de socorro e o testemunho militante.

O pedido de socorro foi o que mais chamou a atenção do discurso médico-psiquiátrico oriundo da visão oitocentista burguesa. Sendo a homossexualidade considerada doença, sua expressão em primeira pessoa não tinha direito à voz, exceto na clandestinidade. Cartas como a do próximo exemplo representavam a própria legitimação de que ser homossexual era portar uma insígnia maldita e que escrever uma missiva relatando sua experiência poderia ser interpretado como um pedido de socorro, o reflexo da insatisfação com sua própria condição sexual.

Uma segunda vertente seria considerar o pedido de socorro como uma denúncia do preconceito que permeia todo o ato de assumir uma variante das múltiplas identidades homossexuais possíveis. Como exemplo de um misto dessas duas vertentes possíveis, tem-se a carta publicada na edição n.0 de abril de 1978.

... Há dias em que tenho vontade de me matar. Meus irmãos debocham de mim, meu pai me detesta, minha mãe vive chorando pelos cantos, lamentando a minha doença. No colégio todos caçoam de mim, na rua assobiam quando eu passo. Estou ficando cada vez mais conhecido na minha cidade. Tenho vontade de fugir, mas não tenho meios. Além disso, sou menor, tenho 17 anos. Sinto-me a última das pessoas. Peguei um panfleto anunciando o jornal de vocês numa livraria daqui, decorei o endereço e joguei o panfleto no lixo, para que ninguém o descobrisse comigo. Agora estou escrevendo, mas nem sei para quê. Será que vocês podem me ajudar?

Infante. Recife – Pernambuco (p.14. Anexos p.133).

Percebe-se nessa carta o pedido desesperado de ajuda do leitor. Por estar inserido em determinada formação ideológica e discursiva, reconhecer-se homossexual é motivo de desestabilidade social. O autor da carta vira motivo de deboche, desprezo e lamento, já que no contexto em que está inserido, é portador de uma doença, ou um degenerado. Reconhecer e assumir sua homossexualidade são posturas associadas a vocábulos e expressões como *vontade de me matar, debocham, detesta, chorando pelos cantos, lamentando, doença, caçoam, fugir*, sendo *doença* a palavra-chave e todas as outras oriundas a partir dela, geradas nela. O próprio fato de não assinar a carta com seu nome, mas usar um pseudônimo, reflete a necessidade de tornar pública sua dor, mas também a de esconder-se atrás do pseudônimo de *Infante*, assumindo um lugar de enunciação outro, constantemente silenciado pelo contexto em que vivia. Sua carta é a possibilidade de trazer a público sentidos que foram silenciados no âmbito do privado.

Esse exemplo de carta leva a algumas reflexões, já que as cartas são reflexo direto dos lugares de enunciação histórica do homossexual e das formações discursivas nas quais está

inserido, além do silenciamento produzido sobre o discurso homossexual. Segundo Orlandi (1992), pode-se descrever dois diferentes modelos de enunciação, promotores de diferentes tipos de silenciamento sobre a homossexualidade em específico: o da medicina, centrado no objeto, e o da militância, centrado no sujeito. A correspondência em questão, embora mais centrada no sujeito que escreve serviria como claro exemplo desse discurso médico – por não se encaixar em um modelo sexual pré-estabelecido, o sujeito sente-se deslocado, chegando a falar em suicídio. Sua inclinação sexual deve ser combatida, pois é ela a causadora de todo o processo de desequilíbrio emocional do autor da carta.

Na observância das missivas, o silêncio também aparece como condição importante de significação, a começar pelo uso de alcunhas, apelidos, pseudônimos ou abreviaturas ao invés de nomes. Do n.0 ao n.6 são publicadas 81 cartas dos leitores, sendo que em 46 destas encontramos apenas o primeiro nome, abreviaturas do primeiro nome, siglas, apelidos, pseudônimos. É imprescindível, ao analisar o surgimento do discurso homossexual militante – tímido no início dos anos 60, calado pela ditadura e mais forte no fim dos anos 70 – estarmos atentos à noção de silenciamento. Enquanto no discurso médico o objetivo principal era calar a fala do paciente, no período de circulação do jornal *Lampião*, o ato de silenciar dá-se pela censura, embora estando esta já em seu período de declínio, a ponto de termos uma citação como o final da resposta à carta de Alfredo Rangel do Rio de Janeiro, publicada na edição n.4 de agosto de 1978:

Vamos passar um dever de casa pra você: medite sobre os vários significados que nos últimos anos teve a palavra democracia entre nós, e depois nos escreva sobre isso (p.18. Anexos p.145).

O silêncio aparece como condição importante de significação. Se o processo de construção da homossexualidade como objeto clínico é inseparável do ato de anular a fala do paciente, no campo da militância, a abertura de espaços pode associar-se à opção de um silenciamento estratégico. Para Souza (1997), essa dualidade nota-se pelo fato de que há um sujeito ao qual se outorga o direito à fala, mas, para que esse tenha voz, um outro sujeito deve ser calado. Essa divisão pode inclusive ocorrer até dentro do próprio jornal, que a princípio objetivava representar os homossexuais como um todo, como podemos observar na carta da edição n.4 de setembro de 1978.

O POVÃO, ONDE ESTÁ O POVÃO?

Vou ser franco: não gostei do jornal de vocês. Digo de vocês porque não acho que ele seja de toda a classe. É meio metido a intelectual, tem pretensões. Até aí tudo bem, porque tem muita boneca aí bancando a sabichona, indo a concerto na Sala Cecília Meireles de nariz emproado e lencinho na lapela. Mas e o resto? E o povão? Eu acho que vocês deviam fechar mais com o bicharéu, para não parecer um jornal muito elitista. Afinal, vocês podem ser até todos muito granfinos, mas o jornal não pode dar bandeira sobre isso. Onde estão os travestis? Porque não tem uma no conselho de *Lampião*? Só tem professor e artista? Que democracia é essa de vocês, onde o povo também não vota?

(...)

J.C.L. Recife - PE (p.19. Anexos p.146).

O discurso do autor da carta mostra, assim, alguns lugares já determinados, que anunciam enunciações discursivas específicas. Há o lugar das *bonecas* que bancam as *sabichonas* e o lugar do *povão*, do *bicharéu* e dos travestis. Os termos usados para designar os homossexuais nesta carta estão vinculados à divisão do grupo por classes sociais, mostrando que essa divisão social

também é refletida no meio homossexual. De um lado, homossexuais que conquistaram espaço tal na sociedade que podem escrever em um jornal do porte de *Lampião*. Do outro, o *bicharéu*, os homossexuais do tipo *povão*, que não têm acesso aos bens de consumo e de lazer gerados pelo sistema capitalista. O autor da carta fala, indiretamente, de um possível silenciamento imposto aos homossexuais das camadas mais populares, excluídos assim duas vezes – por sua orientação sexual e por sua origem popular.

Voltando a Souza, o discurso médico do século XIX é apenas o embrião do que vai ser posto mais tarde como forma de militância e busca de identidade(s). Segundo Lauritsen e Thorstad, conforme citado pelo mesmo autor, o aparecimento do ativismo da afirmação homossexual surgiu graças à carta aberta escrita pelo médico Benkert, na Alemanha do século XIX, se rebelando contra a intolerância em relação ao comportamento homossexual. Em seu manifesto de 1869, o médico exigia do ministro da justiça a supressão do parágrafo 175 do código penal, que enquadrava como delitos os atos sexuais praticados entre homens, sendo considerado por historiadores o primeiro a usar o termo homossexual para designar as pessoas inclinadas erótica e afetivamente por outras do mesmo sexo. Ainda que não fosse essa a intenção inicial, este gesto pode ser considerado uma das primeiras ações de defesa da prática homossexual, o que mais tarde possibilitaria a visão de uma representação homossexual e sua posterior enunciação enquanto sujeito portador de um discurso específico.

Uma reedição desse discurso original ocorreu em 1978, quando do envio de uma carta aberta ao Sindicato dos Jornalistas em protesto quanto à forma com que a homossexualidade era retratada na imprensa, marcando o início do surgimento da militância homossexual em São Paulo. Artistas, intelectuais e profissionais liberais assinaram nesse manifesto, sendo que boa parte destes já vinha se reunindo para debater aspectos sociais, políticos e culturais do meio

homossexual. Tal ato está nas origens da criação do jornal *Lampião* no Rio e do grupo *Somos* em São Paulo.

Cartas abertas, proferidas publicamente, enviadas tanto para jornais como para movimentos de militância, constituíram-se no cenário enunciativo para o surgimento do discurso militante homossexual contemporâneo. O mesmo objeto muitas vezes utilizado para manutenção do privado – onde se esconde atrás de um nome ou mesmo da alcunha *anônimo* - torna-se, a partir do envio para a redação de um jornal, objeto público. O silenciamento imposto dá lugar então à possibilidade de um silêncio opcional, em que se mesclam, de um lado, os desejos de se mostrar e reivindicar direitos através das cartas, mas, por outro, a necessidade de se esconder, quer seja da família, da sociedade como um todo, ou de si mesmo.

A noção de silenciamento, em relação a esta análise, está, portanto, fortemente vinculada à questão de identificar-se ou não como homossexual e assumir ou não publicamente essa identificação. Percebe-se em algumas cartas dos leitores essa dificuldade ou a necessidade de se esconder, não assumindo sua identidade para não confrontar os padrões sexuais da época e não enfrentar seus próprios preconceitos. Exemplo disso pode ser visto na carta de Anônimo na edição n.1 de maio de 1978.

“ANÔNIMO” SE REVELA

Três sugestões:

- 1- Deixar de ser tão guei. O jornal pode focar outros assuntos, política, saúde, atualidades, comportamento, moda, espetáculos, não se restringindo a assuntos exclusivos gueis. Assim vocês estão indo de encontro aos objetivos do jornal. Estão se isolando a não se integrando.
- 2- Participação feminina. Praticamente só homens (?) escrevem. Há muitas mulheres entendidas (nos dois sentidos) que podem dar uma perfeita colaboração. Há escritoras que são gueis, há mulher guei em todo canto. Em minha cidade, por exemplo, há mais mulheres gueis do que homens gueis.
- 3- Aumentar a frescura. Tá sério demais. Quase não tem piadas, frescurinhas. Está uma literatura pesada e triste. Que tal uma seção de Receitas do Prazer, inventando modos de como fazer melhor “a coisa”?
- 4- Não me identifico porque não sou guei. Sou casado e bem casado, pai de duas meninas. Na minha juventude primeira transei muito, mais por dificuldades financeiras, embora me desse prazer. Depois que casei, deixei tudo que era de bicha. Tenho ainda vários gueis amigos, que são respeitados e estimados por mim e minha mulher, que é evoluída e inteligente.

Anônimo (p.15. Anexos p.137).

A carta de “Anônimo” nos remete a algumas reflexões interessantes, já que pode tanto ter sido enviada realmente como ter sido escrita pelos editores exatamente para refletir a postura do homem – muitas vezes casado – que não podia ou não queria assumir uma identidade homossexual, tendo nesse jornal a possibilidade de mostrar seu discurso. De início, suas três sugestões se transformam em quatro itens: em três, realmente, são expressas suas opiniões. No quarto, ele menciona aspectos de sua vida particular.

O próprio título dado à carta reflete o jogo lingüístico, a brincadeira metafórica. Embora escolha por manter-se anônimo (manutenção do privado), a autor escreve para um jornal, mostrando publicamente suas idéias, inclusive com aspectos de sua vida particular (acesso ao

público). Os tópicos 1 e 3 se contradizem, pois, ao mesmo tempo que o jornal tem de *Deixar de ser tão guei*, seria bom *Aumentar a frescura*. De fato, para alguém que quer esconder sua verdadeira identidade sexual, ter em mãos um jornal reconhecidamente gay seria comprometedor. Tal fato poderia ser amenizado se o jornal trouxesse assuntos de interesse geral, o mais próximo possível dos jornais comerciais. Por outro lado, *Aumentar a frescura* satisfaria a própria necessidade do leitor de encontrar alguma referência para a sua própria condição sexual e seu silenciamento.

Embora escreva para um jornal gay, o autor da carta diz não se identificar com o mesmo, chegando a afirmar e reafirmar o fato de ser casado e ainda pai de duas filhas, encaixando-se perfeitamente no modelo de masculinidade hegemônica vigente em nossa sociedade, mas ainda assim afirma que *Na minha juventude primeira transei muito, mais por dificuldades financeiras, embora me desse prazer. Depois que casei, deixei tudo que era de bicha*.

O texto é marcado por inúmeras contradições: o autor afirma ter assumido postura homoerótica, alegando dificuldades financeiras, embora lhe desse prazer. A seguir comenta que, ao casar, deixou tudo o que era de bicha, mas por outro lado tem vários amigos gays, escrevendo para um jornal gay também. Esta ação mostra o movimento de estar na margem, de idas e vindas, de assumir ou não identidades homossexuais, ou, parafraseando Moita Lopes (2002) na epígrafe que abre este capítulo, o fato de assumir diferentes identidades sexuais em diferentes épocas da vida, ainda que em conflito.

A questão identitária ou de afirmação passa em grande parte pelo uso das denominações usadas pelos homossexuais para se definir, bem como a necessidade ou não de assumir uma condição homossexual, conforme carta do n.1 de maio de 1978.

Assumir o quê?

Dizem que temos que “assumir”. Um dos pontos-chave do movimento guei dos Estados Unidos foi de que “homossexuais” deveriam sair dos “closets” – deveriam assumir a sua “condição”.

Agora no Brasil fala-se muito em assumir. Cada um tem que assumir o que ‘realmente é’, assim se ‘libertando’, e assim por diante.

Mas que quer dizer tudo isso? Quer dizer que pessoas que por uma razão ou outra gostam de ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo têm que assumir a ‘condição’ de ‘guei’, “lésbica”, “homossexual”, “veado”, ‘bicha’, ‘entendido’ ou coisa que o valha.

Tudo bem. Será?

Creio que está tudo muito mal, e que o ‘assumir’ longe de ser uma libertação do indivíduo, constitui-se no mais sutil endossar dos interesses da sociedade patriarcal, pois, o ‘assumir’ acaba reforçando a idéia de que pessoas que transam com pessoas do mesmo sexo são realmente diferentes, assim garantindo o comportamento ‘normal’ dos outros. Por um mecanismo demais sutil, o ‘assumir’ acaba corroborando esta idéia de diferença e santificando-a nos templos das boates e nos testamentos de jornais como este.

Está na hora de assumir outra coisa. Assumir o direito de transar com quem quiser sem ter que assumir a luta por um lugar no gueto, sem ter que assumir a condição de ‘entendido’, etc...etc... Pessoas são pessoas, e chega.

Guilherme Império

Campinas – SP

R. – Meu caro Guilherme Império, vamos ver se a gente se entende. *LAMPIÃO* não disse até agora que as pessoas devem “assumir” a própria sexualidade e se fechar dentro dela, nem pretende dizê-lo. Nós saímos às ruas exatamente para pregar outra coisa: que transar (qualquer que seja a forma de transação) é gostoso, é saudável, combate a cárie, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não dá câncer! E queremos dizer isso não apenas aos homos, mas também

aos héteros, pois estes também são prisioneiros do próprio sexo. Entendeu? A gente não está nessa de achar que os homos são o povo eleito de Deus. Agora, também tem uma coisa: é preciso ter cuidado com a maneira como se coloca (sic) essas coisas. Muita gente usa esse argumento seu, de que o homossexual não deve se fechar num gueto, exatamente para justificar a discriminação: “se você não falar do seu problema, o seu problema não existe”. Sem essa: o problema existe sim; apenas ele não é privilégio dos homos. Veja as mulheres, veja os machões. Está todo mundo junto, embarcado nessa canoa furada de achar que o sexo tem limites precisos – são dois pra lá, dois pra cá. (...) (p.14. Anexos p.136).

A postura, portanto, de assumir ou não a própria identidade sexual é, antes de mais nada, uma postura política. A discussão que tramita em várias cartas sobre a importância de assumir ou não assumir constitui-se reflexo vivo das próprias mudanças nos modelos de sexualidade advindos após as revoluções dos anos 60 e 70. Exercer livremente sua sexualidade estaria inserido em um contexto maior, de exercer livremente sua liberdade de expressão, num país que, à época, ainda se encontrava mergulhado em um regime militar – embora este último já desse mostras de estar enfraquecido.

Assim, assumir identidades homossexuais e, conseqüentemente, aceitar as denominações que designam estes que assumem tais identidades significa estar inserido em sistemas específicos de representações, gerados graças a sentidos produzidos por discursos proferidos a partir de uma formação discursiva específica, formação esta que passa pelo lugar de enunciação, pela classe social, raça, sexo, nível de instrução - entre outros itens - do enunciante.

Hall e Du Gay (1997, *apud* Hall, 2000) consideram as práticas de representação como um dos processos mais importantes do chamado “circuito cultural”. Esse circuito é composto de

cinco itens entrelaçados entre si, sendo o processo de representação um deles, assim como a identidade, a regulação, o consumo e a produção. De acordo com os autores, podemos definir representação como o uso da linguagem para se dizer algo significativo sobre alguma coisa, ou representar o mundo de maneira significativa para outra(s) pessoa(s).

Predominantemente, existem três abordagens teóricas em termos de representação. Na abordagem refletiva ou reflexiva, a linguagem apenas reflete o que existe no mundo – seus objetos, pessoas, eventos – tal como um espelho, sem interferir no processo de representação; na abordagem intencional, a linguagem expressa a ideologia do sujeito falante, aquilo que ele quer dizer, os traços de sua personalidade; na abordagem construcionista, a mais aceita por Hall (2000), o significado é construído através da linguagem, com o uso de sistemas representacionais – conceitos e signos. De acordo com essa abordagem,

São os atores sociais quem usam os sistemas conceituais de sua cultura e outros sistemas lingüísticos e representacionais para construir significado, para tornar o mundo significativo e comunicar de forma coerente este mundo para outros (Hall, 2000, p.25).

Os sistemas de representação envolvem dois processos: no primeiro, toda sorte de objetos, pessoas e eventos são relacionados a uma série de representações mentais. Sem elas, nós não interpretamos de forma significativa. Nessa abordagem, o significado depende do sistema de conceitos ou imagens, formado em nossa mente e usado para representar o mundo. Segundo Woodward,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (2004, p.17).

Assim, através de princípios como o da similaridade, organizamos, arranjamos e classificamos, efetuando relações complexas com o que vemos e também com o que nunca poderá ser visto, já que algumas formas de representação referem-se a seres e conceitos abstratos.

De fato, cada pessoa compreende e interpreta o mundo de forma individual – por isso somos sujeitos únicos; entretanto, como fazemos parte da mesma cultura e compartilhamos os mesmos conceitos, somos capazes de nos comunicar porque interpretamos o mundo de forma similar.

O segundo processo do sistema de representação dá-se através da linguagem. Nossos conceitos compartilhados necessitam ser expressos em uma linguagem comum, em palavras escritas, sons falados e imagens visuais. Os signos – palavras, sons e imagens carregados de significado – representam os conceitos assimilados por nossa mente e a sua relação com o mundo exterior, traduzindo o sistema de significação de dada cultura, ligando-se a formas de poder, pois através dos sistemas de representação constroem-se lugares a partir de onde os indivíduos podem se posicionar e falar. Woodward afirma que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (2004, p18).

Ao posicionar-se e posicionar outros, o leitor de *Lampião* reproduz tais relações de poder. Ele ou ela, através do discurso, estabelece o seu lugar e o lugar do outro, incluindo-se no grupo, incluindo o outro no grupo, excluindo-se do grupo, ou excluindo o outro.

Essa reportagem sobre a reunião de mulheres é francamente desinteressante. Ela poderia ser publicada em outro jornal qualquer (n.12, p. 19, mai. 1979. Anexos p.155).

Agora, graças a vocês, já nos orgulhamos porque nos sentimos os privilegiados que somos: O MUNDO GUEI!!! (n.15, p.19, ago. 1979. Anexos p.164).

Não me identifico porque não sou guei. Sou casado e muito bem casado (n.1, p.15, mai. 1978. Anexos p.137).

Em uma mesma missiva, por exemplo, o enunciador se inclui e posteriormente se exclui do grupo do qual fala.

Não concordo que nós, os homossexuais, constituamos uma classe. Somos pessoas pertencentes a diferentes classes sociais, com os mais diversos pontos de vista (...) Não concordo tampouco com a colocação alarmista e pouco elucidativa dada aos “crimes sexuais” (...) Que tal analisarmos a questão pelo prisma social e não passional? (...) A problemática continua sendo social, pois vivemos numa sociedade dividida em classes sociais completamente antagônicas e inimigas irreconciliáveis (...). O mal dessas bichas é serem ricas e irem atrás de pés-de-chinelo, termo muito usado pelos articulistas do *Lampião*. (n.7, p.15, out. 1978).

As palavras fazem parte, assim, do conjunto de elementos que, em combinação com outros como o visual ou o gestual, compõem um sistema representacional. As palavras apenas não conseguem representar de forma plenamente fiel a relação entre signo, conceito e o objeto ao qual se relacionam (Silva, 2004 b), precisando assim fazer parte de um conjunto onde palavras, visual e gestual – inseridos em um contexto - traçam um panorama o mais próximo possível do que se quer mostrar e/ou exprimir.

Ao fazer referência, porém, a processos identitários e de inclusão ou exclusão, novos olhares surgem em relação à linguagem no sistema representacional. O emprego de determinadas palavras para nos referirmos a grupos específicos é, em especial, carregado de muitos sentidos – representacionais, culturais – ligados a vetores de força e relações de poder. São palavras impostas e disputadas, nunca neutras. São carregadas de sentidos e significados atribuídos cultural e socialmente, e o emprego de cada uma delas representa uma determinada posição política, seja para menosprezar, valorizar, ridicularizar ou chocar.

É também através das palavras que (re)construímos nossa noção de identidade, do eu e do outro, do semelhante a mim e do diferente, e (re)criamos nossas relações sociais, muitas vezes a partir daquilo que falta, do nosso exterior, como podemos ver em Woodward:

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado de positivo de qualquer termo – e assim, sua identidade – pode ser construído (2004, p.110).

A multiplicidade de nomes e termos que definem ou denominam os homens que têm atração sexual e afetiva por outros homens – em especial, *viado*, *bicha*, *homossexual*, *entendido*, *gay* e sua variante aportuguesada *guei*, bem como *homossexualismo*, referente à prática sexual – são reflexo da própria multiplicidade identitária que perpassa o homem moderno, onde não há mais identidade una – como nos pregava o modelo cartesiano – mas encontram-se identidades que são “transformadas continuamente em relação às formas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2003, p.13). Ou segundo o próprio autor afirma em outro momento:

As identidades não são nunca unificadas; (...) são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; (...) não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2003, p.108).

Esses modelos representacionais – que geram as noções de identidades – são, assim, construídos no discurso, produzidos em contextos históricos e institucionais específicos, inseridos em práticas e formações discursivas específicas. Segundo Orlandi, “A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada, ou melhor, a partir de uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito (2002, p.43).” De fato, a partir do momento em que nos apropriamos das palavras, acabamos por reproduzir o contexto no qual elas

aparecem e construímos, através do discurso, os lugares de onde podemos nos posicionar e a partir de onde podemos falar.

Os termos que definem, então, a pessoa que tem inclinações afetivas e/ou sexuais por pessoas do mesmo sexo, em especial a partir da década de 70 do século XIX, refletem concepções históricas e sociais de como essas pessoas são vistas pelo discurso dominante, isto é, refletem as relações de poder incutidas nesse discurso e a quem interessa determinada visão social sobre o homossexual.

Costa (1992) afirma que a homossexualidade é lingüisticamente construída sendo historicamente circunscrita em seu modo de produção e conhecimento. Em determinadas épocas, certas crenças conferem foros de realidade natural ou universal a certos discursos ou práticas sociais. A afirmação de determinadas crenças, o reconhecimento de certas teorias como verdades quase que absolutas vão reproduzir determinados termos para denominar a realidade homossexual.

Foucault (2003 b) argumenta que a noção de identidade homossexual é, necessariamente, uma formação moderna, já que antes disso, para as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não havia categorias de identificação correspondente. Até fins do século XIX, como não se pensava em identidade homossexual, sendo considerado apenas o ato, não havia um termo que definisse o homem que tivesse inclinação sexual por pessoa do mesmo sexo. O ato era denominado *sodomia* ou *pecado nefando* e o praticante da ação era denominado *sodomita* – termos vinculados, obviamente, ao discurso religioso, que regulava toda a conduta de vida durante os períodos da colônia e império brasileiros (Trevisan, 2002).

O termo *homossexual* é cunhado em 1869 pelo médico suíço Karole Maria Benkert, passando a ser veiculado na língua inglesa na última década do século XIX, adotado pelo

sexologista Havelock Ellis. Tal termo está intimamente vinculado ao discurso médico-psicológico-psiquiátrico, já que a homossexualidade era considerada então como doença. Alguns estudiosos, como Costa (1992), por exemplo, evitam o uso do termo homossexual já que, segundo ele, estaria excessivamente vinculado ao contexto médico-psiquiátrico de onde surgiu. Derivado de homossexualismo, para denominar aqueles que buscam essa prática sexual, o termo representaria uma personagem imaginária, uma antinorma do modelo pregado pela burguesia oitocentista, que, a partir do século XX, apresenta a excessiva preocupação de definir os homens em heterossexuais e homossexuais.

O século XX trouxe vários outros termos para definir aqueles que tinham relações sexuais com outros do mesmo sexo. Segundo Green (1999, p.62), *puto* era o homem que tinha relações sexuais com outros homens por dinheiro, geralmente sendo encontrados no Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes. Eram comuns também os termos *fresco* e *fanchono*. O primeiro termo já aparece por volta de fins do século XIX para referir-se a homens que se vestiam de mulher nos bailes de máscara de carnaval. O Dicionário Moderno de 1903 já trazia o uso pejorativo da expressão:

Fresco – Adjetivo arejado de modernização depravada. Quase frio, ameno, suave, que não tem calor nem quenturas. Que faz frescuras, que tem o sopro da brisa. Encontra-se muito nos morros e no Largo do Rossio (Green, 1999, p.63).

É importante observar o valor pejorativo, em especial do lugar onde se encontrariam os *frescos*. Os morros eram habitados, por volta de fins do século XIX e início do século XX, especialmente por ex-escravos libertos pela Lei Áurea de 1888, e expulsos dos casarios do centro do Rio de Janeiro pela reforma urbana do prefeito Pereira Passos. Nessa mesma situação estavam os ex-combatentes da Guerra dos Canudos, que enfrentaram o grupo de Antônio Conselheiro com a promessa de ganhar terrenos no Rio de Janeiro – a mesma foi cumprida pelo governo, porém as

áreas doadas eram nas encostas dos morros. Viviam também nas mesmas condições os migrantes, que, em muitos casos, pela ausência de posses, não tinham outra alternativa a não ser os cortiços e os morros (Sevcenko, 1998). Em relação ao Largo do Rossio, era reconhecidamente ponto de encontro homoerótico e de prostituição no início do século XX. Convém mencionar que, em especial até meados dos anos 60, era comum relacionar práticas homossexuais e prostituição (Green, 1999).

O termo *fanchono* tinha um sentido menos depreciativo que o anterior. Tratava-se do homem que, detentor de uma postura masculina, passando muitas vezes despercebido em termos de sua conduta sexual, procurava outros homens para relacionamentos sexuais. Muitas vezes casado, esse personagem conseguiu fugir da perseguição médico-legal da época.

Os termos *viado* e *bicha* aparecem respectivamente nos anos 20 e 30 do século XX. Não se sabe ao certo a origem da ligação entre homens homossexuais e o animal veado, mas o fato é que a palavra mais uma vez foi associada a homens efeminados que praticavam sexo com outros homens, e o animal passou a ser “símbolo dos invertidos” (Green, 1999). Embora a denominação *viado* seja associada ao personagem de Disney Bambi, por sua fragilidade e doçura, o filme infantil só surgiu nos anos 40, duas décadas depois dos primeiros registros do aparecimento do termo.

O uso da palavra *bicha* também não tem sua origem muito bem conhecida. Uma das hipóteses seria uma adaptação da palavra francesa *biche*, que significa corsa, feminino de veado. Segundo nos relata Green (1999), *biche* também era usado na França para se fazer referência a uma jovem mulher. No Brasil, *bicha* também significa uma mulher irritada, e, no Nordeste, sinônimo de prostituta. Como se percebe, até então, a idéia de homossexualidade era diretamente relacionada à prostituição, efeminação e a uma postura passiva nas relações sexuais. A

representação da homossexualidade era, portanto, geralmente feita de forma depreciativa, numa posição representativa do discurso dominante – aquela que reconhecia como legítima uma única forma possível de se exercer a sexualidade.

Viado e bicha aparecem com grande frequência no jornal, geralmente se referindo à própria comunidade homossexual, no intuito de transformar as imagens relacionadas a elas, dando-lhes conotações positivas. Ainda que haja exemplos como as das cartas mencionadas no capítulo 3, do uso da palavra *bicha* tomada em sentido pejorativo – o que ocorre no contexto social geral - na maior parte das cartas, estes termos, ou suas variantes, são associados a motivo de orgulho. Um substantivo derivado de *bicha* – *bichórdia* – também surge no jornal: primeiro como o título de uma série de shows promovidos pelo jornal; em segundo como nome de uma coluna do periódico.

Para mim vocês estão funcionando como registro, como memória do viadeiro nacional (n.15, p.18, ago. 1979. Anexos p.163).

Se não, vejamos: vocês me mostram o ponto de vista de um pessoal que pra mim é quase uma incógnita: a viadagem (n.5, p.15, set. 1978. Anexos p.149).

As bichas precisam tomar cuidado para não ficarem sérias demais, estandárticas, que nem certas feministas. O humor é indispensável e ele rareou nos três exemplares do *Lampião* que andei lendo misturadamente.(...) Bicha também ri, gente. (n.4, p.17, ago.1978. Anexos p.144).

Nos anos 60, há uma maior visibilidade da palavra *gay*, já usada nos Estados Unidos desde os anos 20, que mais tarde tornou-se um indicador de homens que tinham interesse sexual por outros, independentemente de efeminação. Convém ressaltar que originariamente *gay* representava mulheres de moral duvidosa (Jagose, 1996). Percebem-se pela origem dos termos usados para fazer referência à homossexualidade sentidos em sua grande parte pejorativos ou jocosos, refletindo a forma como esta era vista em geral pela sociedade – fonte de escárnio e desprezo. O jornal usa, na maior parte das vezes, o termo aportuguesado *guei*, provavelmente

enquanto discurso de resistência à dominação econômica norte-americana e à busca de modelos de identidades homossexuais brasileiros. Faz-se necessário comentar, porém, que boa parte dos subsídios comportamentais e teóricos para a busca desses novos modelos de identidades tinham referências nas terras do Tio Sam.

A palavra *entendido*, ao que parece mais neutra, é um empréstimo latino-americano, já que também era usada em países vizinhos e referia-se àqueles que eram familiarizados às referências culturais acerca da homossexualidade, não fazendo referência a uma postura dicotômica que parece surgir dentro do próprio meio homossexual, desmembrada entre o homossexual mais efeminado e aquele mais próximo do modelo de masculinidade hegemônica (Green, 1999). De início, tanto *gay* quanto *entendido* não foram bem aceitos pelo movimento militante:

A peculiaridade dos primeiros grupos do movimento homossexual é que resolveu (sic) rejeitar tanto “entendido” como *gay*, preferindo ficar com o velho termo “bicha”. Propondo uma nova “bicha”, militante e consciente, a idéia era de conseguir esvaziar, tanto a palavra quanto o conceito que representava de suas conotações negativas. Se autodenominar de “bicha” veio a ser uma maneira de “assumir” uma homossexualidade considerada mais “consciente” do que a dos *gays* e “entendidos” e obrigar a opinião pública a reconsiderar suas atitudes em geral. Mais tarde, outros grupos viriam a adotar outras estratégias, como é o caso do Grupo Gay da Bahia, que adotou o termo americano. (Fry & MacRae, 1984, p.25).

A tendência e a tentativa de inserção da homossexualidade em um modelo dicotômico heterossexual que representa o homem forte e dominador e a mulher fraca e submissa também podem ser percebidas no uso de termos que refletem binarismos como “ativo/passivo”, “dominador/dominado”, “bofe/bicha”, “fanchona/lady” (Green, 1999). Tal nomenclatura refletia a reprodução do “machismo” nas relações homossexuais, grandemente criticado por setores mais organizados do movimento homossexual. Na verdade, o uso ou não de determinados termos

trouxe diversas polêmicas também na seção de cartas dos leitores, demonstrando as próprias fragmentações identitárias e os diversos lugares de enunciação dos homossexuais.

Ainda o auê das palavras

Fui um dos que, após a edição do nº 2 de *LAMPIÃO da esquina*, escreveram à vocês com o intuito de chamar a atenção para o crescente uso, em seu já conceituado mensário, de termos comumente empregados pejorativa e discricionariamente por pessoas preconceituosas em relação ao homossexualismo.

Quanto ao termo guei, achei inteligente a idéia, mas quanto aos outros (bicha, boneca, etc.), continuo achando inoportuno e inconveniente o uso dos mesmos pelo jornal. Mais explicitamente, a palavra, isto é, o significante, traz consigo algo bem mais amplo que é seu significado, isto é, o conceito pela maioria das pessoas, no caso em foco. A meu ver, usar os mesmos termos que a sociedade machista usa para marginalizar a classe homossexual contribui para que os mesmos continuem arraigados na mente do nosso povo (...). Falando em termos de língua, a única maneira de se fazer com que o uso de um determinado termo tenda a desaparecer, é criando-se e difundindo-se um novo termo, tendo-se o cuidado para que o mesmo não receba a conotação do primeiro (...) Não adianta vocês usarem determinadas palavras com um propósito, se aqueles que as recebem, os leitores em sua maioria, já estão habituadas a vê-las de outra forma. Acho que isso só poderá fortalecer estereótipo e nunca liberar realmente as pessoas oprimidas por sua condição sexual (...).

Alfredo Rangel

Rio de Janeiro (n.4, p.18, ago. 1978. Anexos p.145).

A batalha seria melhor se cada um se impusesse, exigindo respeito a si próprio, um respeito humano, à individualidade. Assim, aproveito para deixar minha crítica em relação aos portadores de frescurite e desmunhequices, as quais só ajudam a perpetuar essa imagem caricata dos homossexuais.

Por vezes, já li no *Lampião* referências a tal fato, mas por outro lado, são publicadas piadas, situações gastas, as quais também terminavam tendo o mesmo efeito depreciativo. Não acredito que a aceitação de ser chamado de “bicha” resolva alguma coisa, pois a aceitação talvez se deva a uma tentativa de acostumar os ouvidos a tal adjetivo [sic] pelo simples fato de gastar-lo rapidamente (...).

Marco Antônio – Rio.

R. – (...) Quanto à palavra “bicha”, o importante é que ela está deixando de ser um estigma, ou seja, ela está perdendo sua única função; por esse caminho, fatalmente cairá em desuso, você não acha?(...).

(n.13, p.18, jun. 1979. Anexos p.157).

Percebe-se no jornal, em especial pelas respostas que os editores dão às cartas, além dos próprios editoriais e reportagens, uma necessidade de valorização das múltiplas identidades homossexuais e o conseqüente uso das palavras que nomeiam homossexuais a partir de um lugar de enunciação que reconhece o processo de assumir-se homossexual como algo positivo. Assim, quanto mais pejorativo e depreciativo for o nome, mais o jornal o usa, no intuito de, pelo uso, dar-lhe significado positivo. Os leitores, porém, que criticam tal emprego dos nomes no jornal, parecem estar sempre reproduzindo as vozes do discurso heterossexual no meio homossexual. A necessidade de buscar um modelo de masculinidade próximo ao da hegemônica é garantia de reconhecimento, respeito e aceitação. No discurso desses leitores, não há espaço para *frescurices* e *desmunhequices*, nem para os termos que são naturalmente associados a tais ações. Não há, portanto, lugar para o diferente, para o outro, para o que transita entre os dois modelos concebidos pelo sexo biológico. Assiste-se à reprodução da dominação do masculino sobre o feminino.

Dentre todos, o termo *homossexualismo* é hoje o mais controverso, enquanto *homossexual* é defendido por uma parte do grupo ao mesmo tempo em que rechaçado por outra. Na visão de Costa (2002), *homossexualidade* e *homossexualismo* deveriam ser substituídos por *homoerotismo*, cunhado por F. Karsh – Haak em 1911. Para Costa, *homoerotismo* refere-se à possibilidade de certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica e/ou relacionar-se com pessoas do mesmo sexo, independente de assumirem ou não identidade(s) homossexual(ais). Ainda segundo o autor, a preferência por tal termo se dá por três principais razões:

A primeira é de ordem teórica. Diz respeito à maior clareza que proporciona o uso do (...) termo e não dos termos convencionais de “homossexualismo” e “homossexualidade”. Homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas ou dos desejos dos homens *same-sex oriented*. Como ressaltam Lewes (1989) e Stoller (1979, 1987, 1989), interpretar a idéia de “homossexualidade” como uma essência, uma estrutura ou denominador

sexual comum a todos os homens com tendências homoeróticas é incorrer num grande erro etnocêntrico. Penso que a noção de homoerotismo tem a vantagem de tentar afastar-se tanto quanto possível desse engano. Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão, etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra “homossexual”. Segundo, porque nega a idéia de que existe algo como “uma substância homossexual” orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do “homossexualismo” de onde derivou o substantivo “homossexual” (Costa, 1992, p.21,22)¹².

Em relação a *homossexualismo*, seu uso também é criticado por Nunan (2003). Segundo a autora, o sufixo *ismo* geralmente nos remete à idéia de doença, refletindo, portanto, o discurso médico-psiquiátrico do fim do século XIX, que perdurou até meados dos anos 80, quando a inclinação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico deixou de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Medicina¹³. Convém ressaltar, porém, o grande uso do termo homossexualismo pelo jornal, justamente no intuito de também lhe dar sentido positivo, inclusive no editorial do número 2 – *Homossexualismo: Que coisa é essa*, onde o intuito era desmistificar os tabus que cercavam a prática homossexual. Assim como *fanchono* e *fresco*, *homossexualismo* tende a ser cada vez menos empregado.

Enquanto o termo *homossexualismo* está em desuso cada vez maior – pelo menos em meios acadêmicos – *homossexual* ou *homossexualidade* ainda são usados amplamente desde títulos de livros a trabalhos acadêmicos. O termos são criticados pelas correntes do movimento

¹² As citações feitas em Costa (2002) referem-se a LEWES, Kenneth, *The Psychoanalytic theory of male homosexuality*. Ontário, New American Library, 1989; STOLLER, Robert J., *Sexual excitement*. Nova York, Touchstone, 1979; _____ *Observing the eroting imagination*. New Haven e Londres, Yale University Press, 1987; STOLLER, Robert J., e HERD, Gilbert, *Intimate Communications – Erotics and the study of culture*. Nova York-Oxford, Columbia University Press, 1990. Há uma divergência de datas entre a citação e a referência bibliográfica da última obra de Stoller. Neste caso, mantive a citação e as referências como se encontram em sua versão original.

¹³ Tal assertiva está em concordância com o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Em sua 2ª ed, 9ª impressão, de dezembro de 1997, pode-se ler: -ismo: suf.nom.: A atestar a sua extraordinária vitalidade na língua portuguesa, o sufixo -ismo participa também da formação de derivados de cunho nitidamente popular e com conotações irônico-pejorativas bem acentuadas. Os derivados em -ismo designam preferencialmente (...) IV. doença, defeito, etc (p.448).

homossexual que não buscam um novo modelo de família, mas sim de sexualidade. Neste contexto, *homossexual* representaria um modelo de sexualidade proposto a partir do paradoxo heterossexual.

O meio acadêmico nos apresenta, a partir dos anos 80/90, o termo *queer*, identificador de um ramo de estudos que toma como objeto o outro, o estranho, o diferente. Embora tal termo, já comum na língua inglesa, não seja usado no dia-a-dia brasileiro, dá nome a um segmento em crescimento nos estudos de gênero da academia brasileira. Os estudos *queer* não estão alinhados a qualquer categoria específica de identidade, embora a reconheçam como múltipla e instável (Jagose, 1996). Questionam as incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossômico, gênero e desejo sexual, reconhecendo que a orientação sexual pode diferir do sexo biológico, problematizando e desconstruindo o que reconhecíamos até poucas décadas como identidades sexuais.

O pós-estruturalismo nos oferece condições para a discussão cultural em relação a grupos sociais tradicionalmente marginalizados e não reconhecidos pela cultura dominante. Pautados em modelos apenas vinculados ao sexo biológico, as diferenças sexuais sempre acabavam por retratar um modelo de superior e inferior. A representação do sistema sexo-gênero é resultado de um construto sócio cultural que atribui significados aos indivíduos na sociedade (Lauretis, 1994). Os novos modelos de gênero clamavam por representações não apenas vinculadas à diferença sexual, mas a códigos lingüísticos e representações culturais, relacionado também as questões de raça e classe social.

Pode-se afirmar, portanto, que as noções que nos são apresentadas de sexo e gênero são criadas a partir de panoramas culturais e sociais, refletidas portanto no discurso, já que este espelha e representa a sociedade. Construimos e desconstruimos aquilo que é característico de

cada gênero de acordo com o período em que vivemos, com os valores que assumimos como verdadeiros e com a ideologia considerada dominante. A representação do que é considerado como características femininas ou masculinas dentro de determinado grupo está ligado a conferência de direitos e poderes: quem manda e quem é comandado; quem dita as regras e quem deve obedecer. Lauretis analisa o fato de como masculino e feminino se constroem e significam em termos de contextos culturais, além de sua ligação com o poder:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade (1994, p.211).

Questionar a concepção cultural de masculino e feminino abre inúmeras outras possibilidades, sendo a mais importante delas o fato de constatar que tal modelo binário nos permite apenas uma única forma de observação do contexto social. O surgimento de novas formas de se conceber o que é ser masculino e feminino, além da possibilidade de não estar inserido apenas nas categorias, mas entre elas, permite a análise e a observância de múltiplas formas de representação identitárias, sendo este fato ponto primordial para o efetivo exercício de uma eficaz política social e de direitos humanos.

De início inserido no campo dos estudos feministas, a partir dos anos 80/90, a teoria *queer* torna-se a resposta que a academia norte-americana deu a necessidade de um enfoque maior e mais específico para os estudos gays e lésbicos. Trata-se também da procura de uma não vinculação ao modelo binário de sexualidade, em especial o feminino. Procuram aprofundar “as

relações possíveis entre as identidades gays e lésbicas e a cultura construída em torno de conceitos como natural e normal, isto é, busca[m] problematizar e desconstruir as relações entre o centro e as margens, compreendidas como as identidades homossexuais” (Lugarinho, 2002). Os estudos *queer*, portanto, reconhecem que as identidades são potencialmente reinventadas, assumindo caráter performático, sendo mais importantes as posturas assumidas em determinados momentos que o próprio fato de quem se é. A ideologia e o contexto social nos incitam a assumir papéis, a exhibir performances, a nos travestir enquanto masculino ou feminino de acordo com as identidades que assumimos, sejam estas impostas ou não (Butler, 1990).

Estudos feitos por Chauncey, citado em Jagose (1996), já nos apontam que o termo *queer* era usado nos Estados Unidos por volta dos anos 10 e 20 do século XX, antecedendo o uso da palavra *gay*. Outro fato interessante é que era usado pelos próprios homossexuais para definir aqueles que tinham interesse por outros homens, independentemente de serem efeminados ou não.

Queer – que no original inglês significa estranho, diferente, não apresentando correspondente na língua portuguesa – é um termo que teve seu sentido transformado, em especial pela visibilidade que os estudos de gênero, aí inseridos os estudos gays e lésbicos, têm tido no meio acadêmico. A postura teórica dos estudiosos *queer* é predominantemente a aposta de uma nova construção em termos de identidade(s) sexual(ais), apoiada em muitos de seus aportes nas teorias foucaultianas. A ênfase do filósofo francês em mostrar que a sexualidade não é apenas um atributo pessoal, mas uma construção cultural – perpassada por efeitos de poder – tem sido crucial para novas concepções e o desenvolvimento dos estudos gays e lésbicos.

As transformações nas representações e nos sentidos das palavras é o que pode ser percebido no discurso do jornal *Lampião*. Os embates, as perspectivas de concordância ou

discordância referentes a termos novos ou antigos são verificáveis nas cartas. Tal como ocorre com o termo *queer*, as diversas palavras que designam homossexuais tomam, a partir do ressurgimento do discurso gay dos anos 70, o contorno dos aspectos das múltiplas identidades socioculturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer, e não vinculadas a situações universais, condicionadas apenas e tão-somente ao sexo biológico. A ligação mais forte entre o jornal e a teoria *queer* é que, principalmente no primeiro ano de sua existência, o periódico apresenta a mesma busca de valorização de termos considerados pejorativos que os estudos *queer* fazem pelo menos uma década depois. As relações possíveis entre as identidades gays e lésbicas bem como seu contexto político cultural também se encontram estampadas nas páginas do jornal, desconstruindo e (re)construindo o que se entendia por ser homossexual.

As variadas identidades homossexuais, portanto, refletem-se em construtos sociais e discursivos, estando implícitas nesse contexto posições enunciativas que refletem jogos de poder diversos¹⁴.

4.2. 1979: O homossexual político

Um ano depois de seu número 0, já em abril de 79, *Lampião* tem como chamada de capa o fato de Celso Cury ter sido absolvido, mas a manchete principal é a de um grande

¹⁴ Embora mencionado com certa frequência, em especial nos últimos números do jornal, não mencionei o termo *travesti*, por ter como objeto de estudo o homossexual masculino, já que as travestis sabidamente preferem ser reconhecidas por sua postura a mais feminina possível. Outros termos como transexual, *drag-queen*, pansexual e outros não são citados no jornal, provavelmente por serem termos surgidos posteriormente à existência do periódico, portanto não são objeto deste estudo.

congresso/evento de mulheres. As palavras de chamada, em caixa alta são “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política”.

O cunho das cartas é, nesse período, o de busca de maior identidade política, enquanto nos seis primeiros números (digo de 0 a 5) há um discurso mais voltado para as possíveis identidades do grupo. O processo judicial que o jornal sofria, o início do período de anistia, a insatisfação popular em relação ao governo militar, todos esses fatores eclodem nas cartas como a que se segue, publicada no n.11, em abril de 1979:

Garis em luta – I

Não tenho o mínimo interesse no que gente tipo o ministro Mário Henrique Simonsen, o presidente Ernesto Geisel, o prefeito Faria Lima fazem ou deixam de fazer com a vida deles. Auto-proclamados representantes do povo, só posso dizer que a mim não representam. Deles nada peço. Mas sinto, cada vez com mais impaciência, a abusiva interferência de figuras desse tipo na minha vida.

Teve a greve dos lixeiros aqui no Rio. Eles alegam que passam fome com pouco mais de Cr\$ 1.500,00 que ganham. Acredito: só de aluguel estou pagando Cr\$ 7 mil por mês. O ministro do Trabalho, com que se preocupa este? Porque dos industriais e comerciantes cuida o da Indústria e do Comércio: declara a greve ilegal e os garis são ameaçados pelas autoridades e seus pelegos com mil punições e repressões. Retomam o trabalho à espera da resposta. Ninguém ainda sabe quando e se terão aumento. Mas a taxa do lixo já passou para 36% e a notificação do imposto predial diz que parte deste é para retirada do lixo da cidade. Vocês pensam que estão enganado quem?

Agora vem o ministro e futuro ministro Simonsen dizendo pelos jornais que vai tirar 5 a 10% do imposto de renda a mais do meu salário porque “todo mundo tem que pagar pela calamidade”. Qualé ministro? Eu acho que antes tem muito escritório caro, muita construção suntuosa, muito telefone, telefonema, telex, carro com motorista, ar condicionado, mansões na beira do lago Paranoá, viagens ao exterior, jatinhos praqui e pralá e os inumeráveis e inonimáveis etc que podem ser cortados se estão numa de fazer dinheiro para os desabrigados das enchentes.

Pensando um pouco, acho tão estranha essa súbita preocupação com as vítimas das enchentes. Pouca gente com fome, sem casa, é coisa que não precisa de cheia ou de seca para abundar por esse País afora. Querem ver? É só saírem de suas limusines, dos palácios, das salas de espera vips dos aeroportos. E não adianta vir com a conversa de que todo mundo vai pagar que eu sei muito bem das jogadas que a legislação do imposto de renda prevê para quem não é assalariado ou pode apelar para compra de ações e outros descontos. Vamos tirando a mão do meu bolso!

Júlio César Montenegro – Rio

R. – E do meu (A propôs: entre a data em que Júlio César nos escreveu e a publicação deste número, os garis do Rio tiveram seu suado aumento, considerado histórico na classe pela percentagem) (p. 18. Anexos p.151).

A presença de tal carta mostra o reflexo de uma crise econômica que atinge também o homossexual enquanto cidadão inserido na sociedade e que sofre as conseqüências de toda a política governamental vigente. O referido leitor fala do lugar da classe média da época, não havendo referência a uma possível homossexualidade, mas refletindo a crítica e opinião da sociedade como um todo. Não há em sua carta referências que o identifiquem como homossexual. A carta seguinte, ainda que englobando o mesmo tema, apresenta posições enunciativas diferentes:

Garis em luta II

Sou um leitor assíduo do *Lampião*, que é o farolito da minha obscura vida gay. Lendo-o, todavia, sinto-me mais lépido e afoito para a vida e a luta cotidiana. Como já divulguei amplamente na coluna “Broadway” da revista Show, acho que o movimento gay brasileiro é uma parada sem desfile! Os estudantes lutam por seus direitos; os garis da prefeitura lutam pelo aumento de seus salários. Eu cá, que não me responsabilizo pelo que der e vier, acho que podemos lutar sempre, para frente e para o alto.

Guilherme Santarém – Rio (p.18. Anexos p.151).

Embora também mencione a greve dos garis, além do movimento dos estudantes, o autor não se aprofunda nas questões políticas, embora use metáforas relativas ao regime militar para falar da comunidade homossexual. Sua inserção no referido grupo bem pode ser registrada se tomarmos como referência as seqüências *Sou um leitor assíduo do Lampião, que é o farolito da minha obscura vida gay* ou então em *Lendo-o, todavia, sinto-me mais lépido e afoito para a vida e a luta cotidiana*. O leitor, porém, faz uso da afirmação *acho que o movimento gay brasileiro é uma parada sem desfile!* - citação que merece algumas considerações, já que é muito rica em termos semânticos. *Parada* é um vocábulo provavelmente relacionado ao regime militar, mas

também pode estar vinculado ao verbo *parar*, portanto, o autor poderia estar considerando o movimento gay como algo estagnado, sem movimento. O ato de movimentar-se seria denotado pela palavra *desfile*, que nos remete aos glamurosos desfiles militares dos anos 70, em que as mazelas sociais eram camufladas, escondidas sob os imponentes uniformes e tanques de guerra em exibição. O desfile também é o ato de se mostrar, assumir-se, estar nas ruas mostrando-se para a população, como os desfiles de Miss Brasil Gay, que o jornal começa a noticiar em 1980. O leitor provavelmente aponta a necessidade de uma comunidade mais ativa, que não tenha vergonha de se mostrar: já que todos lutam por seus direitos, que os homossexuais também lutem sempre, *para a frente e para o alto*.

Outro fato que chama atenção nessa carta é o uso do adjetivo *obscura*, que atesta a permanência nas sombras ou as dificuldades que assumir uma identidade(s) geraria na vida cotidiana. O leitor, porém, reconhece o jornal como um elemento que mostra o fato de assumir identidade(s) homossexual(ais) como um ato positivo, que o incentiva a enfrentar as adversidades diárias. Apesar de ter uma vida obscura, o jornal é alento: *Lendo-o, todavia, sinto-me mais lépido e afoito para a vida e a luta cotidiana*.

O processo contra o jornal também é citado nas cartas dos leitores. A primeira referência a tal processo aparece no *Lampião* número 9, de fevereiro de 1979. Na reportagem *Para o Brasil do ano 2000, os “bons costumes” do século XIX*, Aguinaldo Silva relata que o Departamento de Polícia Federal, o DPF estava realizando um inquérito contra o jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de ofensa à moral e bons costumes por falar sobre homossexualidade (nas palavras do jornal, homossexualismo). Cartas chegam à redação do *Lampião* e se tornam importante acervo documental, já que o jornal quase não menciona mais o processo até o número 18. Na verdade, tomamos conhecimento do desenvolvimento e do

desfecho da contenda pelas cartas dos leitores. Estas acabam sendo, assim, elemento de memória: não a voz oficial do jornal, mas as vozes de pessoas que escrevem, que se solidarizam com ele e que contam o desenrolar dos fatos.

Venho igualmente me solidarizar com os ‘carregadores’ do *Lampião* que enfrentam atentados esdrúxulos por parte da grande (?) imprensa e do tão afamado departamento de censura.

Beto Carvalho _Rio

Vai aqui a minha solidariedade com o jornal, no sentido de que vença essa clara injustiça que a ‘justiça’ quer empreender contra ele.

José Benício Costa Junior. – Rio

Queridos: hoje deparei com uma notícia, no O Globo, sobre o inquérito a que o nosso querido *Lampião da esquina* está sendo submetido. Quero através deste bilhete prestar toda a minha solidariedade e pedir para que vocês não deixem a peteca cair. Sou um simples leitor desse jornal maravilhoso.

Francisco C. L. – Rio de Janeiro (n.9, p,14, fev. 1979).

Em editorial no número 18, de novembro de 1979, intitulado *Somos todos inocentes*, o jornal fala dos doze meses de inquéritos sofridos, simbolizada na capa de *Lampião* n.12, quando os redatores foram identificados numa repartição policial como criminosos. O apoio dado ao jornal através das cartas demonstra o reconhecimento conferido ao veículo enquanto porta-voz da comunidade homossexual, e, por extensão, enquanto representante do discurso de uma minoria em face da crise político social que assolava o país. No trecho abaixo, seguem trechos do editorial

E não estávamos sós, como nossos colaboradores e leitores; a solidariedade a *Lampião* foi bem mais ampla, surgiu dos lugares mais inesperados, cresceu e se avolumou, a tal ponto que o arquivamento do processo nos pegou de surpresa com uma enorme lista, assinada por dezenas de personalidades de todo o país, dando seu apoio ao jornal e pedindo ao Ministro da Justiça que desse fim às pressões.(...) abaixo publicamos, na íntegra, o parecer do Procurador da

República, Dr. Sérgio Ribeiro da Costa, pedindo o arquivamento do inquérito (...)

‘ Trata-se de inquérito instaurado para apurar a participação ilícita de cada um dos componentes do Conselho Editorial do jornal Lampião da Esquina, que contém, segundo a Portaria de fls.2, matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, punível conforme dispõe o artigo 17, da Lei 5260/67.

(...) No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto, é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações. Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém, todas elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública (...)

(n. 18, p.2, nov. 1979).

O n. 12, de maio de 1979, é a edição comemorativa de um ano do jornal, que traz várias reportagens referentes às mulheres e escritas por homossexuais femininas, sendo este já um pedido antigo de vários leitores do jornal, conforme podemos ver em:

Adoro o jornal inteirinho, acima de tudo, pela coragem e pelo bem que ele faz à gente. Gostaria de fazer algumas sugestões. Vocês não acham que seria bom publicar mais reportagens com mulheres ou para elas? Sinto cada vez mais a ausência nossa no jornal (exceto a maravilhosa entrevista com a Lecy).

Ana Teresa – São Paulo (n.9, p.15, fev 1979)

A resposta dos editores foi:

Vamos repetir pela enésima vez (...) que o jornal está aberto às mulheres. O que elas têm que fazer é invadi-lo. Por enquanto a gente publica as cartas que vocês nos mandam. Mas se pintar um ensaio, um artigo, e desde que se enquadre na linha do jornal, tudo bem.

O jornal também recebia cartas de leitores de outros países, embora não haja notícias de que fosse vendido no exterior. Graças a uma série de reportagens sobre a perseguição a homossexuais, em especial na Argentina, mas também no México e no Chile (n.07, dezembro de 1978), acorrem ao jornal missivas não só da Argentina, mas também de outros países da América Latina relatando tanto o processo de formação identitária homossexual desses países, assim como a própria perseguição aos membros da comunidade, reflexo também da perseguição política em alguns desses países.

Abrços da Colômbia

Queridos amigos: depois de algumas tentativas de refazer os contatos com vocês, aproveito rapidamente a visita de Allen Young ao Brasil para retomar a ação de liberação guei, sexual e social latino-americana. Anexo os dois últimos números de nossa publicação e desejo, em troca, receber toda a coleção do seu jornal, pois, nos interessa conhecer seus pontos de vista políticos. Por outro lado, já nos inteiramos dos processos judiciais contra alguns de vocês, e pretendemos enviar carta de protesto à Embaixada do Brasil na Colômbia e ao Ministro do Interior do Brasil. Creio ser bastante necessário manter nossa correspondência. É uma satisfação saudá-los e desejo a todos êxitos e prazer. Afetuosamente.

Leon Zuleta – Medellín, Colômbia
(n.12, p.18, mai. 1979. Anexos p.154)

Em 1979, portanto, o discurso do jornal é ampliado para o inquérito policial, a questão da mulher (nos. 11 e 12) e sua participação no jornal, o posicionamento do negro (n.15), os travestis (n.16, inclusive se refletindo em cartas) e o início do movimento organizado homossexual, que será abordado com mais detalhes no item 4.3. Após um primeiro ano de busca de afirmação de identidades – o que ainda ocorre nas cartas que circulam no ano de 1979 – *Lampião* procura

acima de tudo formar um grupo consciente dos problemas e questões que assolam o país. O papel enunciativo do leitor é daquele que já assumiu - pelo menos boa parte deles - sua postura homossexual e que agora questiona o sistema político social vigente do país. Um dos reflexos é o aumento do número de missivas assinadas, ainda que apenas com o primeiro nome. Não há registros de tantos pseudônimos ou anônimos como em 1978.

É possível ler ainda no jornal muitas cartas fortemente marcadas pela crítica social:

Já está na hora de pormos para fora a nossa ojeriza à hipocrisia escancarada que impera entre nós. Do plano político ao pessoal. É de se ter dó, ver pessoas presas a questões tão sem importância, de insignificância absurda, mas que para elas são tidas como as leis máximas que as vedam dos males, tornando-as impenetráveis (...). Vai aqui a minha solidariedade com o jornal, no sentido de que vença essa clara injustiça que a 'justiça' quer empreender contra ele (...). Lutarei com vocês pela liberdade de expressão, pelos direitos humanos, pela conscientização dos homossexuais, não pela criação de uma classe unida e isolada de todos, mas pela perfeita integração sua na sociedade, pela liberdade da mulher, por nosso direito ao voto para nossos representantes no Poder, e contra mais e mais falhar e injustiças que temos sentido na pele, tudo isso por um país coeso e aberto, por um povo sem medo de sair às ruas, por vemos todos os nossos direitos postos em prática.(...)

José Benício Costa Junior – Rio

(n.11, p.19, abr. 1979. Anexos p.152).

Os vocábulos empregados nesta carta são muito próximos daqueles proclamados pelo movimento *diretas já* de 1984. A seção *cartas na mesa* torna-se, assim, lugar de debate e reflexão sobre os anseios da população – inclusos aí os homossexuais – por mudanças. Vocábulos como *injustiça* (aparecendo duas vezes, a segunda no plural), *liberdade - de expressão e da mulher*, *direitos humanos*, *conscientização*, *voto*, além da aparição por mais duas vezes de *direito* dão o

tom do rico momento histórico e da influência do jornal, também enquanto porta-voz político e formador de opinião, para a comunidade homossexual.

4.3. 1980: O movimento homossexual organizado

Algumas capas de *Lampião* já em 1979 retratam a organização do movimento homossexual. As chamadas dos números 16 – *Homossexuais se organizam*; e do número 24 – *Homossexuais: a nova força* dão noção do espaço que o jornal conferia às manifestações, na tentativa de ampliar a representação social do homossexual.

O I Encontro Nacional de Gays e Lésbicas, de 1980, antecedido pela semana de minorias na USP, em 1979, em que o meio acadêmico quis ouvir os negros, as mulheres e os homossexuais, e o anúncio do I EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais – dão a tônica do discurso do jornal. São numerosas páginas enfocando as lutas das mulheres e dos homossexuais e a inserção da chamada *luta menor* – a emancipação feminina, a luta contra o machismo, o reconhecimento dos homossexuais, negros e índios enquanto vozes que necessitavam de representação dentro da *luta maior*, a saber, a luta dos movimentos de esquerda contra o governo.

Gente, aqui quem escreve não é só uma lésbica não. Eu vou falar em nome de muitas mais, que freqüentam a vida guei aqui em Niterói, e que não estão satisfeitas com o jornal.

Que machismo é esse? Um monte de coisas que só interessam às bichas, e nada para nós, lésbicas. Aí pinta a tal Yonne com propostas de reabilitar o jornal, tornando-o interessante para nós também. Ficamos três meses esperando notícias/entrevistas sobre mulheres e a tal guria nada. Parece até jogada comercial. (...) Juro que vou fazer campanha contra o jornal (muitas/ a maioria

das lésbicas andam descontentes com vocês). Pô, vê se vocês tomam jeito e deixam o paternalismo em prol dos homens de lado, só um pouquinho.

Luca – Niterói

(n. 24, p.14, mai. 1980. Anexos p.172).

Depois de dois anos acompanhando e incentivando este jornal, venho fazer minhas queixas (...) Minhas queixas são a respeito da tolice infantil com que *Lampião* vem tratando a esquerda, que embora, não militando nela, atinge-me, pois no país é a única que se tem preocupado com o pobre, o explorado, situação na qual me encaixo. Não coloco aqui a questão do poder, posto que ele é sempre a meta dos políticos de qualquer credo filosófico (...)

Quando *Lampião* veio à luz, veio com propostas revolucionárias, e dois anos depois é desconsolador ver que houve antes um retrocesso, pois as matérias que andam publicando, talvez ainda possa ser chocante às margens do Jequitinhonha ou em Biafra, mas aqui em São Paulo, ele só é mais revolucionário que a Veja, mas pode ser lido tranqüilamente depois da novela das oito e antes da Malu Mulher.

Espero que desculpem a revolta, mas é que *Lampião*, a julgar pelas atitudes atuais, traiu-me, não só a mim, como a outros homossexuais que viram no jornal mais que um simples relator do cotidiano homossexual, negro, feminista, etc. Viram nele um modificador desse cotidiano. Na certeza de ser levado em consideração, deixo aqui um grande abraço para vocês, deixando-os livres de qualquer pressão, apenas querendo uma resposta que me permita decidir se continuo com vocês ou não.

Valdir Luís de Albuquerque – SP

(n.30, p. 19, nov. 1980.).

As cartas dos leitores, espaço maior de socialização do jornal, tornam-se embate dos vários discursos que lutam entre si para “tomar o poder”, já que o aparato militar dava claras

mostras de exaustão. O jornal é criticado ora por ser considerado dirigido a um grupo homossexual elitista, ora por não ceder maior espaço às mulheres ou ainda pelos embates em relação à esquerda brasileira. As crises entre os movimentos de esquerda e os movimentos homossexuais organizados eram cada vez maiores. Segundo Trevisan (2002), o objetivo dos grupos de esquerda era cooptar membros dos movimentos homossexuais organizados como forma de aliança e elemento numérico, mas sem dar, porém, maior espaço a estes grupos ou a possibilidade de que alguns de seus membros assumissem a liderança dos partidos de esquerda. A necessidade de assumir ou não posturas identitárias homossexuais torna-se ainda mais uma questão política. Há em 1980, além do enfrentamento social, o embate com a esquerda brasileira.

Prezados editores: venho por meio desta me felicitar com o jornal devido às críticas, a meu ver impropriedades, que o mesmo tem recebido ultimamente. Não deve o jornal ser meramente um porta voz dos grupos constituídos nem, muito menos, assumir uma opção político partidária, o que só serviria para estreitar seus horizontes de discussão, e, conseqüentemente, reduzir sensivelmente o número de leitores e ou colaboradores. Quanto à problemática do sexo nas sociedades hodiernas, mais especificamente quando praticado entre pessoas do mesmo sexo, acho que pode ser encarada sob dois ângulos diferentes (pode até ser que existam outros, mas no momento só vejo estes): 1) diante da constatação de que o lugar do homossexual é um lugar de opressão, assumir este lugar e tentar transformá-lo em um lugar de pressão; 2) Não assumir o lugar de homossexual, mas questioná-lo profundamente, mostrando a sua produção e manipulação pelos poderes e valores constituídos e denunciando, ostensivamente, o cárcere dos desejos e a miséria afetivo-sexual que se esconde sob o manto da normalidade (...).

Alfredo Rangel – Rio

(n.32, p.2, jan. 1981).

As lutas pela inserção política são tangenciadas por fortes questões de cunho social, das quais pode-se destacar: o assassinato de mulheres e homossexuais denunciado pelo jornal, em especial de travestis; a contínua insatisfação das mulheres que não se reconhecem inseridas no discurso do jornal – embora o mesmo retrate com constância os encontros feministas; a perseguição que delegados em São Paulo e no Rio de Janeiro fazem aos homossexuais – sendo mais uma vez os travestis as grandes vítimas (José Wilson Richetti em São Paulo e Deraldo Padilha no Rio); além da relação Igreja x homossexualismo, que ocupou boa parte das páginas da edição número 26, de julho de 1980.

Em relação à tentativa de organizar os movimentos homossexuais e dar-lhes maior atuação política, o excesso de burocracia e de conflitos entre os desejos dos vários grupos não possibilitam que diretrizes mais amplas sejam estabelecidas ou postas em prática.

O IEBHO foi ótimo, apesar dos traumas intergrupais que provocou; no próximo a gente espera que tenha mais tesão e menos encucação (n.27, p 19, ago. 1980. Anexos p.181).

Enquanto nos grandes centros, o ativismo homossexual se mostra paralisado devido à excessiva preocupação com a política, no resto do país as bichas estão sendo sumariamente executadas pelo sexismo (n.27, p 19, ago. 1980. Anexos p.181).

As críticas ao jornal começam a se acentuar, devido também à diminuição de cartas publicadas na seção *cartas na mesa*. Embora ocupem o mesmo espaço em termos de diagramação, estas se apresentam extensas, em sua maior parte voltadas para a problematização da esquerda e do apoio ou crítica à posição do jornal junto ao movimento esquerdista.

Caros lampiônicos, aqui estou novamente para participar do vosso debate. Fiquei muito decepcionado com o n.29 do nosso “jornalzinho”. Realmente o *Lampião* de outubro está um “lixo”, uma droga a entrevista com aquele bicha “escrota” metida a escritora, o tal cabeleireiro Ruddy (...)

Outra coisa que me chamou a atenção foi a seção “cartas na mesa”. Cada vez com menos cartas publicadas. É isso aí, homossexual comum não tem vez. Só quem merece destaque são as estrelas como Ney Matogrosso, Ruddy e outras bichérrimas menos votadas. Depois vocês ainda vêm com esse papo de defesa das minorias. Ora, queridinhas, entre os homossexuais existem os ricos, os pobres, os negros, os brancos e toda esta pirâmide social que existe na sociedade. Afinal, para vocês é mais fácil transar: vocês podem pagar (...).

Walmir de Souza Lima – Rio

(n.30, p.18, nov. 1980).

Olha, eu também acompanhei o nascimento do Pasquim e vejo o jornalzinho agora tomar posições imbecis frente a problemas sérios (vide lesbianismo, etc). Nada mais irritante do que o liberalismo de esquerda: não fode nem sai de cima. Isso porque venho notando, aqui e ali, certos sectarismos que não sei onde vão levar. E eu não discordo da posição de João Carneiro em relação à inserção dos homossexuais na luta mais ampla. Acho mesmo que a tendência agora é a manipulação e os homo tem que tomar o maior cuidado (...).

Vera Maria de Queiroz - Rio

(n. 25, p.18, jun. 1980. Anexos p.174)

A carta de Vera Maria reflete a divisão entre os grupos homossexuais e os movimentos de esquerda e a possível inserção do movimento na luta mais ampla. O uso de termos como *sectarismo* e *manipulação* demonstram em que nível estavam os conflitos entre estes dois grupos, outrora unidos nos primeiros números do jornal. O discurso homossexual, portanto, se isola,

sempre contrário à direita – o discurso dominante – e em conflito cada vez maior com a esquerda. A busca por um espaço de onde pudesse enunciar seu discurso faz com que o jornal se torne novamente pesado. Embora com charges e piadas, fotos de nu masculino – inclusive frontal – as reportagens vinculadas aos movimentos tornam-se cada vez mais extensas. O uso de *jornalzinho* em sentido negativo nas duas cartas – na segunda associada também ao *Pasquim* – mostra a distância que se inicia entre o leitor e o jornal. Na primeira carta, o uso de *bichérrimas* atesta que o leitor encara reportagens com estes homossexuais como uma espécie de culto às celebridades, fato que, pelas críticas recebidas, parece não agradar a boa parte dos leitores.

Dos grupos e movimentos organizados nos fins dos anos 70 no Brasil e noticiados por *Lampião*, o único que permanece até hoje é o Grupo Gay da Bahia. Neste texto, escrito para o jornal por Luiz Mott, hoje professor da UFBA, se realça mais uma vez o uso dos termos. Tal texto, antes de ser enviado para o jornal, foi distribuído pelos pontos homossexuais de Salvador e procurava conscientizar a comunidade gay da necessidade de se organizar em grupos pela defesa de seus direitos.

No geral houve excelente receptividade dos homossexuais contactados ao documento. Após rápidas leituras do texto, foram diversos os homossexuais, homens e mulheres, que manifestaram de imediato sua vontade de fazer parte do grupo – As críticas recaíram sobretudo no cabeçalho do texto, onde propositadamente resolvemos “dar nomes aos bois”, ou melhor, aos viados, enumerando vários “palavrões” classificatórios dos homossexuais: bichas, sapatões, gays, viados, lésbicas, entendidos, bonecas, franchonas, pederastas, giletes, enrustidos, travestis, etc. Quem chiou mais forte foram sobretudo os mais enrustidos e as bichas mais chics. Onde já se viu um “entendido ativo” (cruzes!) ser chamado de “viado”, estar citado ao lado de um “travesti” ou de uma “franchona”? Teve bicha que deu revertério, pichou o grupo, escomungou o documento, profetizou a chegada do fim dos tempos. Tudo isso apenas pelo choque de ver num documento, lado a lado, termos científicos e palavrões

vulgares. O objetivo do grupo foi exatamente esse: provocar discussões. Mostrar para quem ainda não se deu conta, que quanto mais usarmos tais “palavrões” mais rapidamente eles envelheceriam, deixando de ser tabu. Além do mais lembramos aos esquecidos ou elitistas que homossexual é todo aquele que gosta do mesmo sexo, seja bicha pobre da periferia, o travesti desdentado do Pelourinho, a boneca Cartier do Holmes, o entendido rançoso do La Boheme ou o “bi-sexual” (última descoberta da Veja para pasmo do Dr. Freud!) do Porto da Barra. Achamos que a diferença no estilo de vida não deve implicar desnecessariamente em discriminações, em desigualdade de direitos.

(n.25, p.14, jun. 1980).

Mais uma vez vem à tona a questão das denominações, já mencionada no início deste capítulo. Termos que designam, que isolam, que aglutinam, que classificam, que excluem. Designações ainda hoje usadas com sentido de escárnio e desprezo. Mas também nomes que resistem. Resistem a uma sociedade extremamente machista e preconceituosa que tenta impor modelos já ultrapassados de sexualidade, fechando os olhos para o fato de ser, ela própria, múltipla e plural. Nomes que, em o *Lampião*, deslocam sentidos esperados, gerando novos sentidos, enfrentando tabus, criando resistência. A seção *cartas na mesa* foi palco no qual muito dessa resistência discursiva foi deflagrada.

Por volta de seu segundo ano de existência o jornal já apresentava sinais de esgotamento. Seus aspectos homossexuais afugentavam os segmentos heterossexuais. As questões relativas à militância também se tornavam emblemáticas e refletiam divergências cada vez maiores entre o conselho e o movimento homossexual organizado. Tais questões acabaram por dividir os próprios editores, ficando o periódico cada vez mais a cargo de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt.

Além disso, a alta cada vez maior dos preços, a falta de anunciantes, a recusa das grandes distribuidoras em trabalhar com o jornal fizeram com que *Lampião* cada vez perdesse mais espaço para publicações que não tinham cunho cultural ou político, mas que preenchiam suas páginas com fotos de nu masculino. Aguinaldo Silva, em entrevista ao Pasquim após o fechamento do jornal, em 1981, observa a importância do jornal para a imprensa alternativa brasileira da época:

O *Lampião* foi a coisa mais importante que surgiu na imprensa brasileira nos últimos cinco anos. Depois do Pasquim não pintou nada de extraordinário até o *Lampião*, um jornal louquíssimo. Agora que ele parou é que as pessoas vão refletir sobre sua importância (MacRae, 1990, p.92)

Ainda que seja contraditório, muitas das mesmas questões que impulsionaram o surgimento do jornal foram também as responsáveis pelo seu fechamento. Além da crise estrutural e financeira e da dificuldade em competir com outros jornais, a inserção em movimentos políticos e a criação dos vários movimentos homossexuais organizados criaram um racha na própria redação do jornal. O periódico que sempre buscara conscientizar os homossexuais de sua postura política e de cidadão perante o governo e a sociedade viu seus esforços ruírem com a crescente queda nas vendas e a dificuldade cada vez maior de arcar com compromissos financeiros.

Em julho de 1981 sai a última edição do *Lampião*. Durante três anos e três meses, a chama esteve acesa. Mas ainda hoje, se olharmos bem, é possível vislumbrar uma chama acesa no fim do túnel. Luz que nos mostra que é preciso resistir. Sempre.

Conclusões

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.

(Caetano Veloso, *Dom de iludir*, 1982).

Considerada por décadas como estável e ligada apenas ao sexo biológico, a sexualidade hoje é vista como plural, apresentando variadas formas de representação se levarmos em conta a variedade de termos usados para denominar e/ou classificar as inúmeras orientações sexuais. Ainda que não vivamos mais tempos de ditadura política e falta de liberdade democrática, algumas coisas mudaram muito pouco. A sociedade ainda apresenta resistências a modelos, práticas e identidades sexuais consideradas “diferentes” daquilo que se reconhece como “normal”. O discurso dominante ainda determina as regras de quem deve ou não ser aceito, quem tem direito à vez e à voz e quem deve ser calado, esquecido. As múltiplas memórias estão em constante conflito para determinar qual delas vai contar a história.

Grande parte dessa memória, hoje viva no meio das comunidades homossexuais, foi produzida pelo jornal *Lampião*. Suas páginas, em seus três anos e três meses de existência, estão repletas do que se vivia em termos de postura, comportamento, vocábulos e concepções políticas dos homossexuais do Brasil de fins dos anos 70. Surgido em um momento histórico único, seu discurso fundador deslocou sentidos, ressignificou termos, estabeleceu posturas e constituiu memória.

Acima de tudo, o jornal procurou um “lugar” para o homossexual, procurando construir um discurso positivo para as novas identidades sexuais que emergiam nesse panorama pós-estruturalista. O jornal, em seu início, procura conscientizar seus leitores sobre a necessidade de o homossexual se assumir enquanto tal e enquanto cidadão, independente de posturas ou subdivisões dentro do grupo. Assumir-se é o primeiro passo para reconhecer-se, para reivindicar

direitos, para buscar novos valores sociais. Este processo, que se inicia de forma interna e expande-se aos poucos, leva conseqüentemente à busca de maior visibilidade, à organização.

Não estar vinculado à direita e ter sua luta considerada menor pela esquerda leva, por várias vezes, o jornal a apresentar um discurso de busca de seu lugar no movimento político. Reflexo de tantos grupos diferentes e tantos interesses em jogo, as cartas dos leitores são momento rico de reflexão sobre os caminhos que se apresentariam para a homossexualidade brasileira nos anos que viriam. Na seção *cartas na mesa*, cria-se um cenário de lutas e embates. Através delas, percebem-se algumas das várias vozes enunciativas, as lutas pelo poder, a resistência, a promoção da mudança de sentidos e outros lugares de enunciação.

É um discurso formador de opinião, um discurso acima de tudo político. Político no sentido de assumir identidade(s), o próprio corpo, o prazer que esse corpo pode proporcionar, desvinculado do discurso de instituições como a família, a Igreja e o Estado. A liberdade sexual, de transar com quem quiser, como afirma o jornal, passa pela liberdade de ser o que se é, de votar em quem se quer, de viver em uma democracia onde se apresente a liberdade de ir e vir, a liberdade de escolha como o tônus da vida social. Como já mencionei em outros momentos neste texto, assumir-se homossexual no período do fim da ditadura no Brasil era, acima de tudo, muito mais do que hoje, assumir uma postura política de enfrentamento ao sistema.

A luta política é transpassada pela luta social. Questionando os valores da masculinidade hegemônica, o jornal traz à tona o construto cultural que gira em torno do que é ser homem. Mais uma vez a arena está preparada, pronta para o embate. Vozes inúmeras se levantam com as mais diversas opiniões e argumentos. Para algumas, a diversidade deve ser vivida em sua plenitude; afinal, cada um tem o direito de viver sua sexualidade como quiser. Para outras, é reproduzindo um modelo de homossexualidade próximo do masculino heterossexual que se conquistará o respeito, a aceitação, e – ainda mais forte – o amor da sociedade. A luta contra o machismo

também pode ser metaforizada como a luta contra todos os sistemas de opressão, de dominação de um grupo sobre o outro – do sistema político à sexualidade.

Mudança de sentidos e representações, assim como novos lugares de enunciação são sugeridos a partir do uso dos termos que designam homossexuais. Após um período de silenciamento, em que esses termos constituíam uma memória proibida, designações reconhecidas enquanto linguagem utilizada no gueto, as denominações relativas à homossexualidade ressurgem através do discurso do jornal, realocando sentidos, gerando valorização. Sentidos gerados na "política da palavra que separa a esfera pública da esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito" (Orlandi, 1992, p.97), que questionam as posições de sexualidades consideradas desviantes pelo discurso institucional da "normalidade".

Os novos sentidos e o resgate de termos usados pejorativamente para designar os homossexuais apontam para significados positivos e de valorização. Como afirma o jornal em seu número 0, é a saída do homossexual do gueto, do espaço que lhe havia sido destinado até então pela sociedade. O momento apresenta a oportunidade de um discurso pronunciado a partir de novos lugares, de uma nova formação discursiva, da resignificação do que é assumir-se homossexual, assim como assumir-se negro, ou índio. Busca apagar o sentido de marginalização, de pecado, de crime, ou de um modelo de sexualidade anormal. O período histórico traz o desejo de experimentar a novidade. A revolução sexual intercepta muito do que se falava então sobre o sexo. Antes apenas destinado à procriação e dentro dos sagrados laços do matrimônio, tem-se, nesse período, um modelo de sexualidade que busca o prazer acima de tudo, inclusive como resistência política.

O discurso do jornal refuta o modelo de identidade una, unificada. A multiplicidade de configurações identitárias no âmbito da homossexualidade é tão rica e dinâmica que em determinados momentos entram em conflito, como as cartas dos leitores inúmeras vezes deixam transparecer. O discurso então é capaz de criar *guetos dentro do gueto*, onde a palavra serve para classificar o homossexual mais ou menos efeminado, o travesti, o michê, o mais pobre ou o mais rico, o mais intelectualizado, aquele que participava ou não de determinados movimentos políticos ou sociais. Graças aos estudos de Moita Lopes, quase vinte anos depois, conclui-se que os modelos de homossexualidade são construídos das muitas variantes possíveis dentro dos parâmetros de masculinidade. São construções identitárias que oferecem outras possibilidades aos existentes no Brasil até os anos 60, quando a homossexualidade era associada à anormalidade, à prostituição e alienação política. O *Lampião* traz a representação de homossexuais que trabalham, pagam impostos, estudam, participam de movimentos políticos e sindicais, têm necessidade de informação e lazer, e que também questionam os valores sociais pré-estabelecidos como família, religião, política e sexualidade.

Outras hipóteses e vertentes de análise seriam possíveis, como a observância da construção de identidades através dos termos que designam os homossexuais tendo como *corpus* também os editoriais; também seria possível a observância dos termos para designar homossexuais em comparação com o discurso de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, o da medicina ou da literatura, ou a análise de um número maior de edições. Com a limitação do tempo, porém, decidi por um percurso considerado viável: o recorte das edições em blocos de seis números a cada ano e a seleção das cartas que melhor retratassem a interação discursiva leitor x jornal x reportagens x outros leitores. Embora tivesse como objetivo inicial a observância da construção de memórias e identidades através do uso dos termos que designam

homossexuais masculinos, a análise do *corpus* me conduziu a mais dois momentos importantes do jornal: a inserção do homossexual no panorama político-social nacional e no próprio movimento homossexual organizado.

Os termos usados pela comunidade homossexual para se definir mostram a formação de grupos e a diversidade presente na comunidade. Essa diversidade abrange leitores que apontam a divisão por classes sociais na comunidade homossexual, a associação do jornal a celebridades declaradamente gays, e ainda posturas mais ou menos próximas ao modelo de masculinidade hegemônica. As cartas dos leitores tornaram-se, assim, espaços de disputas e combates, reflexo dos jogos de poder predominantes em nossa sociedade que sempre valorizou o modelo masculino, branco, heterossexual, jovem e de classe média. O debate político era o retrato do próprio momento histórico do país, já que o cidadão homossexual também sofria as conseqüências da crise política e social como qualquer outro cidadão. Daí o reflexo em várias cartas que associavam muitas vezes à crítica social o movimento homossexual. A mobilização dos homossexuais torna-se mais presente em 1980, talvez como possível conseqüência do que se apresentava nas cartas no ano anterior. O questionamento político leva à necessidade de mudanças e uma das formas viáveis é através da organização e luta por direitos. Ironicamente, a luta e conscientização política que o jornal sempre almejou é um dos fortes motivos para seu fechamento. Muitos leitores não se interessaram mais pela formação de uma consciência homossexual e a divergência de posições em relação aos movimentos homossexuais organizados gerou uma espécie de divisão entre os editores. O jornal vai às bancas pela última vez em julho de 1981.

No período de transição entre as décadas de 70 e 80, os homossexuais se reuniam em grupos políticos para lutar contra o governo e o machismo que os impedia de viver como

cidadãos em sua plenitude. Hoje, os momentos de festa gerados pelas Paradas do Orgulho Gay são um dos espaços visíveis para a manifestação e busca da conquista de direitos. A cada ano são maiores e abrangem mais cidades do país e do mundo. O comércio descobriu o grande negócio que é apoiar as paradas *gays*. O turismo estuda novos métodos para expandir-se graças ao *pink money*. Amadas por uns e odiadas por outros, elas já fazem parte do circuito turístico de várias cidades, com direito a calendário fixo em várias partes do mundo. Além da celebração das paradas, pesquisas associadas à homossexualidade também ganham cada vez mais espaço no meio acadêmico, em especial entre os estudos de gênero, sendo os estudos *gays*, lésbicos e *queer* merecedores de reconhecido destaque entre os pesquisadores. Prova disto são os encontros bianuais da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura) que reúnem centenas de pesquisadores com o intuito de debater esta temática.

A prestação de serviços destinados ao público homossexual, votações relacionadas a pautas que envolvam a união civil entre pessoas do mesmo sexo – que dentre outros busca garantir direitos para os casais homossexuais, inclusive em caso de falecimento, declaração conjunta de bens, benefícios médicos em comum, só para citar alguns – bem como a própria criação de *sites*, fóruns de discussão na internet, além de colunas em periódicos não direcionados exclusivamente ao público homossexual vêm reforçar a atualidade e a necessidade de se (re)pensar esta temática no contexto social brasileiro.

Acontecimentos inimagináveis à época do *Lampião* são hoje corriqueiros em relação à comunidade homossexual, embora muitos problemas ainda sejam os mesmos. Um dos grandes avanços, conquistado também graças ao jornal, foi o auxílio na propagação das múltiplas e novas identidades homossexuais. Essas formas identitárias homossexuais, hoje, na primeira década do século XXI, travam uma luta constante pelo direito ao reconhecimento social, buscando ser

contempladas como elementos constituintes e possíveis da masculinidade moderna, oferecendo ao mundo globalizado novas formas de representação do que é ser homem.

Referências Bibliográficas

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva de sentido. In: ACHARD, Pierre et alli. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de e CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (org). *A escrita de até: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbicos no Brasil*. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002

BADINTER. E. *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec/ Annablume, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa & FIORIN, José Luiz (orgs) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1992

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et alli. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999

DOVER, J. K. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994

- FOUCAULT, Michel . *A ordem do discurso*. São Paulo. 9ª ed. Loyola, 2003 a
- FOUCAULT, Michel .*História da sexualidade I : A vontade de saber*. Rio de Janeiro. 15ª ed. Edições Graal, 2003 b
- FRY, Peter e MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- GREEN, James. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GWERCAMAN, Sergio. *Sim*. Superinteressante. Abril, n. 202, jul. 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2003
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- HALL, Stuart. *Representation – Cultural representation and signifying practices*. London: Sage, 2000
- HOWES, Robert. *Serials of the Brazilian lesbian, gay and transgendered community: a provisional listing*. < <http://www-sul.stanford.edu/depts/hasrg/latinam/sergay.htm> > Acesso em 07 de jun. 2004
- ISTO É. São Paulo: Encontro editorial Ltda, ano 2, n. 53, dez. 1977

JAGOSE, Annamarie. *Queer theory – An introduction*. New York: New York University Press, 1996.

KLEINBERG, Seymour. Gay-Macho: uma nova tragédia americana? In: *Lampião da esquina*. Rio de Janeiro, ano1, n.8, jan. 1979. p.8-9.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates Ltda, 1982.

LAMPIÃO, Rio de Janeiro: Lampião Editora de livros, revistas e jornais; 1978 – 1981.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEVY, Teresa. Crueldade e cruzeza do binarismo. In: CASCAIS, António Fernando. *Indisciplinar a teoria: Estudos gays, lésbicos e queer*. Fenda edições, 2004.

LIMA, Marcus Antônio Assis de. *Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil*. <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2004.

LUGARINHO, Mário César. Como traduzir a teoria *queer* para a língua portuguesa. In: *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*. V.1, n.2. Niterói: EdUFF, 2001. p. 33-39.

LUGARINHO, Mário César. Crítica literária e os estudos gays e lésbicos: uma introdução a um problema. In : SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (org). *A escrita de adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbicos no Brasil*. São Paulo: Xamã: NCC/SUNY, 2002.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Revan; Campinas.SP.UNICAMP,1998

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória) In:Orlandi, Eni (org) *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. 2ªed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOSTAÇO, Edécio. História da Sexualidade. In: *Lampião da esquina*. Rio de Janeiro, ano1, n.3, jul. 1978. p.13

NORA, Pierre.*Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In Projeto História.N.10. São Paulo: PUC, 1993.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992

ORLANDI , Eni. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et alli. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999

ORLANDI, Eni (org). *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2001

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes., 2002

PÊCHEUX. *Semântica e discurso*. Trad. Eni Orlandi et alli. Campinas: Ed. da Unicamp, 1975

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In Estudos Históricos. Vol 10. FGV, 1992

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005

RODRIGUES, Jorge Luiz Caê. Somewhere over the rainbow – O primeiro lampião é aceso. In: Denilson Lopes; Berenice Bento; Sérgio Aboud; Wilton Garcia. (Org.). *Imagem e diversidade sexual - Estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004, p. 281-287.

SEVCENKO, Nicoulau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicoulau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. V03. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice e BARBOSA, Pedro Navarro (orgs.) *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004 a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 b.

SIMÕES JR, Almerindo Cardoso. A afirmação do sexo forte: A linguagem da revista masculina. In: *VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia - 2003*, Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, 2003. v. 10.

SIMÕES JR, Almerindo Cardoso. Memória, mídia e discurso - A homossexualidade masculina em questão. In: Denilson Lopes; Berenice Bento; Sérgio Aboud; Wilton Garcia. (Org.). *Imagem e diversidade sexual - Estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004, p. 293-298.

SOUZA, Pedro. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ANEXOS

- 1) Resenha “História da Sexualidade” de Edélcio Mostaço (p. 129);
- 2) Artigo “Gay-macho: uma nova tragédia americana?” de Seymour Kleinberg (p. 130);
- 3) Capas e seção de cartas dos leitores do jornal *Lampião*
 - 3.1) números 0 a 5 – abril a outubro de 1978 (p. 132);
 - 3.2) números 11 a 16 – abril a outubro de 1979 (p. 150);
 - 3.3) números 23 a 28 – abril a outubro de 1980 (p. 168).